



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Andressa Kikuti Dancosky

**RISCO BIOGRÁFICO E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS NO
BRASIL: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do *LinkedIn***

Florianópolis, 2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

Andressa Kikuti Dancosky

**RISCO BIOGRÁFICO E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS NO
BRASIL: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do *LinkedIn***

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutora em Jornalismo.

Orientador: Prof. Jacques Mick, Dr.

Florianópolis, 2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dancosky, Andressa Kikuti
RISCO BIOGRÁFICO E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE
JORNALISTAS NO BRASIL : uma análise longitudinal feminista
de 3 mil currículos do LinkedIn / Andressa Kikuti Dancosky
; orientador, Jacques Mick, 2023.
166 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Jornalismo. 2. jornalistas. 3. trajetórias
profissionais. 4. mirada feminista. 5. mundo do trabalho.
I. Mick, Jacques. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. III.
Título.

Andressa Kikuti Dancosky

**RISCO BIOGRÁFICO E TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS NO
BRASIL: uma análise longitudinal feminista de 3 mil currículos do *LinkedIn***

O presente trabalho em nível de Doutorado foi avaliado e aprovado, em 27 de abril de 2023,
pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Daiane Bertasso Ribeiro, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fabio Henrique Pereira, Dr.
Université Laval

Profa. Paula Melani Rocha, Dra.
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para a obtenção do título de Doutora em Jornalismo pelo Programa de
Pós-Graduação.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Jacques Mick, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2023

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marta e Mauro, por me ensinarem o que sei de mais importante, e por sempre terem sido porto seguro para que eu pudesse voar.

À universidade pública brasileira, onde cursei graduação, mestrado e doutorado, e a todas as pessoas que lutam para que ela se fortaleça e seja cada vez mais próspera na produção de conhecimento e de laços.

Ao Jacques, meu orientador, por ser inspiração diária como professor, pesquisador e ser humano. Obrigada pelo enorme incentivo, por me mostrar os caminhos, me trazer segurança, confiar no meu trabalho e me dar tantas oportunidades de pesquisar e fazer coisas incríveis.

Aos professores membros da banca examinadora, Paula Melani Rocha, Fabio H. Pereira e Daiane Bertasso Ribeiro. O trabalho de Fabio é referência basilar desta pesquisa, assim como o de Paula, minha amiga querida e professora que me acompanha desde a graduação. Daiane, sua avaliação criteriosa e generosa durante a disciplina de Seminário Avançado de Pesquisa em Jornalismo foi fundamental para a estruturação desta tese. Agradeço também à professora Janyne Sattler e ao professor Samuel Lima, o “Samuca”, por aceitarem o convite de suplência e também por serem referências para o trabalho. A vocês, muito obrigada por toparem fazer parte desta etapa final.

Ao professor Gilles Bastin, pela boa acolhida na França durante meu estágio sanduíche no *Sciences Po* Grenoble/Université Grenoble Alpes, pela gentileza e interesse em discutir a pesquisa comigo.

Ao Antoine Machut, por me deixar vê-lo trabalhar durante horas no *R Studio* e ter a paciência de tentar me explicar tudo, mesmo que eu não entendesse quase nada de francês ou de linguagem de programação.

A todas as demais pesquisadoras e pesquisadores que vieram antes de mim nos estudos sobre jornalistas e nos estudos feministas, abrindo e sedimentando caminhos para que esta tese fosse possível.

À Capes, pelo apoio financeiro que possibilitou a execução da pesquisa.

À Bárbara Popadiuk e Marília Oliveira, pelo apoio na recodagem dos dados.

À Clarissa Peixoto, pelo bom humor e pela ajuda em desenrolar os fios da escrita nos momentos de confusão e cansaço.

À Luisa Tavares, pela leitura atenta e generosa, e pela força na revisão.

À Alexandra Peixoto (Alê), pelo incentivo, carinho, sagacidade, por cuidar de mim, me causar bodes de riso e pelos quilos de paciência taurina que equilibram minha fome de tudo.

Às amigas, amigos e demais afetos que cruzaram meu caminho e tornaram a vida mais leve e feliz. Foram anos difíceis os que passamos de 2018 para cá, com ataques constantes à ciência, ao jornalismo, às mulheres e outras minorias sociais, à floresta, à saúde e ao bem viver. Resistir a isso tudo e escrever uma tese de doutorado inteira durante o pior governo que a democracia brasileira já viu, e ainda com uma pandemia no meio, só foi possível porque existiu amor, riso, apoio e parceria. Agradeço, em especial, às(os) migues do PPGJOR UFSC, por atravessarmos juntos essa estrada e pelas incontáveis conversas sobre a pesquisa (e outras mil coisas) nas aulas, corredores, cafés, bares e rolês afora.

Ao Sci Hub, Library Genesis e demais espaços que trabalham pela distribuição livre de conhecimento científico. Aaron Swartz, presente!

Ao Yoga, por me ajudar a encontrar calma, cuidado, desprendimento, acolhimento, consciência sobre mim e sobre o todo. Por aquietar as ondas da mente e, assim, tornar possível enxergar além.

RESUMO

Esta tese analisa e interpreta, a partir de uma mirada feminista, as trajetórias profissionais de cerca de três mil jornalistas brasileiros. O objetivo geral é entender como as desigualdades de gênero impactam nas trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil. A base teórica é formada pela interseção entre estudos feministas e teorias sobre as metamorfoses (crises) do jornalismo, Sociologia do Trabalho e Sociologia das Profissões, mais especificamente os estudos sobre carreira. A metodologia utilizada foi desenvolvida no âmbito da pesquisa comparativa internacional *flexMedia Lives*, que utilizou aplicações de TI para coletar e analisar dados em *big data* de currículos de jornalistas disponíveis na rede social profissional *LinkedIn*. Como principais resultados, além de entender as diferenças entre trajetórias profissionais de jornalistas homens e mulheres, avalio os efeitos da conjuntura sobre as carreiras (o risco biográfico) de quem começa a vida profissional nos anos 1980, 1990, 2000 e 2010; identifico os padrões de movimentos no mundo do trabalho do jornalismo — gravitação, derivação e dispersão (BASTIN, 2015); e, por fim, crio uma tipologia para as carreiras de jornalistas no país.

Palavras-chave: Jornalistas; trajetórias profissionais; mirada feminista; mulheres jornalistas; divisão sexual do trabalho; mundo do trabalho do Jornalismo.

ABSTRACT

This thesis analyzes and interprets, from a feminist viewpoint, the professional trajectories of nearly three thousand Brazilian journalists. The general objective is to understand how gender inequalities impact the professional trajectories of journalists in Brazil. The theoretical basis is formed by the intersection between feminist studies and theories about the metamorphosis (crisis) of journalism, Sociology of Work and Sociology of Professions, more specifically career studies. The methodology used was developed within the framework of the international comparative research flexMedia Lives, which used IT applications to collect and analyze big data from journalists' resumes available on the professional social network LinkedIn. As main results, in addition to understanding the differences between professional trajectories of male and female journalists, I evaluate the effects of the conjuncture on the careers (the biographical risk) of those who begin their professional lives in the 1980s, 1990s, 2000s, and 2010s; I also, then identify the patterns of movements in the world of journalism work — gravitation, drift, and dispersion (BASTIN, 2015); and, finally, I create a typology for journalists' careers in the country.

Keywords: Journalists; professional trajectories; feminist view; women journalists; sexual division of work; world of work of journalism.

LISTA DE FIGURAS

<i>Figura 1</i>	O mundo de trabalho de jornalistas	44
<i>Figura 2</i>	Trajetórias profissionais	47
<i>Figura 3</i>	Exemplo de perfil de jornalista no <i>LinkedIn</i>	69
<i>Figura 4</i>	Evidência de precarização do trabalho em perfil do <i>LinkedIn</i>	134

LISTA DE GRÁFICOS

<i>Gráfico 1</i>	Sequências de carreiras de jornalistas brasileiros - primeiros 20 anos	99
<i>Gráfico 2</i>	Análises sequenciais separadas por gênero	104
<i>Gráfico 3</i>	Efeito geracional nas trajetórias profissionais que iniciaram a carreira nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010	109
<i>Gráfico 4</i>	Iniciantes nos anos 1980, ampliado	110
<i>Gráfico 5</i>	Efeitos de coorte e gênero somados (1980-1989)	112
<i>Gráfico 6</i>	Iniciantes nos anos 1990, ampliado	114
<i>Gráfico 7</i>	Efeitos de coorte e gênero somados (1999-1999)	115
<i>Gráfico 8</i>	Iniciantes nos anos 2000, ampliado	117
<i>Gráfico 9</i>	Efeitos de gênero e coorte somados (2000-2009)	118
<i>Gráfico 10</i>	Iniciantes nos anos 2010, ampliado	120
<i>Gráfico 11</i>	Efeitos de coorte e gênero somados (2010-2019)	121
<i>Gráfico 12</i>	Os tipos de carreira mais comuns para jornalistas brasileiros	122
<i>Gráfico 13</i>	Carreiras de relações públicas	124
<i>Gráfico 14</i>	Carreiras híbridas	125
<i>Gráfico 15</i>	Desmembramento do tipo 2, <i>web</i> e <i>design</i>	126
<i>Gráfico 16</i>	Desmembramento do tipo 2, subeditores	126
<i>Gráfico 17</i>	Jornalistas da base da profissão	127
<i>Gráfico 18</i>	Carreiras de jornalistas fora do jornalismo	128
<i>Gráfico 19</i>	Carreiras das elites periféricas	129
<i>Gráfico 20</i>	Carreiras audiovisuais	130

LISTA DE QUADROS

<i>Quadro 1</i>	Informações presentes nos perfis do <i>LinkedIn</i> que foram utilizados para as análises desta pesquisa	77
<i>Quadro 2</i>	<i>Codebook</i> para a recodagem dos dados gerais	80
<i>Quadro 3</i>	<i>Codebook</i> para a recodagem dos dados de escolaridade	82
<i>Quadro 4</i>	<i>Codebook</i> para a recodagem de dados sobre a experiência profissional	85
<i>Quadro 5</i>	<i>Codebook</i> para a recodagem das posições, detalhado	87
<i>Quadro 6</i>	Síntese da agenda de investigações para o trabalho de jornalistas	144

LISTA DE TABELAS

<i>Tabela 1</i>	Quantidade de mulheres e homens na base de dados, por coorte	93
<i>Tabela 2</i>	Local de residência das(os) jornalistas, por coorte	94
<i>Tabela 3</i>	Local de residência das(os) jornalistas, por gênero	95
<i>Tabela 4</i>	Profissionais com formação em jornalismo, por coorte	95
<i>Tabela 5</i>	Escolaridade das(os) jornalistas da base, por coorte	96
<i>Tabela 6</i>	Escolaridade das(os) jornalistas da base, por gênero	96
<i>Tabela 7</i>	Profissionais com formação em jornalismo, por gênero	97

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	15
1	LENTE FEMINISTAS PARA OBSERVAR O JORNALISMO EM CRISE	23
1.1	FEMINISMOS E CRÍTICA À RAZÃO NEOLIBERAL: MULHERES SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DA PRECARIZAÇÃO LABORAL	26
1.2	FEMINIZAÇÃO E GÊNERO COMO CATEGORIAS PARA ENTENDER O MUNDO DO TRABALHO	31
1.3	O QUE O JORNALISMO ESTÁ SE TORNANDO? IMPERMANÊNCIAS E CRISES	35
1.4	SÍNTESE DO CAPÍTULO	40
2	O MUNDO DO TRABALHO DE JORNALISTAS E O ESTUDO SOBRE CARREIRAS	41
	PARTE 1: CARREIRAS, TRAJETÓRIAS E OS ESTUDOS EM JORNALISMO	43
2.1	OS PARADIGMAS DOS ESTUDOS DE CARREIRA	44
2.2	TRAJETÓRIAS: GRAVITAÇÃO, DERIVAÇÃO E DISPERSÃO	46
2.3	O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE CARREIRA NO JORNALISMO	48
	PARTE 2: A MORFOLOGIA DA PROFISSÃO	51
2.4	QUEM É JORNALISTA NO BRASIL?	53
2.5	ONDE JORNALISTAS TRABALHAM?	56
2.5.1	Trabalho dentro da mídia, em organizações jornalísticas	56
2.5.2	Trabalho fora da mídia	58
2.5.3	Docência em Jornalismo	59
2.6	SOB QUAIS CONDIÇÕES O TRABALHO JORNALÍSTICO É FEITO?	60
2.6.1	Precarização laboral e discriminação são cotidianas para mulheres jornalistas	60
2.7	SÍNTESE DO CAPÍTULO	63
3	METODOLOGIA	65
	PARTE 1: POTÊNCIAS E LIMITES DO USO DE <i>BIG DATA</i> EM	66

PESQUISAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NO JORNALISMO

3.1	O USO DO <i>LINKEDIN</i> COMO FONTE PARA OBTENÇÃO DE DADOS	68
3.2	A PESQUISA COMPARATIVA INTERNACIONAL <i>FLEXMEDIA LIVES</i>	72
3.2.1	<i>As fases do flexmedia Lives</i>	74
	PARTE 2: AS TÉCNICAS E PASSOS ADOTADOS NA PESQUISA COM DADOS	75
3.4	COLETA E PREPARAÇÃO DOS DADOS	76
3.5	A RECODAGEM	79
3.5.1	Dados gerais	80
3.5.2	Dados sobre escolaridade	81
3.5.3	Dados sobre experiência profissional	83
3.6	OS CASOS DE MULTIFUNÇÃO	89
3.7	ANÁLISES SEQUENCIAIS E TIPOLOGIA: O TRATAMENTO DOS DADOS EM R	90
3.8	SÍNTESE DO CAPÍTULO	91
4	AS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS NO BRASIL	93
4.1	ANÁLISES SEQUENCIAIS: O QUE JORNALISTAS FAZEM EM SUAS CARREIRAS AO LONGO DO TEMPO	97
4.1.1	Como ler os gráficos	97
4.1.2	Como jornalistas se movimentam nas carreiras	99
4.1.2.1	<i>As trajetórias de jornalistas que permanecem em atividades jornalísticas ao longo da carreira</i>	99
4.1.2.2	<i>As trajetórias de jornalistas que, após algum tempo, passam a trabalhar em áreas correlatas</i>	101
4.1.2.3	<i>As trajetórias de jornalistas que desistiram da profissão</i>	102
4.1.3	Efeitos de gênero nas trajetórias profissionais	103
4.1.3.1	<i>Homens e mulheres permanecem no jornalismo de maneiras diferentes: o movimento de gravitação, por gênero</i>	104
4.1.3.2	<i>A derivação também é genderificada</i>	106
4.1.3.3	<i>Dispersão: qual o gênero de quem sai da profissão?</i>	108

4.1.4	Como os efeitos da conjuntura incidem sobre as carreiras: o risco biográfico	108
4.1.4.1	<i>Carreiras iniciantes nos anos 1980</i>	109
4.1.4.2	<i>Carreiras iniciantes nos anos 1990</i>	113
4.1.4.3	<i>Carreiras iniciantes nos anos 2000</i>	116
4.1.4.4	<i>Carreiras iniciantes nos anos 2010</i>	119
4.2	A TIPOLOGIA DAS CARREIRAS	122
4.2.1	Carreiras do tipo 1: jornalista que virou relações públicas	124
4.2.2	Carreiras do tipo 2: a miscelânea onde se encontram as elites	123
4.2.3	Carreiras do tipo 3: jornalistas que permanecem jornalistas	127
4.2.4	Carreiras do tipo 4: jornalistas que atuam fora da profissão	127
4.2.5	Carreiras do tipo 5: as elites periféricas	128
4.2.6	Carreiras do tipo 6: trabalho no setor audiovisual	129
4.3	DISCUSSÃO DO CAPÍTULO	130
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
6	REFERÊNCIAS	148

INTRODUÇÃO

Jornalistas são profissionais de grande relevância em todo o mundo. Graças ao trabalho que realizam, governos e outras instituições de poder são pressionados para mudanças sociais. Quando faz surgir um debate público que promove leis ou transforma a realidade onde atua, o jornalismo reforça algumas de suas principais características: gerar diálogo, contextualizar o mundo, orientar a população e interpretar os acontecimentos.

Porém, a despeito da importância social do trabalho jornalístico, as pessoas não costumam parar para pensar sobre suas condições de produção, ou seja, em como funciona o mundo do trabalho das e dos jornalistas — quais são os cargos possíveis, as atribuições, como é a rotina, quais são as oportunidades de carreira, as hierarquias, os desafios e as condições materiais e emocionais de trabalho. Em geral, essas(es) profissionais têm jornadas exaustivas, e com frequência precisam deixar suas vidas pessoais de lado para se dedicar ao jornalismo (embora nem todas(os) possam tomar esse tipo de decisão, sobretudo algumas mulheres, porque muitas vezes recai sobre elas o cuidado com outras pessoas do seu círculo familiar).

Com as crises no setor e a flexibilização das leis trabalhistas no Brasil, essas(es) profissionais operam em regimes de contratação cada vez mais precários, no modelo de pessoa jurídica ou como *freelancers*, gerando insegurança no trabalho e concorrência entre colegas. Todos esses fatores causam estresse e doenças laborais (LIMA, 2018). Além disso, as redações são cada vez menos o principal *locus* de produção jornalística, o que torna limitada a convivência diária entre profissionais, prejudicando a socialização de práticas, experiências, condutas éticas, compartilhamento de fontes e mesmo a criação de vínculo com os pares — elementos fundamentais para a continuidade dos modos de fazer da profissão (CHARRON; DE BONVILLE, 2016).

O jornalismo também remunera mal a sua força de trabalho. De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro (LIMA, 2021), 57,9% da categoria ganha até R\$5.500 mensais. Com esta renda, manter-se na carreira é um obstáculo — pouca gente tem condições de persistir em cargos com baixos salários —, o que leva jornalistas a buscarem emprego em áreas afins, mais estáveis e melhor remuneradas (como assessorias de imprensa, por exemplo), ou até mesmo a mudar totalmente de área. Pessoas que não têm aporte financeiro familiar ou que são arrimos de família, em geral, são as que mais sofrem para permanecer trabalhando como jornalistas.

Essas(es) trabalhadoras(es) também sofrem agressões por conta de seu trabalho. Nos últimos anos, houve um aumento da violência contra jornalistas: no Brasil, em 2020, os índices mais do que dobraram com relação ao ano anterior (105,8% a mais, ou 428 episódios), e o problema se manteve em 2021 (FENAJ 2021; 2022). Para as mulheres, a misoginia é um fator que intensifica a violência no exercício profissional. Uma pesquisa conduzida pelo *International Center for Journalists* (ICFJ) em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ouviu 1.210 jornalistas ao redor do mundo (incluindo brasileiras(os)), e descobriu que, entre as mulheres respondentes, três quartos (73%) afirmaram já ter sofrido ameaças *online* por causa do trabalho, e 20% relataram ter sido alvo de abusos e ataques também fora da internet, que acreditam ter sido relacionados com a violência *online* que experimentaram (POSSETI; SHABBIR, 2022). Assédio, campanhas de desinformação orquestradas que exploram narrativas misóginas e erosão da privacidade digital da vítima são os três principais tipos de ameaças identificadas pelo estudo, que podem ocorrer simultaneamente. Os objetivos desses ataques são humilhar, causar medo na profissional, fazê-la recuar de uma pauta, comprometer o trabalho investigativo, minar a participação de mulheres jornalistas e suas fontes no debate público, e podem causar consequências gravíssimas, como danos psicológicos, físicos, materiais e abandono da profissão.

Todos esses fatores mencionados acima, além de influenciarem na qualidade dos produtos jornalísticos (NICOLETTI, 2019), também intervêm no sucesso do mundo social (o mundo do trabalho de jornalistas) em atrair indivíduos e mantê-los dentro da sua órbita (BASTIN, 2016), pois são determinantes nas escolhas profissionais das(os) jornalistas. Por esta razão, é relevante estudar carreiras e trajetórias profissionais. Ao analisá-las, obtemos pistas sobre a saúde e os rumos da profissão. Como enfatizam Mark Deuze e Tamara Witschge (2016, p. 17):

A população do jornalismo está mudando. Com a dinâmica acelerada das reorganizações e rearranjos, aquisições e demissões, novos proprietários e executivos, novos arranjos de trabalho e cortes de orçamento, o jornalismo tornou-se menos acessível a todos. Na verdade, o jornalismo parece cada vez mais ser o campo de ação de uma classe rica, apenas aqueles que podem se dar ao luxo de trabalhar durante anos ou até mesmo a maioria de suas carreiras ganhando menos ou em torno do salário mínimo nas cidades maiores e, portanto, mais caras, onde as principais organizações midiáticas estão, em geral, localizadas. Portanto, é mais importante do que nunca aprender quem está trabalhando no jornalismo, sob que circunstâncias o trabalho é feito, que tipo de trabalho é produzido, e, em última instância, qual o impacto na sociedade e na autogestão dos cidadãos.

Em alguns momentos, utilizo os termos “carreira” e “trajetória profissional” quase como sinônimos, embora eles resguardem uma diferença importante. Carreira é um conceito que diz respeito a um fenômeno social, institucional e individual (PEREIRA, 2012), ou, em outras palavras, é um conjunto de pontos de intersecção entre uma ordem social e uma vida (BASTIN, 2016). Já a trajetória profissional, como o nome diz, trata do percurso profissional das(os) sujeitas(os) ao longo de suas vidas, sem necessariamente levar em conta as motivações pessoais para as escolhas. Trajetórias são, portanto, um dos fatores a serem analisados dentro dos estudos de carreira (daí a aparente confusão). Estes costumam considerar ainda aspectos individuais, perpassados por subjetividades, e coletivos, como questões regulatórias da atividade e mecanismos de ascensão previstos na profissão.

O tema de vida e carreira de jornalistas é tópico relativamente recente de investigações acadêmicas. Os estudos de Herbert Gans, nos anos 1970, identificaram uma lacuna relativa às pesquisas sobre mídias nas Ciências Sociais. Os primeiros estudos tinham propensão à teorização e ao impacto social do conteúdo da mídia. A atenção para esses temas deixava de lado pesquisas sobre as circunstâncias em que esses conteúdos eram produzidos.

De lá para cá, o tema foi tratado de diversas maneiras, embora a maior parte das pesquisas não tenha se concentrado em analisar as condições de trabalho. Uma das vias de estudo mais comuns é a etnográfica, investigando o mundo da mídia com foco em análises pontuais das práticas deste universo. A segunda direção é relativa à sociologia de grupos profissionais de jornalistas (MICK; KIKUTI; BASTIN, 2020).

Foi a partir de meados dos anos 1990 que as pesquisas empíricas passaram a focar na convergência da indústria da mídia em direção às modalidades de trabalho flexível em escala global. Entre essas investigações, estão o desenvolvimento do trabalho *freelance*, as formas de contratação atípicas, os baixos níveis de remuneração, o uso competitivo de redes e as fronteiras entre amadorismo e profissionalismo na mídia. Pesquisas mais recentes tratam da transitoriedade dos mercados de trabalho na indústria de mídia. No Brasil, as investigações de Fabio Pereira (2012, 2014) destacaram a importância de recorrer ao conceito de carreira para compreender melhor os jornalistas e o jornalismo (MICK; KIKUTI; BASTIN, 2020).

Em um levantamento do estado da arte sobre carreiras e trajetórias de jornalistas, a maioria das investigações que encontrei é de matriz interacionista e se concentra em análises de nível micro, utilizando métodos qualitativos como entrevistas associadas a outras técnicas. Entre os principais tópicos de investigação estão análises de grupos segmentados (PETRARCA, 2007; MIZUMURA, 2011), construção de identidade profissional (PEREIRA,

2008; 2021; AGNEZ, 2014; PERISSÊ, 2016; LIMA, 2021), vulnerabilidade da carreira (PITHAN *et al.*, 2020; HELOANI, 2005; REINARDY, 2011), estratégias para inserir-se na profissão (PEREIRA, 2018), permanecer nela (PEREIRA, 2020), e as razões para a desistência (PITHAN *et al.*, 2020; NUNO MATOS, 2020). Carreiras e trajetórias profissionais femininas também são tópico de crescente interesse, tanto a nível internacional (DAMIAN-GAILLARD *et al.* 2009; 2010; 2016; LE CAM *et al.*, 2021; LEE, KIM, 2022) quanto nacional (ROCHA, 2004; LEITE, 2017; BANDEIRA, 2019; NUNES, 2020; LIMA SOUZA *et al.*, 2021), por conta da evidente desigualdade de gênero¹ na profissão.

Um conjunto menor de investigações se baseia no paradigma sequencial dos estudos de carreira para produzir análises longitudinais, ou seja, compreender o que as(os) jornalistas fazem ao longo de suas vidas profissionais. Este tipo de estudo privilegia métodos quantitativos e análise estatística de trajetórias. Aos estudos pioneiros de Gilles Bastin (2015; 2016) na França, somam-se os primeiros estudos sobre trajetórias profissionais de jornalistas brasileiras(os) (PONTES, MICK, 2018; KIKUTI, ROCHA, MICK, 2022; ROSSO, MICK, 2020; QUESADA TAVARES, XAVIER, PONTES, 2021; MICK, ESTAYNO, 2018) e esta tese de doutorado, que é derivada da pesquisa comparativa internacional *flexMedia Lives*. Ela analisa o risco biográfico em trajetórias de jornalistas usando *big data* como fonte, e é coordenada pelo professor Bastin na França, e pelo professor Jacques Mick no Brasil. Porém, minha pesquisa dá passos autônomos com relação ao olhar teórico-epistemológico, ao colocar em diálogo teorias do Jornalismo, da Sociologia do Trabalho e das Profissões, e os Estudos Feministas.

Meu objetivo geral é entender como as desigualdades de gênero impactam nas trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil. Os objetivos específicos são: 1) comparar trajetórias de jornalistas homens e mulheres; 2) compreender como os efeitos da conjuntura, ou seja, os riscos biográficos, impactam nas trajetórias; 3) identificar os padrões nos movimentos de carreira que caracterizam as trajetórias de jornalistas brasileiras(os): gravitação (permanência no jornalismo), derivação (atividades jornalísticas em empregos fora da mídia) e dispersão (saída da profissão); e 4) produzir uma tipologia de carreira de jornalistas no país.

Sigo por um caminho metodológico inovador nas Ciências Sociais, desenvolvido no âmbito do *FlexMedia Lives*. Através de um algoritmo programado para captação de dados da

¹ Entendo que a categoria gênero é um tanto mais complexa do que o binarismo “masculino e feminino” adotado nesta tese, embora eu a tenha utilizado dessa forma porque os objetivos da pesquisa e o próprio objeto de estudo — trajetórias profissionais de um grande grupo de jornalistas, em sua maioria homens e mulheres cis — não exigia o desenvolvimento de tal complexidade.

rede social profissional *LinkedIn*, a equipe do projeto coletou 10 mil currículos de jornalistas brasileiros², dos quais cerca de 3 mil eram relevantes, ou seja, tinham a trajetória identificada com a profissão. As informações inseridas na rede social não são consideradas pela pesquisa como fiéis à realidade profissional, mas sim como uma forma de representação de si e do próprio trabalho em um ambiente de plataforma.

Destaco que os dados usados na pesquisa compõem parte dessa estrutura social mediada por algoritmos, no contexto de plataformização de inúmeras atividades sociais, incluindo o trabalho. As plataformas digitais são elementos entranhados ao tecido social e têm habilidade de produzir (ou interferir na formação de) o próprio tecido social, ou seja, elas intervêm nas relações entre indivíduos, grupos, empresas, instituições e governos (SAAD, 2020), e criam um feixe de relações e contradições com o capitalismo (GROHMANN, 2020). Elas são autorreguladas e regulam o mercado, estabelecendo políticas, decidindo quando e como os participantes se comunicarão, quais informações estarão disponíveis e como serão exibidas (ROSENFELD; ALMEIDA, 2021).

O *LinkedIn* não se configura exatamente como uma plataforma de trabalho, no sentido de que ela não intermedeia o trabalho diretamente (como faz, por exemplo, a Uber), mas atua como uma plataforma social onde as relações profissionais se estabelecem, onde se busca emprego, se qualifica, se exibem atributos e conquistas profissionais, incentivadas pela gestão de si como gestão de marca. Considerar o atravessamento do mundo do trabalho pela plataformização parece, portanto, fundamental para quem busca entender suas transformações.

Nesta pesquisa, busco olhar para meu objeto a partir de uma perspectiva feminista. Em primeiro lugar, porque é parte de quem sou: não posso guardar meu feminismo no armário enquanto escrevo. Em segundo lugar, porque fui entendendo, ao longo da minha trajetória como mulher (com suas nuances de raça, classe, orientação sexual, etc.), jornalista e pesquisadora, que a desigualdade de gênero é um dos principais problemas³ que estruturam a crise do capitalismo, e conseqüentemente do jornalismo (desenvolvo melhor este argumento no capítulo 1). O diálogo entre teorias feministas e do jornalismo não é fluido, mas é necessário se quisermos encarar verdadeiramente as questões que assolam essa área do conhecimento, e a profissão.

Dar as mãos para perspectivas feministas respalda minha escolha de escrever esta tese em primeira pessoa. Além de servir como provocação ao padrão corrente da linguagem

² além de currículos de jornalistas franceses, ingleses e belgas

³ Em intersecção com outros marcadores, como raça, etnia, classe, sexualidade, território...

“científica”, “impessoal” e “objetiva” cultivado na maioria dos textos acadêmicos, esta é uma forma de assumir a autoria da pesquisa e também a responsabilidade de quem diz; de dar coró à afirmação de Donna Haraway (1995), de que a objetividade científica só é possível quando localizada, corporificada; de entender e aceitar, portanto, que a interpretação dos dados que apresento aqui não poderia ter sido feita por outro olhar que não o meu, com suas potencialidades e suas limitações. Optei ainda por inverter a ordem dos gêneros nas palavras no plural que envolviam feminino e masculino. Sei que esta escolha é arbitrária e talvez seja incômoda para as(os) leitoras(es) (como inicialmente foi para mim), podendo ser alvo de críticas, mas assumi o risco em nome da recompensa de evitar a contradição de estar falando sobre uma categoria profissional majoritariamente feminina, com um olhar feminista, e tendo que me referir ao coletivo sempre no masculino, “os jornalistas”, por obediência à norma culta.

Estudar as desigualdades de gênero na profissão é uma escolha coerente com meu percurso acadêmico: desde a entrada no mestrado em Jornalismo, em 2013, na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), participei do grupo de estudos em Jornalismo e Gênero, coordenado pelas professoras Paula Melani Rocha e Karina Janz Woitowicz. O amadurecimento pessoal e intelectual em curso desde então, fruto de (entre outras coisas) inúmeras discussões coletivas com professoras e colegas, me levou a propor um projeto de pesquisa sobre mulheres jornalistas para o doutorado em Jornalismo na UFSC, que se transformou ao longo dos anos, enriqueceu enormemente com as discussões que experimentei também nessa universidade⁴, mas manteve a proposta de compreender, a partir do conhecimento científico, o que eu já testemunhava e vivia na prática: o significado de ser mulher e jornalista em um contexto de transformações estruturais da profissão.

Quando falo em transformações estruturais, quero dizer “crises”. A mais recente crise de governança (MICK; TAVARES, 2017), de caráter multifatorial (mas com grande influência da tecnologia) teve um impacto brutal no fazer jornalístico, desde os modos de apuração, edição e publicação de matérias, até a reconfiguração do que se entende por trabalho de jornalistas, adaptação a uma “sociedade redacional” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), erosão das antigas formas de financiamento, surgimento de novas

⁴ Entre elas, destaco duas disciplinas cursadas: Tópicos Especiais em Filosofia Política - Calibã e a Bruxa, com a professora Janyne Sattler (PPGFIL) e Epistemologias Feministas, com a professora Cláudia Lima Costa (PPGLIT) (que fiz como ouvinte). Ademais, alguns cursos sobre Gênero e Feminismos promovidos pelo Instituto de Estudos de Gênero (IEG), vinculado ao Doutorado em Ciências Humanas (PPGICH), além dos inúmeros debates ocorridos em outras aulas, manifestações de rua, corredores e bares afora.

atribuições, intensificação da concorrência, entre outras coisas, desenhando para as(os) profissionais da notícia o preocupante cenário descrito no início desta introdução⁵.

A pesquisa é dividida em quatro capítulos, sendo os dois primeiros teóricos, o terceiro metodológico e o quarto analítico. No capítulo 1, “**Lentes feministas para observar o jornalismo em crise**”, mobilizo autoras vindas de diferentes áreas (como Filosofia, História, Ciências Sociais e Jornalismo) para lançar um olhar crítico a respeito da razão neoliberal e das transformações do mundo do trabalho do jornalismo — partindo da premissa de que as crises (cíclicas) do jornalismo são conectadas às crises do sistema capitalista, não sendo possível compreendê-las fora deste contexto. Considero que entender o que o jornalismo está se tornando perpassa, necessariamente, por conhecer quais corpos o produzem.

No capítulo 2, “**O mundo do trabalho de jornalistas e os estudos sobre carreiras**”, procuro situar o objeto de pesquisa desta tese em seu campo multidisciplinar de estudos. Na primeira parte, conceituo carreira e trajetória profissional, a partir de autores como Gilles Bastin (2012; 2015; 2016), Fabio Pereira (2012; 2014; 2020; 2021), entre outros, e trago um estado da arte com ênfase nos estudos sobre profissionais mulheres. Na segunda parte, apresento a morfologia da profissão, trazendo estudos que caracterizam quem é jornalista no Brasil, onde jornalistas trabalham e sob quais condições o trabalho jornalístico é feito, com especial atenção às desigualdades de gênero, em conexão com o capítulo 1.

No capítulo 3, “**Metodologia**”, primeiro contextualizo o tipo de pesquisa que produzi, apresentando as potencialidades e desafios de estudos com *big data* nas Ciências Sociais, e discuto a pertinência de utilizar dados do *LinkedIn* como fonte de pesquisa. Apresento, ainda, a pesquisa comparativa internacional *flexMedia Lives*, da qual esta tese deriva. Em seguida, descrevo os procedimentos metodológicos adotados na fase de coleta, limpeza/organização e análise dos dados dos currículos de jornalistas brasileiros.

O quarto e último capítulo, “**As trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil**”, trata da análise longitudinal feminista dos 2.985 currículos estudados. Apresento os dados gerais, seguidos de análises sequenciais de trajetórias de jornalistas ao longo de 20 anos. Logo após, separo essas trajetórias por gênero (nas quais analiso os primeiros 15 anos) e por coorte, ou década de entrada na profissão (nas quais analiso os primeiros 10 anos), para ver o impacto desses marcadores nas carreiras. Organizo a descrição e interpretação desses dados a partir dos movimentos de carreira descritos por Bastin (2016), e do aporte teórico disposto

⁵ O descompasso entre essa realidade observada na profissão e aquilo que aprendemos na universidade sobre ela, lemos em boa parte dos livros didáticos, ensinamos nas salas de aula, e projetamos como carreira, foi um dos grandes motivos para querer estudar o tema mais a fundo.

nos capítulos 1 e 2. Em seguida, a partir da técnica de agrupamento das trajetórias por semelhança (clusterização), desenvolvo uma tipologia de carreira para jornalistas brasileiras(os). Ao final, teço discussões sobre o conjunto dos dados, destacando as questões mais relevantes da pesquisa.

Entre os principais resultados, considero que o mundo do trabalho de jornalistas tem demonstrado uma força gravitacional limitada, tendo certa dificuldade em atrair indivíduos e mantê-los dentro da sua órbita por longo tempo. A precarização e a flexibilização do trabalho, alta exigência de disponibilidade para a vida profissional e insegurança são fatores que ajudam a explicar esse fenômeno, que também varia conforme o gênero (a precarização é intensificada no caso das mulheres) e o momento de entrada na profissão — o chamado risco biográfico.

1 LENTES FEMINISTAS PARA OBSERVAR O “JORNALISMO EM CRISE”

O propósito deste capítulo é caracterizar algumas das transformações pelas quais passa o jornalismo contemporâneo, associadas à sua mais recente crise de governança, a fim de circunscrever o objeto de pesquisa — as trajetórias profissionais de jornalistas brasileiros — nesse contexto. Faço isso a partir de um olhar situado, feminista e focado nas desigualdades de gênero, pois compreendo que a crise afeta particularmente o trabalho das mulheres jornalistas, tornando-as mais suscetíveis a problemas como precarização, acúmulo de funções e demissões. Esse olhar requer um questionamento sobre o modo dominante de conhecer a realidade, pretensamente universalizante, pois tal interpretação parece não dar conta do problema em sua integralidade. Em outras palavras, é necessária uma ruptura epistemológica. “Sem o rompimento com os saberes dominantes, que incluem a forma como nomeamos, classificamos e valoramos as coisas do mundo por um valor relativo a gênero, vamos seguir alimentando a naturalização de um tipo de poder que resulta em violência” (MORAES; MAIA, 2021, p.278). Por isso, proponho ler as transformações do jornalismo usando as lentes das epistemologias feministas.

Somo às discussões que leem a crise do jornalismo como sendo de caráter multifatorial, relacionada às dimensões de sua governança, e que é consequência das crises estruturais do capitalismo — cuja mais recente onda, iniciada com o estouro da bolha imobiliária e bancária dos Estados Unidos em 2008, é marcada por mudanças tecnológicas nos meios de produção (digitalização), reestruturação da planta das empresas, reorganização dos negócios e migração para plataformas. Ao contrário do que possa parecer, a “crise do capitalismo” não significa sua erosão, mas o oposto: o capitalismo causa crises porque se alimenta delas, ou seja, fazem parte da própria estrutura do sistema, e o discurso a respeito das adversidades conjunturais é utilizado como peça-chave no fortalecimento da ideologia neoliberal. Sob o pretexto de uma catástrofe emergente, o sistema capitalista gera insegurança social para depois apresentar-se, de forma repaginada, como o reordenamento, a salvação para o problema que ele mesmo criou. “Fala-se em crise a propósito daquilo que se pretende reestruturar, tal como se designa por ‘terroristas’ a quem se planeja atacar” (COMITÊ INVISIVEL, 2016, p. 25).

A plataformação ou “uberização” (BELL *et al.*, 2017; COULDRY, 2019) é um exemplo de reestruturação gerada pelo “capitalismo em crise” que impacta o jornalismo de maneira severa. As plataformas — geridas por conglomerados empresariais como *Google* e *Meta* — operam seus negócios e garantem quantidades assombrosas de lucro se apropriando

dos dados gerados por usuários, clientes, parceiros e fornecedores, incluindo jornalistas profissionais. Além de arrebatarem grande parte da verba publicitária que antes sustentava empresas jornalísticas, também fazem com que se torne obrigatório que jornalistas conheçam seus mecanismos e se adaptem a suas lógicas de formatação e circulação (escrita modulada por sistemas de busca (SEOs), produção multiplataforma e mescla de notícias com conteúdos patrocinados, refletindo em mudanças sociotécnicas da divisão do trabalho, precarização e insegurança financeira.

Não por acaso, *Google* e *Meta* têm ampliado, ao longo dos últimos anos, programas de incentivo e treinamento para projetos de jornalismo ao redor do mundo, especialmente em países como o Brasil. Em seus sites, *Google News Initiative*⁶ se declara como um esforço para “trabalhar com o setor de notícias para ajudar o jornalismo a prosperar na era digital”, e o *Facebook Journalism Project*⁷ tem como objetivo “ajudar o setor de notícias a enfrentar os principais desafios de negócios”. Dois dos grandes responsáveis pela crise do jornalismo estão oferecendo programas para... Tirar empresas jornalísticas e jornalistas do buraco — desde que continuem, é claro, gerando conteúdos e outros dados que alimentem gratuitamente suas plataformas.

O jornalismo nasceu, no século XIX, no berço de um sistema-mundo capitalista, masculinista, heterossexista, racista e ocidentalista, e a partir de um paradigma moderno, colonial e positivista de construção do conhecimento (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019). No entanto, há uma ambivalência: se por um lado ele é produto desse sistema-mundo, criado com o intuito de atender aos interesses das classes dominantes e reproduzir sua hegemonia, por outro lado é um fenômeno cuja essência pode ultrapassar os contornos ideológicos de sua gênese burguesa, sendo uma forma social de conhecimento que, tal como a ciência e as artes, é vital para o reconhecimento e a transformação da realidade em que vivemos (GENRO FILHO, 2012). O valor de uso do jornalismo estaria na capacidade de desestabilizar os consensos e desmistificar a realidade reificada no sentido de superá-la — ele atingiria sua máxima potência somente quando, de fato, questionasse os pressupostos do sistema-mundo que o originou (SOUZA, 2018). E isso envolve, entre outras coisas, a decisão sobre quais corpos produzem esse jornalismo, e sob quais condições.

Para Silvia Federici (2017, p.17), “cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva e mostra que a degradação das mulheres, entre outros aspectos, é condição necessária para a

⁶ Disponível em https://newsinitiative.withgoogle.com/intl/pt_br/. Acesso em 14 jun. 2021.

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/journalismproject>. Acesso em 14 jun. 2021.

existência do capitalismo em qualquer época”. Como é o capitalismo quem rege a crise do jornalismo, ela também compartilha dessa lógica, como fica visível nas variadas desigualdades de gênero perpetuadas na profissão: apesar de serem maioria no Brasil, mulheres jornalistas ganham menos do que seus colegas homens executando as mesmas funções, sofrem mais com acúmulo de tarefas, com adoecimento ligado a atividades laborais, e têm mais dificuldades para chegar a cargos de chefia. Elas também são minoria entre jornalistas de opinião, como articulistas, colunistas, comentaristas e analistas (VELOSO, 2013). Conforme Paula Rocha (2019, p.51):

Como as desigualdades de gênero e raça, no sistema capitalista com lastro patriarcal, são estruturantes e reiteradas pelas instituições sociais (família, educação, economia, política, entretenimento, comunicação/jornalismo entre outras), no momento de crise do capital elas afloram e se tornam latentes na consumação da maior exploração e precarização do trabalho feminino e sobretudo da mulher afro-brasileira.

Eis a razão pela qual proponho pensar nas transformações da profissão a partir de uma mirada feminista: alguns estudos desse escopo, essencialmente anticapitalistas, parecem ser uma chave interpretativa potente para compreender e caracterizar a crise do jornalismo como um problema estruturado pela desigualdade de gênero (e também de raça, classe, sexualidade, entre outras). Embora nos últimos anos haja um aumento significativo de pesquisas envolvendo jornalismo e gênero, são poucos os estudos que se debruçam sobre as metamorfoses do jornalismo com um olhar feminista transversal, que lance luz sobre a evolução do jornalismo, sobre as suas representações e práticas profissionais e sobre o funcionamento das organizações de imprensa e do campo da mídia, como propuseram pioneiramente Béatrice Damian-Gaillard *et al.* (2009) na França. Esse exercício de pensar a crise pelo viés feminista tem a intenção de subsidiar, nesta pesquisa, a escolha da feminização e do gênero como categorias de análise para o exame do material empírico, que são as trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil. A feminização é uma das principais tendências que afetam o trabalho de jornalistas na atualidade, juntamente com a desespecialização/hibridização, a precarização e a juvenilização.

Neste capítulo, primeiro procuro situar o papel das teorias feministas nas críticas ao paradigma hegemônico de construção de conhecimento e à ideologia neoliberal — principal responsável pelas recentes reestruturações produtivas observadas no mundo do trabalho em geral, e no das(os) jornalistas em particular. Na sequência, utilizo tais críticas para subsidiar uma interpretação feminista acerca da crise contemporânea do jornalismo, procurando explicar como ela afeta cada uma das dimensões de sua governança (MICK; TAVARES,

2017). Essa interface entre as Teorias Feministas, Teorias do Jornalismo e Sociologia do Trabalho é o que fundamenta o olhar interpretativo para as trajetórias profissionais examinadas no capítulo 4.

1.1 FEMINISMOS E CRÍTICA À RAZÃO NEOLIBERAL: MULHERES SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DA PRECARIIDADE LABORAL

O paradigma moderno — que orienta a ciência e também o jornalismo — tem como característica a definição do conceito de universalidade e de seu sujeito, o “sujeito universal”. Isso define o centro a partir de onde se organiza o conhecimento tido como verdadeiro, credível, e delinea as condições de saber e relações de poder na sociedade; e como obedece a uma ordem colonialista e masculinista de pensamento, esse sujeito, na realidade, é masculino, branco, ocidental, heterossexual, burguês (MORAES; MAIA, 2021, p. 279). Como ver é sempre condicionado a uma possibilidade de ver, essa perspectiva dominante é limitada ao ignorar outros pontos de vista: o de mulheres, de pessoas negras e indígenas, das pessoas LGBTQIA+, das pessoas do sul global e das periferias.

As epistemologias feministas atuam na fissura das barreiras impostas pelo paradigma moderno ao conhecimento plural e democrático, ao reconhecer que os saberes são situados, “corporificados” (HARAWAY, 1995), ou seja, afetados pelos corpos que os produzem — corpos estes atravessados por sexo, raça, etnia, classe, localização geográfica. Plurais em suas vertentes propositivas e alternativas metodológicas, as teorias feministas dedicam-se a mostrar outra dimensão da estratificação e da hierarquia social: a do gênero como uma categoria relacional de poder. Não se trata de oferecer uma interpretação concorrente com outras tantas sobre as questões típicas do campo da epistemologia, mas sim de questionar os próprios modos de conhecer. Ou seja: há nelas um caráter “meta-filosófico” (SATTLEER, s/p).

Dentro do conjunto das epistemologias que investigam as hierarquias e interesses de gênero na produção do conhecimento está a teoria feminista da perspectiva (*feminist standpoint theory*), que defende que as maneiras pelas quais corpos e conhecimentos são situados tanto limitam quanto possibilitam o que se pode conhecer (GARCEZ; SILVEIRINHA, 2020). Por isso, argumenta que as mulheres possuem capacidade privilegiada para desmascarar teorias e conjecturas sexistas e também classistas e capitalistas (HARTSOCK, 1987; HARDING, 1993, SATTLEER, s/p). Não se trata da busca pela conformação de um ponto de vista único entre as mulheres — aliás, Sandra Harding (1993) critica quaisquer celebrações acríticas de formas de conhecimento supostamente femininas

—, mas sim da percepção de que pensar a produção de conhecimento a partir da ótica de grupos marginalizados resulta em questionamentos críticos sobre a realidade, produzindo conhecimento mais útil em geral (GARCEZ; SILVEIRINHA, 2020), o que é potente para refletir sobre as reestruturações produtivas do jornalismo.

Tal vertente se mostra pertinente para repensar, entre outras questões, as noções clássicas de trabalho e emprego, que se referiam exclusivamente à produção assalariada, pois eram construídas a partir de análises androcêntricas, ou seja, do trabalho e do emprego masculinos. “Este androcentrismo explica porque as mulheres e outros grupos de trabalhadores com características sociais que não correspondem à masculinidade hegemônica — jovens, negros, minorias étnicas, homossexuais — são vistos como marginais ou como versões deficientes do modelo” (SOSA, 2019, p. 343, tradução livre⁸). Subverter a lógica androcêntrica significa levar em conta a experiência integral do trabalho no cotidiano, incluindo funções domésticas e de cuidado com filhos, com pessoas mais velhas, e não somente a observância do que ocorre durante o horário de expediente. Epistemologias feministas contribuem com o tema ao construir categorias como divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e reprodutivo (remunerado e não remunerado), trabalho doméstico, violência de gênero, uso do tempo como fator de desigualdade, entre outras, para pensar as relações do mundo do trabalho (SOSA, 2019). Elas atuam como chaves políticas para desvendar e transformar situações de dominação e alienação observadas entre as(os) jornalistas no contexto da hegemonia neoliberal.

Na América Latina, o neoliberalismo foi instalado durante as ditaduras militares, na segunda metade do século XX, “diante do massacre estatal e paraestatal da insurgência popular e armada, e foi consolidado nas décadas seguintes a partir de grandes reformas estruturais, conforme a lógica de ajuste das políticas globais” (GAGO, 2018, p. 15). No Brasil, a consolidação dos veículos de comunicação como empresas e a profissionalização das redações ocorreu justamente na redemocratização e na ascensão do neoliberalismo como ideologia hegemônica (NUNES, 2020). Entender as dinâmicas dessa nova razão de mundo (DARDOT; LAVAL, 2016) é um passo importante para explicar a crise do jornalismo, e para contextualizar as críticas feministas a esse sistema.

São quatro os traços que caracterizam a razão neoliberal, segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016, p. 377): a) a necessidade de intervenção ativa do Estado no mercado

⁸ No original: “Ese androcentrismo explica por qué las mujeres y otros grupos de trabajadores con características sociales que no corresponden a la masculinidad hegemónica — jóvenes, negros, minorías étnicas, homossexuales — son vistos como marginales o como versiones deficientes del modelo.”

(que se apresenta não como dado natural, mas como realidade construída), assim como a instauração de um sistema de direito específico; b) a concorrência se institui como norma geral das práticas econômicas; c) o Estado não tem apenas o papel de “guardião vigilante” desse quadro, mas também se submete à norma da concorrência, e é obrigado a ver a si mesmo como uma empresa (constrói o mercado, ao mesmo tempo em que constrói a si mesmo de acordo com as normas do mercado); e, por fim, d) a dinâmica concorrencial atinge também indivíduos em sua relação consigo mesmos: “cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que deve se fazer frutificar” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.378).

Citando Foucault, Verónica Gago (2018) afirma que a grande inovação do neoliberalismo é ser uma forma de governar por meio do impulso às liberdades. Se, à primeira vista, isso parece uma contradição, um olhar mais atento desvenda “uma forma sofisticada, inovadora, complexa de articular, íntima e institucionalmente, uma série de procedimentos e afetos que incentivam a livre-iniciativa, a autoempresarialidade e a autogestão, assim como a responsabilidade sobre si” (GAGO, 2018, p.16). A razão neoliberal se constitui, assim, por variados modos de fazer, sentir e pensar que organizam o trabalho, os afetos e demais aspectos da vida social.

Entre as últimas décadas do século XX e início do XXI, a sociedade salarial, caracterizada pela busca de melhoras progressivas de proteção e qualidade de vida dos e das trabalhadoras (CASTEL, 1998), foi substituída pela razão neoliberal. Essa dinâmica se intensificou com a mais recente crise do capitalismo, em 2008, acelerando privatizações, desregulamentação financeira, redução de proteções sociais e flexibilização do trabalho, sobretudo em economias emergentes, como a brasileira, que respaldou politicamente as mudanças por meio da reforma trabalhista, aprovada em 2017⁹. Trabalhadoras(es), em meio à erosão de seus direitos, foram levadas(os) a ponderar cada vez mais entre a busca por emprego com carteira assinada ou abrir seu próprio negócio, no qual é possível instituir por si os rumos, estratégias e metas do trabalho, trazendo maior sensação de liberdade.

O capitalismo se apropria dessa sensação de autonomia gerada pela empresa ou pelo trabalho por conta própria para instituir a solução empreendedora, que é, inclusive, legitimada pelo discurso midiático hegemônico, alimentando seu apreço por contar histórias de “vencedores”. Para Vander Casaque (2018), o empreendedorismo se reveste de uma interface narrativa palatável, na qual a inspiração tem papel chave, esvaziando o caráter

⁹ No Brasil, a reforma trabalhista de 2017 derrubou parte dos direitos adquiridos com a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) em 1º de maio de 1943. Além disso, outras formas contratuais foram legalizadas, acentuando a insegurança e a desigualdade social.

político desse projeto de sociedade em favor da manutenção de lógicas meritocráticas e flexibilizadoras do trabalho, típicas do neoliberalismo.

Afastando-se da ambição explícita do capitalista “selvagem”, o empreendedor com propósito, fundado em suas crenças, renova a retórica do capitalismo e oferece uma aura de autenticidade ao sistema, tornando-o capaz de engajar novos quadros (...). Um mundo baseado no *networking*, na produtividade das relações, na profusão do pensamento único – a monocultura empreendedora, que ambiciona se universalizar, tal qual se universalizou o *ethos* burguês (CASAQUI, 2018, p.64)

Novamente, o capitalismo cria crises para se beneficiar delas. Essa artimanha, além de política, é também um modo de subjetivação da ordem patriarcal (GAGO, 2020), porque desconsidera os marcadores de gênero, raça e classe na narrativa sobre o “sucesso” ou o “fracasso”, ignorando o papel das mulheres, sobretudo das mulheres negras e pobres, na reprodução da força de trabalho (o que inclui atividades domésticas e de cuidado). Ou seja, mesmo em um cenário de exploração geral dos trabalhadores como o que vivenciamos atualmente, há distinção entre homens e mulheres, e o início desse diferencial é o trabalho reprodutivo — “invisibilizado e, ao mesmo tempo, constitutivo da produção social contemporânea” (GAGO, 2020, p.145). Mulheres são colocadas em clara desvantagem na dinâmica competitiva e individualizante da sociedade neoliberal, e o esvaziamento do caráter político dessa exclusão pela narrativa empreendedora dificulta enxergar o problema como uma questão coletiva e estrutural. Por isso, é fundamental tentar compreender as formas específicas de exploração das mulheres.

A questão trazida pela economia feminista sobre por que o ocultamento da reprodução é chave para os processos de valorização no capitalismo é central para compreender o funcionamento das hierarquias no interior do trabalho. No intuito de respondê-la, Silvia Federici propõe uma releitura de Marx para fazer algo que ele não fez: considerar o papel das mulheres na transição para o capitalismo. Conforme a autora (2019, p. 195),

Se Marx tivesse reconhecido que o capitalismo depende tanto de uma imensa quantidade de trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho quanto da desvalorização dessas atividades reprodutivas para diminuir os custos com a força de trabalho, ele poderia ter sido menos inclinado a considerar o desenvolvimento capitalista como inevitável e progressivo.

As mulheres e meninas ao redor do mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado (OXFAM, 2020). De acordo com o estudo, isso equivale a uma contribuição de cerca de U\$10,8 trilhões ao ano para a economia global (valor três vezes maior que o da indústria de tecnologia do mundo). No Brasil, país com uma das maiores desigualdades de gênero na América Latina (WORLD ECONOMIC FORUM, 2020),

mulheres gastaram quase o dobro do tempo do que os homens em tarefas domésticas e cuidado em 2019 — 11h semanalmente para eles, 21h44 para elas, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2019), diferença que provavelmente aumentou com a pandemia de Covid-19, por conta do fechamento de escolas e desarticulação das redes de apoio em função do isolamento social.

Com relação ao trabalho doméstico remunerado, considerado o “núcleo duro do déficit de trabalho decente no mundo”, segundo a Organização Internacional do Trabalho¹⁰ por ser uma das ocupações com níveis mais baixos de remuneração e maior índice de informalidade, no Brasil é exercido por mulheres em 92% dos casos, sendo que 65% delas são mulheres negras. A maioria das trabalhadoras domésticas brasileiras tem entre 30 e 59 anos, trabalha na informalidade (73%), e a média salarial é de R\$ 876, para uma média de 52 horas de trabalho semanal. Em todas as regiões do país, mais da metade delas são chefes de família (IBGE, 2019). Olhar para o lugar singular do trabalho das mulheres de modo a entender essas dinâmicas específicas lança luz sobre a exploração em geral de um modo novo (GAGO, 2020).

No contexto brasileiro, a profissionalização do jornalismo se deu juntamente com o aumento da escolaridade das mulheres, permitindo a entrada delas em carreiras que exigiam qualificação e eram até então dominadas por homens — mas, como veremos, esse mundo do trabalho é expressivamente afetado por desigualdades de gênero e isso se intensificou a partir da crise de 2008, que aumentou ainda mais a precarização. “Jornalistas sofreram com particular intensidade os efeitos da crise política e econômica que ajudaram a amplificar”¹¹ (PONTES; MICK, 2018, p. 3). O cenário de crise e precarização da carreira de jornalistas tem presença maior de mulheres (ROCHA; SOUSA, 2008; MICK; LIMA, 2013): se em 1995 elas representavam 28% das jornalistas em perspectiva global, em 2009 esse número cresceu para 37%, atingindo 47% na Europa em 2012 (HANITZSCH; HANUSCH, 2012). No Brasil, elas eram 64% das profissionais do setor em 2012, e 57,8% em 2021 (LIMA, 2021). Apesar de o jornalismo ser mais feminino do ponto de vista quantitativo, isso não significa um tratamento mais igualitário no que diz respeito às relações de trabalho dentro das redações. É importante diferenciar esses efeitos quanti e qualitativos, para escapar de interpretações simplistas que associam diretamente o aumento de mulheres nos postos de trabalho à redução

¹⁰ Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>. Acesso em 07 mar. 2023.

¹¹ No Brasil, os jornalistas foram protagonistas da crise política e social que afeta o país desde 2013, já que a mídia jornalística cumpriu papel importante na formação da opinião pública favorável ao golpe parlamentar de 2016, que depôs a presidente Dilma Rousseff e fomentou a polarização política no país.

nas desigualdades de gênero. O subtópico a seguir tratará dessa diferença a partir das categorias de feminilização e feminização, propostas por Silvia Yannoulas (2011).

1.2. FEMINIZAÇÃO E GÊNERO COMO CATEGORIAS PARA ENTENDER O MUNDO DO TRABALHO

Durante a implementação do neoliberalismo, com a liberalização do comércio e aumento da concorrência internacional, ao mesmo tempo em que o emprego masculino regrediu ou estagnou, houve aumento quantitativo do trabalho remunerado de mulheres no mundo todo (HIRATA, 2001). No entanto, isso se deu em postos precários e vulneráveis, com piores salários, e, embora as mulheres estivessem mais envolvidas em atividades profissionais, não houve mudança substancial na divisão do trabalho doméstico. Ou seja: ao invés de simplesmente “trabalharem fora”, as mulheres acumularam atividades no interior e no exterior dos lares, caracterizando jornadas duplas ou triplas. E são propriamente essas jornadas que muitas vezes as impedem de dedicar-se mais ao trabalho remunerado, tendo como consequência a dificuldade de ascender a postos mais altos, retroalimentando o sistema de opressão e desigualdade que perpetua homens em posições de comando .

Os efeitos quantitativos e qualitativos da inserção de mulheres no mercado de trabalho são distintos, embora estejam vinculados. Com o intuito de evitar confusões e ao mesmo tempo orientar escolhas políticas para compreender as maneiras e as perspectivas da participação feminina no trabalho, Silvia Yannoulas (2011) propõe o uso de categorias específicas para cada um dos processos: *feminilização*, para se referir ao aumento numérico de mão de obra feminina em determinado tipo de ocupação, e *feminização*, que diz respeito às transformações qualitativas, vinculadas à imagem simbólica do feminino predominante em determinado período e cultura.

Postulamos que existe uma intensa relação entre o acesso massivo de mulheres em uma determinada profissão ou ocupação (feminilização, contabilidade de pessoas de sexo feminino ou fêmeas) e a progressiva transformação qualitativa da mesma (feminização, caracterização e tipificação de uma ocupação ou profissão). Com o ingresso massivo de mulheres, diminuem as remunerações e o trabalho perde prestígio social. Sob outra perspectiva, quando as profissões se feminilizam, passam a ser entendidas como extensão no espaço público da função privada de reprodução social (função dos cuidados). Assim, ao analisar a mudança na existência objetiva de uma profissão (feminilização), é necessário entender como e por que aconteceu a mudança (feminização de atributos, características descritivas que determinam e regulam o exercício da profissão ou ocupação) (YANNOULAS, 2011, p. 284).

Segundo Yannoulas (2013), algumas pesquisadoras atribuem à feminização um sentido subversivo, de desregramento do sistema social (por exemplo, quando mulheres ocupam cargos antes reservados aos homens, e transformam-nos a seu favor). Mas a abordagem mais comum é aquela que associa a feminização com características precarizadas, vulneráveis e desvalorizadas de determinada profissão. Esta posição é compartilhada por Donna Haraway, para quem feminização significa tornar-se

(...) capaz de ser desmontado, remontado, explorado como uma força de trabalho de reserva; que as pessoas envolvidas são vistas menos como trabalhadores/as e mais como servos/as; sujeito a arranjos do tempo em que a pessoa ora está empregada num trabalho assalariado ora não, num infeliz arremedo da ideia de redução do dia de trabalho (...) (HARAWAY, 2009, p.69).

Essa diferenciação é o que nos oferece subsídios para observar o seguinte fenômeno: a *feminilização* produz *feminização*, que, em contexto de crise, produz o efeito inverso, ou seja, *desfeminilização* (KIKUTI; ROCHA; MICK, 2022). As mulheres sofrem mais os efeitos da crise do capitalismo (FEDERICI, 2017), sendo as mais afetadas pelo desemprego e dinâmicas de precarização. Como sintetiza Dimalice Nunes (2020, p.33), “se o primeiro reflexo da precarização do mercado de trabalho é o aumento da ocupação feminina, em um cenário de intensificação da má qualidade do emprego e da escassez de postos disponíveis são as mulheres que se tornam mais vulneráveis”. Foi o que ocorreu com as jornalistas brasileiras, que nos últimos anos abandonaram mais a profissão do que seus colegas homens, seja por demissões, por dificuldades de reinserção em empregos na mídia após deixarem um posto, seja pelo alto nível de exigência da profissão, que dificulta a conciliação entre o trabalho no jornalismo e a vida pessoal (casamento, maternidade, etc.) (PONTES, 2017).

Uma hipótese explicativa para isso, no caso do jornalismo, é que a feminização produzida pela inserção de mulheres na profissão não foi, ainda, suficiente para desencadear mudanças estruturais, de modo que os valores seguem sendo masculinizados, influenciando nos comportamentos, nas relações e nas visões de mundo. Conforme explica Marcia Veiga da Silva (2021, p. 275-276):

Na lógica masculinista do jornalismo, as práticas são guiadas por valores como “arrancar” informações, “furar” o colega, correr riscos, ter coragem, ser herói, isento, verdadeiro, objetivo, sucinto. O tempo, sempre da pressa, visa conter um “todo” em respostas rápidas e simplificadoras. A ideia de credibilidade está relacionada ao sujeito universal (homem, branco, hetero, burguês), às instâncias consideradas de maior poder e a determinados tipos de saber.

Para entender quais os efeitos observáveis da presença de mulheres no mundo do trabalho de jornalistas, Paula Rocha (2019) propõe a feminização como categoria de análise¹². A autora divide tais transformações qualitativas entre aquelas que conseguiram romper com estruturas determinantes da divisão sexual do trabalho (efeitos positivos), e as barreiras que ainda são mantidas e naturalizadas na recomposição do mundo do trabalho, reiterando as desigualdades de gênero (efeitos negativos). Elas estão, resumidamente, reproduzidas a seguir (ROCHA, 2019, p.61-63):

a) Efeitos positivos da feminização:

- i) Maior denúncia das relações de assédio no exercício da profissão e das desigualdades de gênero entre os pares;
- ii) Aumento de pesquisas acadêmicas sobre a cultura profissional, com perspectiva de gênero;
- iii) Ascensão de mulheres brancas aos cargos de chefia intermediária;
- iv) Maior presença feminina nas editorias de Política e Economia, antes majoritariamente reservadas ao homens;
- v) Surgimento de editorias e seções com escopo em gênero e direitos humanos nos jornais;
- vi) Presença de mulheres afro-brasileiras e brancas em cargos de direção em novos arranjos de mídia;
- vii) Elaboração de protocolos e ações de proteção às profissionais mulheres e em combate às assimetrias de gênero, raça e etnia por entidades e associações representativas da categoria;
- viii) Presença majoritária delas nas cadeiras de graduação e pós-graduação em Jornalismo.

b) Efeitos negativos (ou obstáculos que se mantêm):

- i) Os tetos de vidro como barreiras para ascensão profissional, especialmente às jornalistas mulheres afro-brasileiras;
- ii) Maior exploração e precarização da mão de obra feminina, resultando em maior evasão;
- iii) Pouco reconhecimento ainda em editorias especializadas como esporte e tecnologia;
- iv) Mulheres estão em maior número no setor fora da mídia (assessoria de imprensa e de comunicação) do que no setor dentro da mídia, onde aglutinam-se mais nas redações de revistas, agências de notícias e emissoras de televisão;
- v) Necessidade de provar seu conhecimento e competência profissional por meio de maior escolarização e qualificação profissional;
- vi) As barreiras de raça estão presentes também no acesso à educação e na formação profissional e são transpostas para a divisão sexual do trabalho, sobrepondo raça e gênero;

¹² A autora considera a feminização como categoria de análise em construção, porque seus efeitos ainda não puderam ser completamente medidos.

vii) Ausência de absorção proporcional pelo mercado de trabalho da oferta de mão de obra feminina egressa dos cursos de graduação.

Inspirada em Rocha, utilizo a feminização como categoria de análise para os dados sobre trajetórias profissionais, procurando entender as diferenças entre movimentos de carreira feitos por homens e mulheres, com ênfase nos traços observáveis do efeito da presença de mulheres no conjunto de trajetórias de jornalistas no Brasil. Associo à feminização uma segunda categoria de análise, o gênero, que funciona como chave interpretativa mais ampla para o objeto empírico.

Entendido tanto como um processo de identificação quanto referência social de gênero, esta é uma categoria que se debruça sobre as características específicas atribuídas ao masculino e ao feminino em cada cultura, e possibilita dar significado às relações de poder, dominação, subordinação e subjugação na sociedade (SCOTT, 1990). Fruto de campos interdisciplinares, sobretudo das áreas de Ciências Humanas e Sociais, o gênero se afasta “do arcabouço conceitual de uma oposição universal do sexo” (LAURETTIS, 1994, p.207), ou seja, que vê o sexo e a sexualidade como binários e determinantes para as relações sociais. Ao contrário, é guiado pela pluralidade, multiplicidade e diversidade dos atores sociais que habitam o mundo.

O gênero é o primeiro campo, mas não o único, no qual o poder é articulado. Ele funciona como um meio para compreender relações complexas entre as variadas formas de interação humana em distintas sociedades e contextos, sendo uma dimensão decisiva da organização da igualdade e da desigualdade na família, na economia, na organização política e no mercado de trabalho (ROCHA, 2019). Pela perspectiva de gênero, a mulher é vista como uma sujeita múltipla, sendo consideradas e articuladas “as diferenças entre mulheres e Mulher, isto é, as diferenças entre as mulheres, ou talvez mais exatamente as diferenças nas mulheres” (LAURETTIS, 1994, p. 207). Embora não tenha sido possível, nos limites desta pesquisa, articular o gênero a outras variáveis interseccionais (o que limita a possibilidade de compreender a multiplicidade de sujeitas(os) existentes no jornalismo), ainda assim esta categoria analítica pode ajudar a compreender questões fundamentais para a pesquisa, por exemplo como os atributos designados culturalmente aos homens e às mulheres resulta em divisão sexual do trabalho dentro e fora do jornalismo, impactando negativamente nas carreiras femininas.

1.3 O QUE O JORNALISMO ESTÁ SE TORNANDO? IMPERMANÊNCIAS E CRISES

As mudanças ocorridas no jornalismo nas últimas décadas foram descritas por diversos autores, sob diferentes alcunhas: jornalismo pós-industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), mudanças estruturais (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011), jornalismo em “fase beta” (DEUZE; WITSCHGE, 2016¹³), crise de governança (MICK, TAVARES, 2017; CHRISTOFOLETTI, 2019), metamorfoses/mudanças de paradigma (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Um paradigma jornalístico pode ser definido como um sistema normativo — um conjunto de regras, crenças e valores —, que confere legitimidade e coerência às práticas da comunidade jornalística em determinado espaço e tempo. Ou seja, é uma estrutura composta por um conjunto de pressupostos compartilhados pelos jornalistas e que guiam suas práticas, caracterizando um estado relativamente estável na cultura profissional. Como se manifestam como tipos ideais, paradigmas não correspondem exatamente aos fenômenos sociais, mas são válidos justamente porque sua capacidade explicativa resiste, apesar de variações encontradas nos diferentes contextos.

Parte desse sistema normativo é explicitado em manuais e códigos deontológicos, mas outra parte considerável dele é interiorizada na prática cotidiana, na convivência entre os pares e na observação do trabalho de colegas mais experientes, o que lhe confere mutabilidade. Nem toda mudança, porém, é uma mudança de paradigma. Há a mudança “normal”, resultante de uma constelação de micro eventos que acontecem de forma constante na atividade, mas que mantêm uma coerência captável pelos jornalistas; e há a “metamorfose”, a reconfiguração completa da forma inicial, desencadeada por conflitos no sistema de regras, valores e representações (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). E metamorfoses não ocorrem no mesmo passo e nem da mesma maneira em diferentes países, sistemas de mídia (NIELSEN, 2016), centros e periferias — há possibilidade de coexistência, e mesmo de concorrência entre paradigmas em um mesmo espaço e tempo¹⁴.

¹³ Mark Deuze e Tamara Witschge (2016) questionam: O que o jornalismo está se tornando? Trata-se de uma provocação, um desafio lançado a pesquisadoras(es) para desenvolver estudos que adotem perspectivas menos normativas, mais dinâmicas e historicizadas sobre o jornalismo. Os autores propõem deixar de lado noções muito sólidas e estáveis sobre o que o jornalismo “é” para compreendê-lo a partir de seu permanente estado de fluxo.

¹⁴ Charron e Bonville enumeram quatro paradigmas jornalísticos, cada um deles adepto às condições sociais de determinada época (partindo do início da imprensa, no século XVII, até o final do século XX), que reforçam as mudanças do jornalismo enquanto construções sócio-históricas. São os seguintes:

- a) Jornalismo de transmissão, século XVII, típico de uma sociedade cujo poder econômico é submetido ao poder político, e este é exercido de maneira autocrática. O texto jornalístico circulava em forma de correspondência, tratando de assuntos políticos, socioeconômicos e demais temas interessantes às elites. Jornalistas aqui eram mais artesãos do que intelectuais, pois a atividade jornalística constituía

As mudanças de paradigma são descritas a partir de tensões entre ordem e dispersão, entre continuidades e descontinuidades, e podem ser atribuídas, de maneira mais geral, a mudanças no tipo de sociedade em questão. Em outras palavras, metamorfoses advêm de crises, que se estabelecem a cada vez que uma estrutura precisa morrer e outra nascer para se adequar à nova realidade social, em um movimento cíclico — as crises são, portanto, constitutivas da prática jornalística (PEREIRA; ADGHIRNI, 2011; MANNA; JÁCOME; FERREIRA, 2017), e não exceções.

Possibilidades explicativas para a mais recente crise paradigmática do jornalismo ocidental, instaurada ao longo do século XXI, são abundantes na bibliografia acadêmica. Como já dito, a crise do jornalismo vai além dela própria, sendo consequência da crise estrutural do capital, que desestrutura com ela as instituições presentes no sistema. “O jornalismo em crise não pode ser pensado fora dessa sistemática, sob pena de permanecerem incompreendidas tanto suas limitações quanto suas potencialidades no sentido da plena realização da sociabilidade humana” (SOUZA, 2018, p.57). É característico da crise do capitalismo intensificar a subsunção do trabalho vivo ao sistema do metabolismo social vigente a partir de articulações entre inovações tecnológicas e gerenciais, assim como ocorre no jornalismo, conforme a hipótese da hiperconcorrência procura demonstrar.

A “hiperconcorrência” — termo emprestado da “nova economia” — designa o jogo concorrencial fundamentado em estratégias de crescimento e inovação, típico de setores industriais baseados nas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Aplicada ao jornalismo, significa que as empresas jornalísticas e os próprios jornalistas, para se adaptarem às condições instáveis do ambiente, acabam deixando de lado a busca de estabilidade e planejamentos de longo prazo para aceitarem viver na incerteza da inovação permanente, já que concorrem simultaneamente em diversos mercados interdependentes: o mercado dos anunciantes, das fontes, o financeiro, e o profissional — este último, ligado à busca por

renda complementar a outras atividades, e as funções de redatores, tipógrafos e impressores se somavam;

- b) Jornalismo de opinião, século XIX, típico de uma sociedade rural na qual a atividade mercantil constitui a principal fonte de acúmulo do capital (pré-industrial). O texto jornalístico era constituído por artigos sobre política e de opinião. Jornalistas eram pouco numerosos e pouco polivalentes, vindo de áreas como Direito ou Literatura e consideravam o jornalismo como uma profissão passageira que leva a outra carreira;
- c) Jornalismo de informação, fim do século XIX, típico de uma sociedade industrial/urbanizada, caracterizada pelo texto de “notícia”, e no qual jornalistas trabalham em equipes numerosas e especializadas, são mais ou menos autônomos e intercambiáveis;
- d) Jornalismo de comunicação, entre as décadas de 1970 e 1980 do século XX, típico de uma sociedade fortemente urbanizada na qual o setor de consumo individual é a principal fonte de acúmulo de capital (sociedade pós-industrial). Houve aqui um aumento exponencial da oferta de produtos midiáticos, e por consequência uma busca intensificada pela atenção dos públicos. As estratégias de reconhecimento profissional de jornalistas encontram e sustentam as estratégias comerciais de empresas de mídia.

reconhecimento dos pares, prestígio e renome (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). Embora seja um tipo ideal, e não o retrato de uma realidade observada, a hiperconcorrência parece ter boa capacidade de caracterizar o cenário atual, e demonstra como os profissionais adaptam-se à lógica neoliberal com o intuito de sobreviver na profissão.

Deuze e Witschge (2016) identificam quatro tendências que sinalizam mudanças na concepção do jornalismo como um campo estável e consensual, e que apontam para uma ideia de jornalista mais individual do que institucional:

1. A reorganização dos ambientes de trabalho, na qual jornalistas são cada vez mais chamados a “abraçar a mentalidade empreendedora” (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 9), transferindo a noção de empreendimento da empresa de mídia para as(os) jornalistas, o que as(os) destitui de sua identidade profissional;
2. Fragmentação das redações, facilitada por práticas de terceirização, subcontratação e *offshoring*¹⁵, e que gera flexibilidade funcional, dividindo a força de trabalho entre um núcleo de elite, multiquificado, e um “grande perímetro” de subcontratados, também qualificados (trabalhadores temporários, *freelancers*);
3. Emergência de uma sociedade redacional, na qual práticas editoriais são requeridas a qualquer pessoa, não podendo ser considerado algo exclusivo de uma classe profissional; e
4. O papel ubíquo das tecnologias midiáticas no trabalho jornalístico, caracterizando o jornalista multitarefas — e isso inclui aquelas tradicionalmente realizadas por outras profissões, como *designers*, profissionais de *marketing*, publicitários, etc.

A partir dessas tendências, fica claro que compreender o que é o jornalismo e o que é ser jornalista não depende mais do trabalho realizado dentro de redações (que quase não mais existem como tais). Cada um desses níveis impacta no trabalho de jornalistas individuais, intensificando processos de demissão e precarização, além de incentivar o abandono da profissão. E chamam a atenção para a importância de entender quem está trabalhando no jornalismo e sob quais circunstâncias o trabalho é feito.

Este processo é um espelho do efeito ‘porta giratória’ que afeta longamente as carreiras das mulheres (e minorias étnicas) em profissões dominadas por homens brancos. Isso levanta a questão sobre quais tipos de pessoas — em termos demográficos, nível socioeconômico e tipo de personalidade — podem sobreviver e prosperar além da ‘porta-giratória’ (DEUZE; WITSCHGE, 2016, p. 17).

¹⁵ modelo de realocação de processos/pessoas de um setor para outro, com o intuito de reduzir gastos e despesas.

Por isso, considero limitada a capacidade explicativa de estudos que compreendem a crise do jornalismo apenas como consequência da erosão do modelo de negócios das empresas de mídia (NIELSEN, ESSER E LEVY, 2013; COSTA, 2014; NEWMAN *et al.*, 2022), baseado no controle sobre a distribuição dos produtos jornalísticos e no financiamento por verba publicitária. Restabelecer a saúde financeira das empresas não parece ser uma simples questão de encontrar outras formas de financiamento, e isso em si também não livra o jornalismo de suas tensões existenciais e epistêmicas. O problema do financiamento configura, portanto, a face aparente de uma crise cuja essência está na queda de credibilidade das empresas jornalísticas junto aos múltiplos públicos com os quais se relaciona (MICK; TAVARES, 2017). Em outras palavras, ele é um sintoma, e não a doença em si (CHRISTOFOLETTI, 2019).

Abordagens sistêmicas (HENN; OLIVEIRA, 2015) ou multidimensionais pretendem dar conta de desenhar com mais precisão esse cenário. Para além do fator econômico, há questões técnicas, políticas, morais e organizacionais envolvidas. Como sintetiza Rogério Christofolletti (2019, p. 18),

a crise é financeira, mas também é política e existencial, de ética e credibilidade, de governança e gestão. A deterioração das métricas contábeis preocupa, mas há outros motivos para perder o sono: a redução do interesse no noticiário, a migração das audiências, o aumento da desconfiança na mídia, o crescente distanciamento do público e a busca por alternativas no consumo de informação e entretenimento, entre outros.

Os fatores técnicos da crise envolvem mudanças nos processos de produção: a instantaneidade presente na *web* aumenta a urgência pela divulgação das notícias; surgem novas linguagens e formatos; a atenção do público é disputada entre mídias novas e antigas, tradicionais e independentes; há maior oferta informativa, o que modifica padrões de consumo (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

A dimensão moral da crise tem a ver com a erosão da credibilidade das empresas de mídia. Atualmente, o jornalismo é apenas uma das possibilidades disponíveis para obter informações, dentre várias outras (DEUZE; WITSCHGE, 2016), e as audiências estão munidas dessas fontes. O ponto-chave para esta questão parece ser a legitimidade social do trabalho jornalístico (ou a falta dela). Dados da pesquisa *Governança, Produção e Sustentabilidade para um jornalismo de novo tipo* (GPSJOR)¹⁶ a respeito da circulação e engajamento — a dimensão da governança que lida com a participação do público na

¹⁶ O GPSJOR foi um projeto de pesquisa-ação criado em 2015 com o objetivo de pesquisar e propor soluções para as crises do jornalismo contemporâneo. A pesquisa piloto ocorreu entre 2016 e 2019 na cidade de Joinville - SC. <http://gpsjor.sites.ufsc.br/a-pesquisa/>

produção e no compartilhamento de conteúdos jornalísticos — revelam que as audiências querem interagir com as mídias, e valorizam sobretudo aquelas oportunidades de interação que geram contato direto com as(os) produtoras(es) de informação. Porém, quando sentem que o jornalismo se posiciona com distanciamento ou ar de superioridade, leitores respondem com desconfiança e indiferença (KIKUTI, 2021). Ao observarem inconsistências e omissões na cobertura jornalística, também podem se sentir enganados, não ouvidos e não reconhecidos nas pautas, especialmente em se tratando de grupos historicamente excluídos, como mulheres, pessoas negras, da periferia, pessoas com deficiência, LGBTQIA+ (MICK; TAVARES, 2017).

Já a crise política se refere ao paradoxo de que o jornalismo, visto como instituição central das democracias, é amplamente financiado pelo interesse privado (WAISBORD, 2017). Há falha na atenção a questões críticas, como regulamentação, propriedade e controle das instituições de mídia por parte dos governos (PICKARD, 2020). No Brasil, há uma relação umbilical entre mídia e poder, e concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos — segundo o levantamento *Media Ownership Monitor*¹⁷, cinco famílias controlam metade dos 50 veículos com maior audiência no país: Globo (família Marinho), Bandeirantes (família Saad), Record (família Macedo), RBS (família Sirotsky) e Folha (família Frias). Elas têm ligações com setores como agronegócio, indústria farmacêutica, igrejas, entre outros, o que gera desconfiança no público quanto aos efeitos das intervenções sobre o conteúdo. A estrutura dos meios, além de familiar e financeirizada, é profundamente patriarcal, o que favorece a manutenção do poder nas mãos de herdeiros homens e impacta em desigualdades de gênero no mundo do trabalho de jornalistas (VELOSO, 2013; NUNES, 2020).

Ao olhar para esses fatores combinados que caracterizam a crise do jornalismo, isso fica nítido: interpretar essas transformações sob teorias que não questionem as estruturas de poder fundantes da própria crise é infrutífero. Parece fulcral examinar o problema a partir das lentes feministas: quando se olha para algo do ponto de vista das mulheres, obrigatoriamente se considera que a vida pública, o trabalho, é atravessado pela vida privada — historicamente indissociada da mulher pelo patriarcado. É nas fissuras do capitalismo contemporâneo que podemos vislumbrar configurações organizacionais e possibilidades até agora imprevisíveis para o jornalismo. Coletivos de jornalistas negras, da periferia, e feministas demonstram que

¹⁷ O estudo é financiado pelo governo alemão e produzido pelo coletivo brasileiro Intervozes e a ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), sediada na França. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br/>, acessado em 17 jun. 2022.

as saídas perpassam por questionamentos ao sistema neoliberal feito por corpos marcados por gênero, raça e classe (GUSTAFSON, 2019). Entender o que o jornalismo está se tornando no Brasil implica em saber quais corpos o produzem.

1.4 SÍNTESE DO CAPÍTULO

O objetivo deste capítulo foi apontar como as perspectivas feministas, essencialmente anticapitalistas e defensoras de saberes situados, podem ser potentes para interpretar algumas das transformações enfrentadas pelo jornalismo contemporâneo, sobretudo no mundo do trabalho. Para tanto, mobilizei contribuições de autoras(es) das áreas de ciências sociais, especialmente Sociologia do Trabalho, História, Filosofia, Comunicação, e do próprio Jornalismo. Observar a crise do jornalismo com essa mirada feminista trouxe uma nova interpretação para o problema, que nos provoca a um olhar crítico sobre a epistemologia do campo. Ao seguir as regras do sistema capitalista, o jornalismo sofre com intensidade as consequências de suas crises cíclicas, que a cada nova fase exploram e precarizam mais o trabalho feminino, de forma estruturante. As discussões presentes neste capítulo ajudaram a contextualizar as trajetórias de jornalistas em seu momento histórico, no qual os valores associados à ideologia neoliberal são predominantes e intensificados pela hiperconcorrência, tornando o trabalho mais impermanente, especialmente para mulheres. Tal reflexão subsidiou a escolha de duas categorias de análise para a pesquisa, o gênero e a feminização. No capítulo seguinte, proponho situar o objeto de pesquisa no escopo teórico dos estudos sobre carreiras, e traço uma caracterização sobre as(os) jornalistas brasileiras(os), no intuito de entender melhor o funcionamento da profissão no Brasil.

2 O MUNDO DO TRABALHO DE JORNALISTAS E OS ESTUDOS SOBRE CARREIRAS

No capítulo anterior, recolhi contribuições trazidas pelos estudos feministas para entender as transformações vivenciadas pelo jornalismo. O objetivo foi dizer de onde parte meu olhar, ou seja, qual é a chave interpretativa utilizada na análise das trajetórias de jornalistas. Agora, o propósito é situar este objeto em seu campo multidisciplinar de estudos: o mundo do trabalho de jornalistas. Optei pelo uso do termo “mundo” ao invés de “mercado” de trabalho por defender que a atividade profissional vai além das meras transações e negócios associados ao segundo termo. O conceito de mundo social, de origem interacionista, pode ser definido como uma rede de pessoas envolvidas na realização de uma atividade colaborativa, organizada por convenções (BECKER, 1982). Essas convenções significam modos de fazer, normas e valores compartilhados pelos praticantes da atividade em questão, ou seja, são estruturadas de maneira informal e dinâmica, adquirindo sentido a partir da cooperação entre as(os) participantes, e podendo ser modificadas ao longo do tempo.

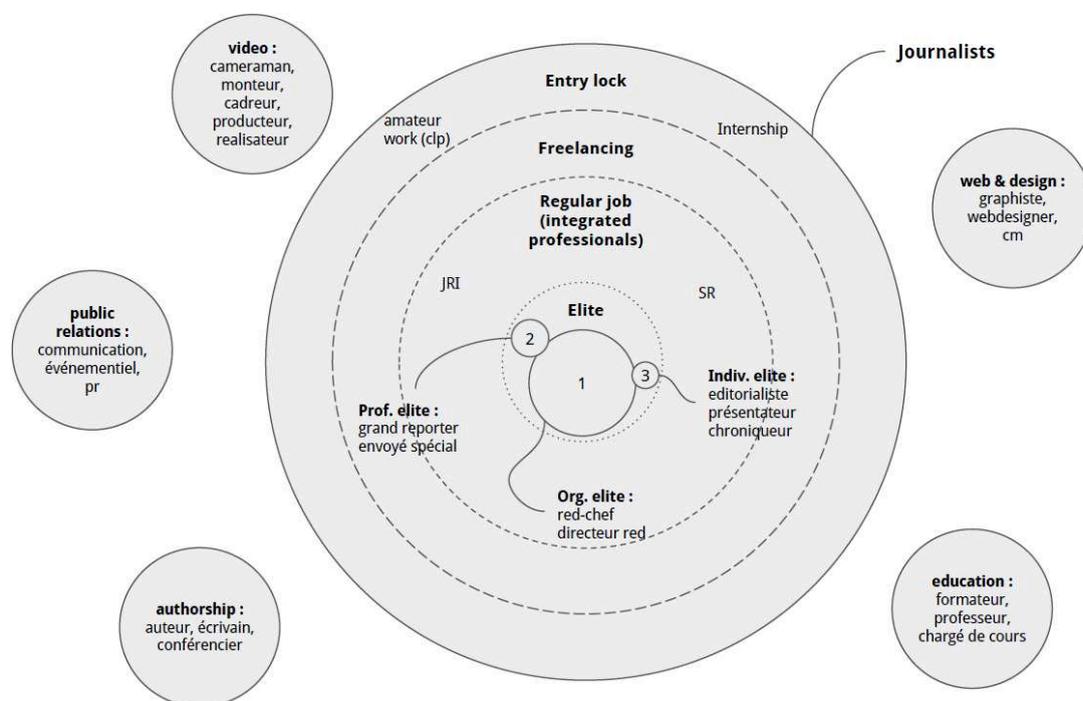
O conceito de mundos sociais e suas aplicações nas pesquisas de coletividades pode se dar em quatro níveis de análise (LANGONNÉ *et al.*, 2019, p.15):

- a) As práticas individuais, as atividades compartilhadas e organizadas de acordo com formas convencionais de se fazer algo conjuntamente;
- b) As representações, que formam universos de discurso e códigos culturais específicos a um mundo social;
- c) Os locais onde a atividade é organizada, incluindo os espaços físicos e também os dispositivos técnicos; e
- d) A diversidade de atores que colaboram com o mundo social.

Combinados, esses quatro níveis oferecem múltiplas possibilidades de estudar o mundo do trabalho das(os) jornalistas — o conceito circunscrito à sua dimensão laboral, como utilizo nesta pesquisa. Ele é organizado em torno de uma atividade “central” (BECKER, 1982), o que inclui todas as pessoas cujas atividades são necessárias à produção do jornalismo, e que esse mundo (e eventualmente outros) definem como partícipes. Contudo, não se limita apenas aos atores principais (no caso aqui, jornalistas trabalhando na mídia), mas engloba todas as outras pessoas envolvidas no processo de produção, circulação

e recepção da notícia — assessoras(es) de imprensa, profissionais do audiovisual, *designers*, *social media*, professores de jornalismo etc. (Figura 1).

Figura 1: O mundo do trabalho de jornalistas



Fonte: Gilles Bastin/ *flexMedia Lives*

Por conta dessa característica pouco ortodoxa, invocar o conceito de mundo social para estudar o jornalismo e suas transformações parece pertinente — como fizeram Isabel Travancas (1992), Fabio Pereira (2008), Gilles Bastin (2012), Patrícia Lima (2021) entre outros. Para Joël Langonné *et al.* (2019), uma das contribuições desse uso tem a ver com a resposta à questão tipicamente beckeriana de “quem faz o quê” e a partir de quais convenções — para os autores, isso depende de uma definição mais ampla do “*quem, do quê* pode ocorrer e *aonde*” (LANGONNÉ *et al.*, 2019, p.14, grifo nosso).

Neste capítulo, desenvolvo esta questão a partir de discussões teóricas, dados de pesquisas e um levantamento do estado da arte dos estudos sobre carreiras e trajetórias de jornalistas. Divido o texto em duas partes. Na primeira, conceituo carreira e trajetória e apresento pesquisas já existentes sobre o tema, com especial enfoque no estudo de mulheres jornalistas. Situo esta tese no escopo desses estudos e procuro responder à seguinte questão: como as(os) trabalhadoras(es) reconfiguram suas trajetórias diante de um mundo do trabalho

em crise? Na segunda parte trato da morfologia da profissão, começando pela descrição de suas principais características para então responder: a) quem é jornalista no Brasil; b) onde trabalham; c) sob quais condições o trabalho jornalístico é feito. A inflexão de gênero e a precarização associada à feminização são pontos de destaque. Essa caracterização é inspirada em Jacques Mick e Andressa Kikuti (2020), aqui trazida de forma mais completa e atualizada, juntamente com dados de levantamentos feitos principalmente por pesquisas como o *Perfil do Jornalista Brasileiro* (MICK; LIMA, 2013; LIMA 2021).

PARTE 1: CARREIRAS, TRAJETÓRIAS E OS ESTUDOS EM JORNALISMO

Carreira é um fenômeno social, institucional e individual (PEREIRA, 2018). O conceito pode ser definido como o conjunto de pontos de intersecção entre uma ordem social e uma vida (BASTIN, 2016), compondo uma sequência típica de estatutos, papéis e honrarias na qual uma profissão é cronologicamente definida (PEREIRA, 2012). Por ser capaz de conectar as trajetórias profissionais aos processos sociais, econômicos, normativos, etc. que definem o acesso, ascensão ou estagnação profissional, mudança ou saída da profissão, o conceito de carreiras é relevante para estudar o mundo do trabalho de jornalistas.

Há uma dimensão objetiva e outra subjetiva nas carreiras (BASTIN, 2015): a objetiva é composta pela série de posições ocupadas em um mundo social, assim como as modalidades de entrada e saída desse mundo. Já a subjetiva diz respeito à perspectiva de mudança através da qual uma pessoa vê a sua vida e interpreta o significado do que lhe acontece, de seus vários atributos e ações. As carreiras possuem ainda um aspecto individual e outro coletivo (PEREIRA, 2012), sendo o primeiro referente às escolhas feitas pelas pessoas com objetivo de conseguir uma ascensão profissional, seja ela uma posição de maior prestígio no mundo do trabalho, mais benefícios ou estabilidade. Compõem ainda os aspectos individuais fatores como o gênero, sua origem social e geográfica, acesso à qualificação, o capital social construído, idade, sexualidade, configuração familiar, que podem influenciar nas escolhas profissionais (ou na falta delas). Já o aspecto coletivo da carreira tem a ver com as questões regulatórias da atividade e os mecanismos de ascensão previstos pela profissão. A pesquisa de carreiras se faz no estudo conjunto dessas duas dimensões. “A partir da análise de experiências individuais é possível compreender como atores sociais negociam estatutos, normas e definem as formas de colaboração possíveis em um mundo social” (PEREIRA, 2012, p.4).

2.1. OS PARADIGMAS DE ESTUDOS DE CARREIRA

Estamos tratando aqui de um conceito suficientemente maleável para permitir múltiplos desenhos metodológicos, bem como a aplicação em diferentes objetos de estudo (PEREIRA, 2012). Dentro das análises de carreira, duas vertentes são predominantes: o paradigma gravitacional, característico da sociologia interacionista, e o paradigma aleatório, originado na teoria de carreira. De acordo com o gravitacional, os mundos sociais são caracterizados por sua capacidade de atrair indivíduos e mantê-los em sua órbita — tal como na gravitação física, quanto mais forte for o movimento dado a um corpo, mais este tende a aproximar-se do núcleo. Assim, as dinâmicas do trabalho e a lógica do engajamento levam à expulsão dos marginais (ou “*mavericks*”) e à aspiração ao centro dos “profissionais integrados” (BECKER, 1982). Nessa perspectiva, o mundo social possui “uma estrutura organizada em torno de um ‘centro’ (lugar onde a convenção organizadora do mundo é a mais pura e predominante) e ‘periferias’ que estão mais ou menos próximas do centro e, portanto, mais ou menos ‘integradas’” (BASTIN, 2016, p. 6, tradução livre)¹⁸. Os passos da carreira seriam dados, então, em direção ao núcleo do mundo social a ser atravessado.

As mudanças na organização econômica e social que afetaram fortemente o trabalho a partir da década de 1980 — ascensão do neoliberalismo, globalização, desregulamentação de mercados, privatização, transformações tecnológicas, alteração dos padrões de emprego e de estruturas organizacionais, entre outras — fizeram com que carreiras lineares da era fordista dessem lugar às “carreiras sem fronteiras”, ou *boundaryless careers* (ARTHUR; ROUSSEAU, 1996 *apud* BASTIN, 2016). Surge um novo paradigma, segundo o qual os indivíduos já não conseguem capturar a ordem social e ordenar seu percurso profissional, avançando de maneira “aleatória”, um passo de cada vez, sem visibilidade do contexto ou da trajetória do seu movimento, e sem que os passos anteriores tenham efeito sobre os próximos. Enquanto no paradigma gravitacional os passos dados por indivíduos convergiriam para o centro do mundo social, no paradigma aleatório essa convergência se torna problemática, por conta da ausência de um mundo estruturado para o qual o indivíduo poderia ser conduzido. As etapas da carreira seriam, então, divergentes.

¹⁸ No original: [Le monde social est] (...) une structure organisée autour d’un « centre » (le lieu où la convention organisatrice du monde est la plus pure et la plus prégnante) et de « périphéries » plus ou moins proches du centre et donc plus ou moins « intégrées ».

Ambos os paradigmas rompem com a lógica de determinismo causal *a priori* e concebem a carreira de maneira longitudinal, de modo que a relação entre sujeita(o) e contexto é analisada como um problema de duplo sentido (BASTIN, 2016, p.8). A partir deles surge uma terceira abordagem, dialética e descritiva da relação entre as trajetórias dos indivíduos e os mundos sociais que estes atravessam: o paradigma sequencial, desenvolvido por Andrew Abbott na década de 1990. Ele é enraizado na tradição do paradigma gravitacional a nível morfológico, ou seja, na compreensão da forma das carreiras individuais, mas também extrai características do paradigma aleatório a nível ontológico e metodológico. Mas esse paradigma se destaca pela escolha “radical” de conceitos (BASTIN, 2016), baseada não em argumento metodológico, mas numa hipótese sobre a própria natureza do mundo social: Abbott queria elucidar as estruturas recorrentes da sociedade como um “mundo de acontecimentos”. Para ele, são fundamentais os conceitos de trajetória e de “ponto de virada” (*turning point* - ABBOTT, 2001 *apud* BASTIN, 2016).

Esta ontologia radical justifica que novos conceitos devem ser inventados, tais como 'entidade', 'trama' ou 'traçabilidade' [capacidade de ser seguível]. Este radicalismo ontológico leva Abbott a imaginar um mundo social sem atores pré-existentes, onde as identidades sociais estáveis são constituídas pela interação e onde apenas os eventos sobrevivem no que ele chama uma "sopa de eventos" (ibid., p. 296). Uma análise das carreiras individuais baseada nesta ontologia dissolveria de alguma forma a oposição entre indivíduos e contextos e basear-se-ia apenas na identificação de sequências recorrentes nestas trajetórias. (BASTIN, 2016, p. 9, tradução livre).¹⁹

A estratégia metodológica que acompanha essa vertente envolve a observação estatística dos passos de carreira dados por um conjunto de sujeitas(os), ao invés da entrevista e do estudo de caso para acessar a diversidade dos percursos individuais — como era predominante nas pesquisas ancoradas em paradigmas anteriores. Para Bastin (2016), essa estratégia, somada às escolhas teóricas de Abbott, permite ultrapassar a oposição já mencionada entre liberdade e determinismo. “Já não se trata de perguntar quais são os efeitos do contexto, mas sim se os indivíduos tomam caminhos convergentes ou divergentes nas suas carreiras” (ibid., p. 9, tradução livre)²⁰.

¹⁹ No original: C'est cette ontologie radicale qui justifie que de nouveaux concepts doivent être inventés comme ceux d'« entity », de « plot » ou de « followability ». Ce radicalisme ontologique conduit Abbott à imaginer un monde social sans acteurs préexistants, où les identités sociales stables se constituent dans l'interaction et où seuls des événements surnagent dans ce qu'il appelle une « soup of events » (ibid., p. 296). Une analyse de carrières individuelles appuyée sur cette ontologie dissoudrait d'une certaine façon l'opposition entre individus et contextes et ne se fonderait que sur la mise en évidence de séquences récurrentes dans ces trajectoires.

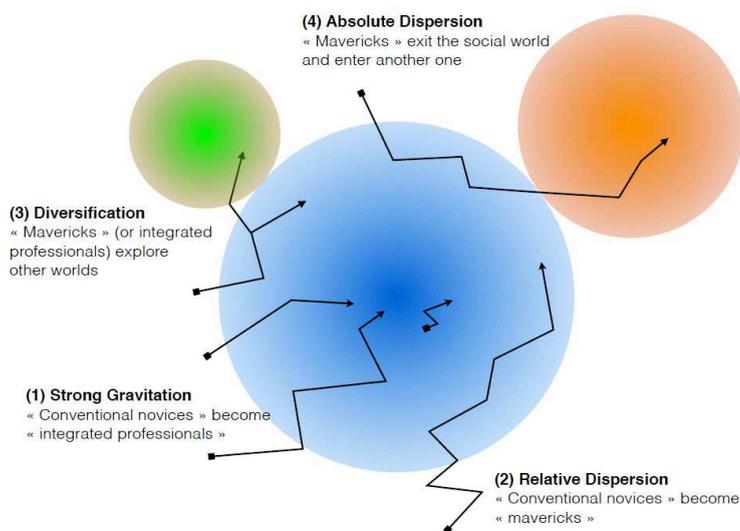
²⁰ No original: L'approche sous forme de séquences de carrière conduit de ce fait à placer au second plan le questionnement habituel sur la relation entre parcours et contextes et à ouvrir un espace d'observation statistique des pas de carrières faits par les individus. Il ne s'agit plus de se demander quels sont les effets du contexte mais si les individus empruntent des chemins convergents ou divergents dans leurs carrières.

A questão levantada por esse paradigma é importante, pois permite observar a gênese, e, por vezes, a crise e dissolução de mercados profissionais. Se em um mundo do trabalho os indivíduos são levados com frequência a rever sua conexão com outros atores e seus planos de carreira, é crucial avaliar a capacidade desse mundo em limitar a “divergência”, ou seja, de impedir o distanciamento das(os) sujeitas(os) de suas atividades centrais e levá-los a rumar para outros mundos, pois isso produz impactos em sua própria continuidade. Esse paradigma já foi aplicado ao estudo das carreiras de jornalistas por Bastin e Antoine Machut (2016), Machut (2019) e é compartilhado também por esta tese. Compreender o que o jornalismo está se tornando significa também entender os fatores que levam à mudança de profissionais para outros mundos do trabalho, além de observar os padrões de carreira de quem permanece.

2.2 TRAJETÓRIAS: GRAVITAÇÃO, DERIVAÇÃO E DISPERSÃO

Para Bastin e Machut (2016), são três os principais padrões de movimentos de carreira no mundo do trabalho de jornalistas: a gravitação, a derivação e a dispersão. Eles servirão como fio condutor na descrição dos dados das(os) jornalistas brasileiras(os) presentes no capítulo 4, e serão descritos a seguir. A *Figura 2* demonstra como esses movimentos se articulam no mundo social: a esfera principal (azul) representa o mundo do trabalho de jornalistas, as esferas periféricas (verde e laranja) representam outros mundos próximos ao jornalismo, e as setas representam os movimentos feitos por indivíduos ao longo de suas trajetórias.

Figura 2: Trajetórias profissionais



fonte: Gilles Bastin/ *flexMedia Lives*

O movimento de gravitação é constituído por profissionais que já trabalharam e permanecem trabalhando na mídia, exercendo funções jornalísticas no decorrer de suas carreiras. Há variadas formas de gravitação, que podem ser divididas entre trajetórias de profissionais que trabalharam e seguem trabalhando na mídia tradicional, das(os) que trabalharam e seguem trabalhando em arranjos, ou projetos alternativos/independentes, e aquelas(es) que migram de uma para outra após certo tempo; entre profissionais que buscam posições de chefia no decorrer da carreira, e aquelas(es) que seguem exercendo funções de reportagem durante toda a vida profissional; entre jornalistas que buscam a visibilidade proporcionada pelo trabalho em grandes veículos de mídia, e as(os) que operam em jornais menores, ou em cidades do interior. Esse movimento é o que ilustra a atratividade do mundo do trabalho de jornalistas, a capacidade de manter sujeitas(os) exercendo a profissão ao longo do tempo, construindo esse mundo social.

A derivação é o movimento que caracteriza a mudança de empregos de dentro da mídia para fora da mídia, nos quais as(os) profissionais exercem atividades correlatas ao jornalismo, podendo inclusive utilizar a bagagem adquirida na profissão no desenvolvimento dessas outras atividades. Exemplos são trabalho na indústria audiovisual, gerenciamento de mídias sociais, docência em Jornalismo ou Comunicação e assessorias de comunicação e imprensa. No Brasil, o exercício de assessoria por jornalistas é prática aceitável, corriqueira e

prevista em lei²¹, e as(os) profissionais continuam sendo reconhecidas(os) como jornalistas, inclusive por pesquisas acadêmicas (MICK; LIMA, 2013; LIMA, 2021; PEREIRA, 2014).

O terceiro padrão de movimento de carreira identificado por Bastin (2016) é a dispersão, que significa o abandono da profissão. Consiste de profissionais que atuavam no jornalismo e, após certo tempo, passam a construir suas carreiras com trabalhos em outros setores, desconectados do primeiro. A debandada da profissão pode ter variadas causas, entre elas demissões e dificuldade de conseguir novo emprego na área, insatisfação com as condições de trabalho ou com o tipo de trabalho oferecido (NUNO MATOS, 2020; PEREIRA, 2021). Outras razões são o sofrimento gerado por assédio e violência, falta de reconhecimento no trabalho, não dar conta da lógica heteronormativa do jornalismo, impossibilidade de subir na carreira e dificuldade de conciliar vida privada com vida profissional, que, como já dito, afetam sobretudo mulheres (LE CAM *et al.*, 2021) e minorias étnicas (em um ambiente dominado por homens brancos de classe média).

A desistência da profissão é algo que merece atenção, pois, além de gerar consequências individuais para as(os) jornalistas que saem, ela afeta também aquelas(es) que ficam, ao contribuir com o empobrecimento da diversidade das redações e também com a juvenilização, impactando na socialização de saberes fundamentais da profissão, majoritariamente aprendidos na convivência entre jornalistas mais experientes e jornalistas aprendizes: conduta profissional e ética, compartilhamento de técnicas, *habitus* e experiências diversas. Conforme abordei no primeiro capítulo, esse comprometimento influencia também na qualidade da produção.

2.3 O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS SOBRE CARREIRAS NO JORNALISMO

Os estudos de carreira procuram observar os padrões de comportamento que se desenvolvem ao longo do tempo. De maneira geral, são quatro etapas, caracterizadas por aspirações e situações próprias de cada uma delas: a primeira, da “exploração”, ocorre na transição da vida escolar para a vida profissional, e é marcada pela busca pela independência financeira; na segunda etapa, do “domínio”, pessoas desenvolvem melhor suas habilidades, coincidindo com a afirmação de uma identidade social e profissional e a busca pelo equilíbrio

²¹ Há no país uma particularidade, pois em outros países, entre eles a França, os cargos relativos a relações públicas (RP) são incompatíveis com o trabalho jornalístico (é preciso abdicar do registro profissional de jornalista durante a permanência de empregos em RP, ou seja, representa uma mudança substancial nos rumos das carreiras).

entre trabalho e vida pessoal; a terceira etapa é a da “rotina” e a quarta, a do “desengajamento”, encaminhando para a aposentadoria (GIRAUD; ROGER, 2011).

As transformações estruturais nos mundos do trabalho ocorridas nas últimas duas décadas têm desafiado esse padrão sequencial, com as etapas podendo ocorrer várias vezes durante uma vida, denotando experiências profissionais fragmentadas, marcadas por períodos de instabilidade, desemprego e reinserção no mercado, e até mesmo “bifurcadas” (RAYNAUD, 2010) a partir de eventos que resultam em mudança de profissão. Na França, estudos constataram aumento geral na mobilidade das carreiras (mudança de postos, entre empregos ou períodos de emprego-desemprego) no início século XXI, mas não de maneira uniforme entre homens e mulheres e entre gerações (DE LARQUIER, REMILLON, 2008). É no início das carreiras, aliás, que o efeito geracional é mais forte: quem estreou sua vida profissional nos anos 2010 tende a possuir entradas mais caóticas e mais marcadas pela precariedade, mesmo sendo mais diplomados do que as gerações anteriores (ÉPIPHANE *et al.*, 2019).

No caso específico de jornalistas, a aplicação do conceito foi discutida por Pereira e estudada sob diferentes aspectos, enumerados pelo autor em um levantamento do estado da arte (PEREIRA, 2012). Há certo consenso no campo sobre a dificuldade em compreender essas carreiras a partir de um único tipo de trajetória, tendo em vista a diversidade de estatutos que integram a profissão. A maioria das pesquisas que encontrei é de matriz interacionista e utiliza metodologias qualitativas, como a entrevista associada a outras técnicas. Destacam-se os estudos sobre tipologias de carreira, como as de mulheres jornalistas (ROCHA, 2004), e de jornalistas *online*, que se inserem profissionalmente em um novo ramo em busca de permanência na profissão (PEREIRA, 2018).

Outro tipo privilegiado de pesquisa diz respeito à análise de carreira e/ou trajetórias de grupos segmentados, em termos de influência do acúmulo de capital político e social na ascensão profissional, como no caso de jornalistas que são líderes sindicais (PETRARCA, 2007); e construção de identidade profissional, em grupos como jornalistas intelectuais (PEREIRA, 2008), correspondentes internacionais (AGNEZ, 2014), jornalistas que migraram para cargos de assessoria (PERISSÊ, 2016) e jornalistas de dados (LIMA, 2021).

Estudos de trajetórias também versam sobre a vulnerabilidade das carreiras jornalísticas. Desesperança, impossibilidade de planejamento, perda de sentido no trabalho, saída forçada da profissão, bem como seus dilemas e conflitos definem essas carreiras vulneráveis (PITHAN *et al.*, 2020), e têm a ver, como já mencionado, com a dissolução do

mundo social. Entre os temas, a presença de sofrimento ético, caracterizada pelo desrespeito à dignidade profissional por meio da traição de ideais (LELO, 2018), ocorrência de contratos informais de trabalho que dificultam o pertencimento de grupo (HELOANI, 2005), aumento do risco de *burnout* entre profissionais mais jovens (REINARDY, 2011) e demissões que podem tornar-se *turning points* das carreiras (PITHAN *et al.*, 2020; NUNO MATOS, 2020).

Carreiras e trajetórias femininas são outro tema de interesse crescente. Em nível internacional, destaco os estudos sobre trajetórias de jornalistas na França, que focam principalmente nos efeitos da feminização das carreiras no contexto do jornalismo político (DAMIAN-GAILLARD; SAITTA, 2016), a problemática da segregação horizontal e vertical da pirâmide profissional (DAMIAN-GAILLARD *et al.*, 2009; 2010). Na Bélgica, Florence Le Cam *et al.* (2021) realizam um diagnóstico dos problemas encontrados pelas mulheres jornalistas ao longo de suas carreiras, a fim de propor planos de ação para o setor de mídia e associações profissionais. Na Coreia do Sul, Na Yeon Lee e Changsook Kim (2022) estudam os fatores que levam as jornalistas a deixar a profissão.

No Brasil, o estudo pioneiro de Paula Rocha (2004) analisa as motivações das mulheres na carreira do jornalismo, sua trajetória profissional e como estabelecem relações profissionais e familiares, com especial atenção às diferenças entre quem mora na cidade de São Paulo e no interior do estado.

A participação feminina em posições de poder é outro tema relevante nesses estudos. Ana Paula Bandeira (2019) estuda a maior chegada de mulheres nas posições de chefias intermediárias e seus impactos nas rotinas produtivas em jornais do Brasil e Portugal. Érika Lima-Souza *et al.* (2021) apontam que chefias femininas parecem mais rígidas com subordinadas mulheres — o fenômeno da “abelha rainha” —, e que as assimetrias de gênero não são superáveis apenas pelo aumento numérico de mulheres nesses postos. Porém, quando em funções semelhantes, as jornalistas formam estratégias de cooperação para amenizar obstáculos comuns, como impasses entre trabalho e família.

Impactos de outros marcadores sociais associados ao gênero também foram estudados por pesquisadoras brasileiras nas carreiras jornalísticas, como a presença (ou não) de filhos, estado civil, tipo de mídia no qual trabalha e vínculo empregatício e geração (LEITE, 2017), sendo que este último se revela como um fator crucial para sentir o impacto da precarização — as consequências são piores para as jornalistas mais velhas, incluindo aumento na informalidade e saída da profissão (NUNES, 2020).

Resultante dos trabalhos pioneiros de Bastin (2015, 2016) na França sob a luz do paradigma sequencial, a análise estatística de trajetórias de jornalistas foi produzida pela primeira vez no Brasil em 2017, quando um grupo de pesquisadoras(es) aplicou um *websurvey* à base de respondentes da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro, de 2012 (MICK; LIMA, 2013), contendo as mesmas perguntas do *survey* original, para saber como estava a vida desses jornalistas cinco anos depois. Recortes nessa base de dados observaram particularidades nas trajetórias profissionais de jornalistas que atuavam na mídia (QUESADA TAVARES; XAVIER; PONTES, 2021), fora da mídia (ROSSO; MICK, 2020) e na docência.

O estudo, que obteve 1.233 respostas, observou que havia crescido de 22% para 38% a porcentagem de jornalistas que se afastaram da profissão (por desemprego, emprego em outras áreas ou aposentadoria); a quantidade de docentes aumentou entre o grupo conforme avançaram a idade e o tempo de profissão, assim como profissionais que foram para as assessorias, provavelmente em busca de melhores condições de trabalho e salários; a precariedade se manteve ao longo dos cinco anos, e trabalhadoras(es) de organizações midiáticas sofreram mais com o impacto das crises do período (PONTES; MICK, 2018 para todos os dados). As mulheres continuaram com piores condições de trabalho ao longo dos cinco anos, acumulando mais atividades, com salários piores que os homens executando as mesmas funções. Isso poderia explicar a maior migração delas para fora da profissão (KIKUTI, ROCHA, MICK, 2022; KIKUTI, ROCHA, 2020; TESSER PEREIRA, 2020).

A pesquisa permitiu ainda observar a subdivisão das carreiras jornalísticas em dois grupos: um pequeno grupo que compõe a elite da profissão e usufrui de estabilidade, boa remuneração e permanece sendo jornalistas por longo tempo, e uma maioria que é inspirada pela carreira das elites mas nunca consegue alcançá-la, trabalhando em condições adversas, com menor autonomia, teto de remuneração e maior chance de sair da profissão. Esse fenômeno foi chamado de dualização estrutural (MICK; ESTAYNO, 2018).

PARTE 2: A MORFOLOGIA DA PROFISSÃO

A profissão de jornalista não é considerada uma profissão clássica. Seu perfil não se encaixa muito bem em alguns atributos típicos desse *status*, e a própria descrição das atividades que caracterizam o fazer jornalístico é um desafio, decorrente de uma falta de definição clara e inequívoca sobre o que é o próprio jornalismo (FIDALGO, 2008). O

trabalho executado nesse ambiente de transformações é vasto, sobretudo nos chamados novos arranjos do trabalho (FÍGARO, 2018a), nos quais um grupo pequeno de jornalistas (ou até mesmo um indivíduo sozinho) precisa dar conta de todas as questões ligadas à sobrevivência de si mesmo, do arranjo e do relacionamento com os diversos públicos.

Entre as funções que caracterizam um trabalho de jornalista, e que somente ela(e) faz, estão selecionar informações relevantes, apurar, escrever, contextualizar e verificar os fatos. E são essas as funções que estão presentes em seus discursos de legitimação perante o público. Mas jornalistas, no século XXI, fazem muito mais do que isso: também editam, publicam, verificam métricas, conversam com as audiências, buscam recursos financeiros, prestam contas sobre o seu trabalho (*accountability*), entre outras atividades que não passam pelo reconhecimento público. Muitas dessas funções são exercidas também em áreas como *marketing*, administração e publicidade, configurando certa miscigenação no trabalho. Por isso, a definição de “quem é jornalista” não é tão simples, e nem homogênea. Como afirmam Deuze e Witschge (2013, p.13) acerca dos chamados “trabalhos atípicos”:

Questões sobre o que é o jornalismo são de extrema importância, o “trabalho de fronteiras” é abundante em toda profissão e na academia, mas quem está dentro e fora da definição de jornalismo não o é de forma incontestável. Cada uma das definições é legitimada por meio de posições ideológicas, promovendo o que o jornalismo deveria ser, ou deveria fazer. Com tais práticas divergentes, fundamentadas em uma posição ideológica consensual sobre o jornalismo, o próprio jornalismo parece encapsular práticas possivelmente opostas.

Fidalgo (2008) associa essa perda do caráter exclusivista e monopolista a um processo denominado desprofissionalização. Ele também observa entre os jornalistas seu enquadramento progressivo em estruturas organizacionais que lhes alteram o estatuto e o modo de funcionamento: estão se tornando profissionais liberais mas, ao contrário da progressão típica de outras carreiras liberais como médicos ou advogados, jornalistas não ascendem socialmente da mesma maneira. Ao contrário, vivem um cenário precarizado, com acúmulo de funções, baixos salários e insegurança (processo que o autor chama de proletarização).

Outra característica morfológica da categoria de jornalista no Brasil é a atuação em três tipos de trabalho distintos: dentro da mídia, fora da mídia e docência. Mesmo que não estejam exercendo a atividade dentro da mídia, muitos profissionais continuam identificando-se como jornalistas em redes sociais, currículos, formulários. Essa característica não é um limite, mas algo próprio da categoria no país, e como tal precisa ser levada em conta em estudos sobre o tema. Por isso, nesta pesquisa, opto por não escolher uma definição

estrita de “quem é jornalista” e quem não é, considerando, na parte empírica, as declarações feitas pelas(os) próprias(os) sujeitas(os).

2.4 QUEM É JORNALISTA NO BRASIL?

Um levantamento recente do estado da arte sobre o mundo do trabalho de jornalistas no Brasil traz um compilado com as principais pesquisas relacionadas a este tópico (MICK; KIKUTI, 2020). Responder à pergunta “Quem é jornalista no Brasil?” requer aferição da dimensão da categoria — tarefa desafiadora quando não há no país conselho ou ordem responsável pelo monitoramento da atividade profissional e sua autorregulamentação²². Os dados mais confiáveis sobre os perfis sociodemográficos da profissão e suas características-chave vêm da pesquisa acadêmica, feitas a partir de técnicas de investigação em larga escala via internet, a nível estadual (FÍGARO; NONATO; GROHMANN, 2013 para o caso de São Paulo) ou nacional (MICK; LIMA, 2013; LIMA, 2021).

A pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro* aponta que, tanto em 2012 quanto em 2021, a maioria das profissionais do país era **do sexo feminino, branca, solteira, jovem e muito escolarizada**, embora no levantamento mais recente perceba-se a diminuição da porcentagem feminina e aumento da idade média das(os) profissionais, além do aumento da quantidade de jornalistas de outras etnias em relação a 2012²³. Em porcentagem, em 2021, mulheres eram 57,8% das profissionais do setor, contra 48,9% de homens. Mesmo sendo de maioria feminina, o jornalismo permanece sendo uma profissão com valores masculizados²⁴, conforme abordei no capítulo 1: a distribuição de pautas é genderificada, mulheres ganham menos exercendo as mesmas funções, elas são as maiores vítimas de assédio, adoecem mais de problemas laborais (PONTES, 2017) e enfrentam, ainda, uma série de barreiras para chegar a posições de comando — os chamados tetos e portas de vidro (STEINER, 2017; MOURA, 2022), embora haja, nos últimos anos, uma maior ocupação delas nas chefias médias, com alto custo à vida dessas profissionais (BANDEIRA, 2019). Isso confirma a

²² Os registros do Ministério do Trabalho são imprecisos, porque há uma parcela dos trabalhadores que atua sem registro e porque não há baixa no registro quando ocorre desistência ou abandono da profissão. Os dados da Rais/Caged também tem limitações, por só levarem em conta trabalhadores com carteira assinada, e porque distribuem os jornalistas em diferentes classificações. A aferição do total anual de egressos nos cursos de jornalismo também é parâmetro insuficiente, ao não considerar o percentual de formados na área que não exercerá atividade de jornalista (MICK; KIKUTI, 2020).

²³ Isso pode ser reflexo da melhoria da pesquisa, mais precisa na segunda edição

²⁴ Por simetria à distinção conceitual que estamos adotando para o trabalho das mulheres, poderíamos falar em “masculinização” para o domínio quantitativo de profissões por homens e em “masculização” para os efeitos qualitativos desse processo (KIKUTI; ROCHA; MICK, 2022).

segregação por gênero da pirâmide profissional observada por Béatrice Damian-Gaillard e Eugénie Saitta (2016), Dione Moura *et al.* (2018), Paula Rocha (2019), entre outras, tanto no eixo horizontal (divisão de áreas de especialidade jornalística, de setores midiáticos, de serviços e rubricas, de especialidades de gênero (trabalhos “femininos” e “masculinos”) quanto no vertical (acesso a cargos de decisão e poder).

Menos da metade das mulheres jornalistas que trabalhavam na mídia em 2012 permaneceram nela cinco anos depois, indicando a “expulsão” das mulheres da profissão (KIKUTI; ROCHA; MICK, 2022). Isso reforça as correlações existentes entre os processos de transformação e precarização da profissão, a feminilização e posterior desfeminização do jornalismo no contexto de crise, muitas vezes ignoradas por estudos na área (*ibidem*; LELO, 2019). Por conta da histórica divisão sexual do trabalho, muitas sentem que precisam optar entre ter uma relação conjugal e a profissão, entre ter filhos ou subir na carreira, enquanto essa escolha não é tão exigida de seus colegas homens.

O ingresso de mulheres em territórios masculinos está caracterizado pelo alinhamento das mulheres à norma masculina, isto é, pela aproximação das profissionais à disponibilidade permanente e pelo distanciamento das mesmas à sua ‘destinação prioritária’ à esfera doméstica e às atividades de cuidado (LE FEUVRE, 2008 *apud* YANNOULAS, 2013, p.40).

Quanto à raça, segundo dados da pesquisa de Perfil, a quantidade de jornalistas brancos era de 67,8%, enquanto jornalistas pretos e pardos eram 29,9% — percentual inferior à presença de pretos e pardos no país (que é de 56,1% em 2022, de acordo com o IBGE (2022)). As políticas de ações afirmativas, instituídas nas universidades públicas brasileiras a partir de 2003, e as recentes políticas de inclusão e diversidade adotadas por alguns meios jornalísticos (COSTA, 2021), influenciadas pelo debate público pautado pelos movimentos negros e indígenas, têm tido um papel relevante na transformação dessa realidade, embora a disparidade ainda seja enorme: no estado de São Paulo, o mais rico e populoso do país, apenas 13,5% dos jornalistas em postos formais de trabalho são pretos e pardos, e a média salarial desses profissionais é um terço menor do que a paga para brancos (COSTA, 2021, p. 101)²⁵.

Quanto à faixa etária, eram 4,9% os respondentes da pesquisa de Perfil em 2021 que tinham entre 18 e 22 anos; 24,1% os que tinham entre 23 e 30 anos; 30,3% entre 31 e 40

²⁵ É urgente a necessidade de estudos que aprofundem relações entre jornalismo e racismo, perspectiva ainda pouco explorada nos estudos sobre o mundo do trabalho de jornalistas (MICK; KIKUTI, 2020). Entre as poucas pesquisas encontradas sobre a temática (duas delas são trabalhos de conclusão de curso de graduação) estão França (2006), Santos (2019) e Sançhotene, Pedrozo e Zucolo (2018).

anos; 18% entre 41 e 50 anos; e 23,8% tinham idade acima de 51 anos. Com relação à pesquisa de 2012, a faixa dos jornalistas jovens diminuiu consideravelmente (eram 11% os que tinham entre 18 e 22 anos, e 48% entre 23 e 30 anos), enquanto a de mais velhos aumentou (eram só 8% acima de 51 anos em 2012) (MICK; LIMA, 2013; LIMA, 2021). Essa diferença pode ser explicada pela maior precisão dos dados no segundo levantamento do Perfil, mais abrangente que o primeiro. Mas também pode indicar um processo de “desjuvenilização”, ou de perda da capacidade de atração do mundo social para pessoas mais jovens, embora sejam necessários outros dados para confirmá-lo.

A idade das(os) jornalistas é central para entender a profissão porque influencia nos processos de aquisição da cultura jornalística, que ocorre, em partes, por mecanismos de socialização entre jornalistas mais velhos e aprendizes dentro das redações (CHARRON; DE BONVILLE, 2016). A disparidade numérica entre novatos e experientes, aliada à reconfiguração dos próprios ambientes redacionais (DEUZE; WITSCHGE, 2016), resulta na quebra desse tipo de dinâmica, e podem ocorrer transformações não apenas nas formas de se tornar jornalista e de progredir no interior do mundo social, como também mudanças no substrato ideológico do jornalismo, gerando tensão entre as gerações e dificultando a partilha da cultura profissional: jornalistas jovens constroem resistência aos mecanismos de imposição de certas convenções típicas das gerações anteriores (PEREIRA, 2021; BERGAMO, 2020). Além disso, a própria forma de socialização da profissão tem se transformado:

O aprendizado mediado pelos jornalistas mais velhos tem sido substituído pelos estágios e pelos cursos de *trainee*. Nesse sentido, a nova geração parece muito mais permeável aos discursos ideológicos veiculados pela direção do jornal e que incorporam valores ligados ao *marketing*, à gestão de RH ou à inovação tecnológica, deixando, em segundo plano, os “valores históricos” do jornalismo, professados pelas gerações mais antigas (PEREIRA, 2021, p. 244).

Sobre a escolarização desses profissionais, quase a totalidade dos respondentes (98,3%) eram diplomados ou estavam cursando uma faculdade (6,3%), sendo que quase metade (49,7%) tinha alguma formação além da graduação. Predomina a formação em cursos de Jornalismo (94,1%) em instituições de ensino privadas (60,2%) (LIMA, 2021). Esses dados evidenciam o papel da universidade como o primeiro espaço institucional para a carreira de jornalistas — algo que é reforçado pela ampliação da quantidade de cursos de formação específica na área, somada ao processo de expansão do próprio ensino superior no país (MICK, 2012). A formação universitária é fundamental para a socialização e

interiorização dos valores profissionais, além de um dos mecanismos de antecipação das dinâmicas do mercado de trabalho e de produção de inovações (PEREIRA, 2021), embora não seja garantia de sucesso profissional.

2.5 ONDE JORNALISTAS TRABALHAM?

Os últimos anos foram marcados por uma profunda desestruturação no emprego formal das(os) jornalistas brasileiras(os), com forte redução nos postos de trabalho. De acordo com *A conta dos passaralhos*²⁶, as demissões em massa chegaram a 2.327 jornalistas, e 7.817 demissões totais nas empresas de mídia entre 2012 e 2018 (VOLT, 2018). Segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), houve retração de 14,06% dos cargos formais (incluindo trabalhos dentro e fora da mídia)²⁷, com perda de 6.749 postos de trabalho para jornalistas entre 2013 e 2016 — dado convergente com outros levantamentos, como o do Dieese em 2021²⁸. De acordo com os dados mais recentes do *Perfil do Jornalista*, entre os profissionais que estavam trabalhando no momento da pesquisa²⁹, 57,7% estava em organizações de mídia (de pequeno, médio e grande porte), 34,9% atuava fora da mídia, em assessorias ou produtoras de conteúdo para mídias digitais, e 7,4% era professor(a) de jornalismo ou de outras áreas.

2.5.1 Trabalho dentro da mídia, em organizações jornalísticas

Quem trabalha dentro da mídia opera, majoritariamente, em veículos *online* (61,5%), seguido por TV (25,5%), jornal (22,3%), rádio (13,9%), agência de notícias (9,2%), revista (8,3%) e outros (8,8%). A somatória chega próxima aos 150%, indicando trabalho em mais de um tipo de mídia (LIMA, 2021 para todos os dados). O decréscimo de profissionais trabalhando em mídias impressas com relação à pesquisa de 2012 corrobora percepções de que a crise ocasionou diminuição das tiragens, extinção de veículos (CHRISTOFOLETTI, 2019), principalmente os de mídia regional (PROJOR, 2022).

Estão em empresas privadas 78,9% das(os) profissionais trabalhando na mídia, sendo 34% de atuação nacional, 16,8% de atuação regional, 7,2% de atuação local, e 10,4% de

²⁶ Disponível em: <https://passaralhos.voltdata.info/>. O levantamento só contabiliza os chamados “passaralhos”, ou demissões em massa, sem considerar as demissões individuais.

²⁷ A conta não inclui repórteres de TV, rádio e outros agrupamentos profissionais, nem empregos informais ou contratos como PJ.

²⁸ Disponível em: <https://sjsjp.org.br/noticias/retrato-da-categoria-c777>. Acesso em 08 set. 2022.

²⁹ Na pesquisa há também respondentes que estão desempregados, aposentados ou estudando.

atuação internacional³⁰. As grandes redações, com mais de 50 jornalistas, são locais de trabalho de 22,7% desse contingente (LIMA, 2021 para todos os dados). Essas organizações são os chamados oligopólios da mídia no Brasil, cuja estrutura é de natureza familiar e patriarcal (NUNES, 2020), e ainda representa uma fatia importante na configuração do mercado de trabalho.

Também chama a atenção a atuação nos chamados “novos arranjos do trabalho jornalístico” (FÍGARO, 2018a): 5,9% dos respondentes que trabalhavam na mídia declararam-se ligados à iniciativas nacionais, 1,7% regionais, 2,1% locais e 0,8% internacionais (LIMA, 2021). Ainda que minoritárias, essas mídias surgidas principalmente a partir de 2012 empregam 1 a cada 10 jornalistas em trabalhos dentro da mídia atualmente no Brasil, reiterando a afirmativa de que é preciso conceituar o jornalismo para além das antigas organizações jornalísticas (ANDERSON; BELL, SHIRKY, 2013).

O conceito de “arranjo” abarca um escopo amplo de experiências jornalísticas diferentes entre si em termos de proposta editorial, organização de trabalho e formas de financiamento. Ele dialoga com conceitos de jornalismo “independente” e “alternativo”, no sentido de colocar-se como uma alternativa cidadã ao trabalho nos conglomerados de mídia, e não depender necessariamente das mesmas lógicas organizacionais e de financiamento, mas procura escapar das imprecisões postas pelo caráter relacional desses termos, sendo também uma alternativa ao termo “jornalismo empreendedor”, de léxico neoliberal (KIKUTI *et al.*, 2021).

Como o conceito é elaborado a partir da perspectiva da comunicação e trabalho (e não focado nos conteúdos dos meios), os arranjos remetem à situação de fragilidade a que jornalistas estão submetidas(os) em suas escolhas profissionais (FÍGARO, 2018a). É um fenômeno interessante e paradoxal, pois há neles uma potência de fissurar o sistema patriarcal, capitalista e racista da chamada mídia tradicional, colocando mais mulheres e pessoas negras, da periferia em cargos de chefia (FÍGARO, 2018b; NONATO, 2020), ao mesmo tempo em que enfrenta enormes desafios à própria sustentabilidade (ou seja, os arranjos são uma alternativa ao trabalho jornalístico da grande mídia e, ao mesmo tempo, não são).

Voltando aos dados da pesquisa de Perfil, 15,3% das(os) jornalistas dentro da mídia trabalham sozinhas(os), ou pelo menos sem nenhum colega jornalista. Esse cenário crescente do “sujeito-empresa” pode denotar certo individualismo dessas(es) profissionais, dificultando

³⁰ Enquanto 13,7% estão no serviço público e 5,3% no terceiro setor, além de 2,2% em outros tipos de organização.

a união da categoria e da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que revela uma tentativa de adaptação ao cenário de precarização e plataformização da profissão típicos da crise³¹. O possível “isolamento”, ou impossibilidade de troca de experiências, ideias e opiniões durante o trabalho cotidiano também pode acarretar em dificuldades no aperfeiçoamento dessas(es) profissionais (LIMA, 2021).

2.5.2 Trabalho fora da mídia

De acordo com o Perfil do Jornalista Brasileiro, mais de um terço (34,9%) dos jornalistas do país trabalham fora da mídia, em atividades correlatas que utilizam conhecimentos compartilhados com o jornalismo, como assessoria de imprensa/comunicação e produção de conteúdo para mídias digitais. Entre essas(es) profissionais, 43,4% têm como atividade principal as assessorias de imprensa em empresas privadas, trabalhando no relacionamento entre essas organizações e a mídia. Outros ramos possíveis de trabalho fora da mídia são empresas ou órgãos públicos (17,1%), agências de comunicação (15,1%), terceiro setor (10%), outras instituições privadas (8,2%), agências de publicidade (2,5%) ou outras (3,7%).

Entre as funções exercidas, a assessoria de imprensa/comunicação é predominante (44,3%), seguido de produção de conteúdo (18,2%) e gestão de comunicação (12,3%). Em menor porcentagem (6,6%), destacam-se atividades de comunicação digital (gestão de conteúdos, *marketing* digital, gerente de redes sociais), reportagem e edição fora de organizações jornalísticas (4,1%) e outras (5,9%) (LIMA, 2021 para todos os dados).

Tais dados evidenciam a característica híbrida da profissão no Brasil, com fronteiras por vezes borradas entre áreas como mídias sociais, publicidade e mídias sociais digitais. Como já dito, isso é importante para a pesquisa em Jornalismo, para não cairmos na armadilha de assumirmos um pressuposto essencialista da identidade profissional — a referência tomada por muitos autores (que também baseiam as escolas de jornalismo e as diretrizes padronizadoras desses cursos) é a experiência do “jornalista da *Folha de S. Paulo* e da *Globo*”. Na realidade, a experiência jornalística sempre foi diversa, misturando-se desde seus primórdios ora à literatura, ora à política, ora ao *marketing* digital, como vemos atualmente. Mas, na prática, essa fronteira nunca foi muito demarcada, o que constitui desafio para a formação, para os discursos de autolegitimação (LEAL; MANNA; JÁCOME, 2017) e

³¹ Esse cenário pode ter sido agravado por conta da pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022.

também para algumas estratégias políticas da área, pois assumir a hibridização opera na contramão da especificidade do campo.

2.5.3 Docência em Jornalismo

O processo de transformação pelo qual passa o jornalismo brasileiro está necessariamente vinculado aos cursos de formação na área. A partir de meados da década de 1990, as políticas de aumento na oferta de ensino superior no Brasil, especialmente durante as gestões dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, fizeram multiplicar os cursos de graduação e pós-graduação em Comunicação e Jornalismo. Se, até o final dos anos 1980, eram apenas 51 cursos no país, a maioria concentrada no eixo Rio-São Paulo, em 2010 eram 317, distribuídos pelas cinco regiões do território nacional (PONTES, MICK, 2018) — o que fez aumentar, conseqüentemente, a demanda por profissionais que formam jornalistas.

Na pesquisa de Perfil de 2021, 171 (7,4%) respondentes trabalhavam como professoras(es) de ensino superior. A maior parte (88%) está vinculada a departamentos e cursos de Jornalismo, ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Esse trabalho é distribuído entre universidades privadas (30%), universidades federais (28%), estaduais (9,6%), confessionais (9%) e centros superiores privados (10,8%). 41,1% trabalham na docência há mais de 11 e menos de 20 anos, e praticamente dois terços (63%) não atuam na pós-graduação *stricto sensu*. Entre os que atuam, estão majoritariamente na área de Comunicação (25%) (LIMA, 2021 para todos os dados).

A pesquisa de 2012 obteve um plano amostral semelhante, com 173 respostas (6,3% do total). Pontes e Mick (2018) analisaram os dados relativos a esse estrato, de maioria branca (com predominância ainda maior do que no restante da profissão — 83,2% contra 72,2%), com relativo equilíbrio entre gêneros (52% homens e 48% mulheres), politicamente posicionada à esquerda, e com entre seis e 10 anos de experiência profissional. Os autores afirmam que trabalhar na docência não significa, necessariamente, estabilidade no emprego, mais benefícios ou menos horas de trabalho. Nem mesmo significa possibilidade certa de atuar nas áreas de pesquisa e extensão. Os salários dessas(es) profissionais costumam ser mais altos do que a média da categoria, mas muitos deles possuem mais de um emprego. A maioria se diz satisfeita com a profissão, possivelmente pela possibilidade de compartilhar conhecimento e investigar problemas relevantes para o setor.

2.6 SOB QUAIS CONDIÇÕES O TRABALHO JORNALÍSTICO É FEITO?

As reestruturações produtivas no mundo do trabalho ocorridas durante a transição do século XX para o XXI trouxeram sofrimento psíquico às rotinas, e muitas vezes este era associado a um fator constitutivo da identidade profissional (GUILHERMANO; FONSECA, 2021) — jornadas irregulares e exaustivas são encaradas como prerrogativas desse tipo de trabalho, reiterando uma visão romantizada da profissão em detrimento do reconhecimento da própria classe como proletarizada.

Quem trabalha como jornalista pode acabar aceitando o cenário de flexibilização e precarização em nome da sobrevivência, pelo medo do desemprego (HIRATA, 2011; ÖRNEBRING, 2018). Isso acarreta em alto custo para a saúde física e mental de profissionais, com prejuízo à qualidade de vida (LIMA, 2018; BULHÕES, RENAULT, 2016). Janara Nicoletti (2019) aponta também uma correlação significativa entre a precarização do trabalho e a redução da qualidade jornalística, evidenciada na forma de preferência por fontes oficiais, cobertura desde dentro da redação, falta de tempo para concluir a apuração e tomadas de decisão nem sempre compatíveis com a ética profissional.

Além disso, o jornalismo pode ser considerado uma profissão de risco. O relatório *White Paper on Global Journalism* (IFJ, 2021) aponta que, desde 1990, 2.658 jornalistas foram assassinados no mundo, sendo 42 deles em 2020. Além disso, ao menos 235 profissionais estão presos por exercerem seu trabalho. Outros estudos dão conta do cenário de vulnerabilidade e violência que cerca o trabalho jornalístico: no Brasil, em 2020, houve um aumento de 105,77% (total de 428) no número de casos de violência contra jornalistas³² e a imprensa, em relação ao ano anterior. A violência mais frequente é a descredibilização da imprensa, com 35,51%, tendo sido Jair Bolsonaro o principal agressor (FENAJ, 2021). Isso sinaliza que, quanto mais a imprensa fiscaliza os demais poderes, mais a violência contra jornalistas tende a aumentar.

2.6.1 Precarização laboral e discriminação são cotidianas para mulheres jornalistas

Como procurei demonstrar até aqui, há uma relação evidente entre a crescente precariedade laboral e a feminização no mundo do trabalho de jornalistas. As desigualdades

³² Corresponde ao número de casos denunciados

percebidas na profissão podem ser compreendidas a partir de quatro vetores, sistematizados por Tales Lelo (2019): a) a divisão sexual do trabalho; b) as culturas organizacionais; c) as culturas profissionais; e d) as rotinas produtivas.

No âmbito da divisão sexual do trabalho, existe a dificuldade vivenciada pelas repórteres em conciliar o exercício de suas funções com seus projetos familiares, em uma carreira que exige cada vez mais sacrifício dos tempos de descanso. Isso obstrui a permanência de mulheres em postos estáveis nas empresas de comunicação, já que muitas precisam adequar suas tarefas profissionais à dupla jornada — evidenciando a relação entre segurança e questões de gênero.

As culturas organizacionais se referem às formas habituais segundo as quais o trabalho é organizado dentro das redações, uma estrutura que impacta nas práticas cotidianas das e dos jornalistas. Lelo (2019) denuncia a existência de uma homosocialidade masculina, que consiste na inclinação dos profissionais a atribuírem pautas de maior destaque aos colegas do mesmo gênero, assim como compartilharem contatos e informações unicamente entre si. As culturas organizacionais no jornalismo são campos dominados por valores machistas, nas quais mulheres são prejudicadas na divisão de tarefas por não se enquadrarem nos modelos de masculinidade idealizados pela redação (VEIGA DA SILVA, 2014). No caso das gestoras, eventuais falhas são diretamente associadas a uma suposta “feminilidade” das ocupantes do cargo, enquanto, para os homens, não existe qualquer julgamento nesse sentido. “Se o comportamento [das gestoras] confirma os estereótipos acerca das mulheres, elas não são vistas como líderes apropriadas; se o seu comportamento é consistente com os estereótipos de liderança, elas não são pensadas como mulheres adequadas” (LELO, 2019, p. 141 *apud* STEINER, 2014, p. 626).

O vetor da cultura profissional tem conexão direta com o anterior, e diz respeito às relações estabelecidas entre as(os) trabalhadoras(es) de mídia nas suas atividades cotidianas. Neste ponto, percebe-se a designação de pautas consideradas mais “brandas” (*soft news*) para as mulheres, tradicionalmente ligadas a assuntos culturais e aos aspectos do estereótipo de “feminilidade” (entretenimento, moda, beleza, comportamento), enquanto as matérias de maior fôlego e impacto na opinião pública (*hard news*) ficam a cargo de seus colegas masculinos. Como reforça Veiga da Silva (2014, p. 501):

Para as notícias relacionadas ao investigativo, ao risco, etc., os profissionais propostos eram exclusivamente do sexo masculino, e com determinadas características de gênero consolidadas e reconhecidas por seus pares – ou seja, mulheres, ou mesmo homens que não possuíssem características reconhecidamente associadas aos atributos masculinos já mencionados, não eram pensados como alternativa capaz de executar tais matérias.

Federici questiona a função dos estereótipos de gênero para o sistema capitalista: o atributo de “feminilidade” foi construído “como uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico” (FEDERICI, 2017, p. 31). O jornalismo *mainstream* parece reiterar esta lógica dia após dia, embora tenha potencial para subvertê-la.

Por fim, no âmbito das rotinas produtivas, é alarmante o dado de que 64,8% das mulheres jornalistas já sofreram assédio, intimidações ou ameaças em seu trabalho, sendo os principais agressores os entrevistados (fontes), seguidos de seus colegas de trabalho e seus superiores hierárquicos (LELO, 2019). O autor relata casos de mulheres vítimas de violência durante coberturas jornalísticas que, inclusive, passaram a evitar cobrir determinadas pautas, como guerras e manifestações de rua, a fim de esquivar-se de novos casos. Isso sem falar na misoginia presente nos comentários de muitas notícias escritas por repórteres femininas — herança histórica da sociedade patriarcal. Um levantamento intitulado “*Violence and harassment against women in the news media: a global picture*”, de 2014, aponta que 58,4% das vítimas de abuso e 32,7% das mulheres assediadas reportaram o caso a seus superiores, no entanto, os resultados foram ainda mais prejudiciais para as vítimas: alguns casos são tratados com clima de impunidade, como o de uma jornalista paquistanesa que declarou “não haver justiça para mulheres em seu país”; uma jornalista britânica a quem disseram para “parar de reclamar”; e uma jornalista indiana que contou “meu chefe não acreditou em mim, disse que eu estava exagerando e me disse para crescer” (IWFMF, 2014, p. 12, tradução livre)³³. Em outros casos, ainda segundo o estudo, contar que estava sendo abusada desencadeou uma escalada de agressões e motivou a demissão da vítima.

O estudo *Mulheres no Jornalismo Brasileiro* (GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI, 2017) se dedicou a entender como o machismo afeta as profissionais jornalistas no ambiente de trabalho. A pesquisa ouviu 477 jornalistas mulheres³⁴, funcionárias de 271 veículos diferentes³⁵, e constatou que 92,3% já ouviram piadas machistas no ambiente de trabalho, e

³³ No original: a Pakistani journalist who said there was “no justice for female[s] in her country,” a British journalist who said she was told to “stop complaining” and an Indian journalist who said “my boss didn’t believe me and said I was overreacting and told me to grow up.”

³⁴ O estudo não é por amostra representativa, mas vale mencionar o perfil das respondentes, uma vez que impacta na análise dos resultados: 53,2% eram repórteres, 13,4% editoras e 11,3% estagiárias, de todas as regiões do Brasil (a maioria reside no sudeste); a maioria (58,1%) era solteira, heterossexual (84,1%), branca (76,9%), com idade média de 31 anos, sem filhos menores de 18 anos (84,9%), e ocupantes de seus cargos, em média, havia três anos e meio.

³⁵ Dos quais 40% eram jornais, 16% nativos digitais, 16% televisão, 9,9% revistas, 8,2% rádio, 2,5% agências de notícias, 7,1% outros, e 0,4% não sabiam ou não responderam.

86,4% já passaram por ao menos uma situação de discriminação de gênero no trabalho. Embora a maioria das jornalistas no país vivencie situações de machismo, as empresas ainda não respondem de maneira adequada ao problema, de acordo com as respondentes. Para as autoras, estes dados são relevantes, na medida em que

Identificar a situação das jornalistas nas redações, os tipos de assédio e violência que enfrentam em suas rotinas de trabalho e como respondem a eles, suas posições hierárquicas e o modo como enxergam a perspectiva de gênero nas coberturas é essencial para compreender o papel da mídia — interna e externamente — nas assimetrias de gênero (GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI, 2017, s/p.).

A violência é um aspecto constituinte da desigualdade de gênero que impacta diretamente nas trajetórias profissionais, na escolha de permanecer ou mudar de emprego, de permanecer ou mudar de profissão. As mulheres estão no epicentro do risco: além de mais frequentes, os ataques vêm com a crueldade da misoginia, ou seja, são dirigidos às suas características associadas ao feminino, à sua sexualidade e àquilo que as constitui, em termos de estereótipos, como mulheres. Outra pesquisa global, conduzida pelo *International Center for Journalists* (ICFJ) aponta que, cada vez mais, os ataques *online* estão atravessando as fronteiras da *web* e se espalhando *offline*, com consequências potencialmente fatais (POSSETTI; SHABBIR, 2022). O estudo tipifica três tipos de ameaças *online* enfrentadas pelas jornalistas, que podem ocorrer simultaneamente: assédio e abuso misógino (que inclui desde insultos à sua aparência, sexualidade e profissionalismo até ameaças de cunho sexual, agressão, estupro e assassinato); campanhas de desinformação orquestradas que exploram narrativas misóginas (difamações sobre o caráter da mulher e deturpação maliciosa, como imagens e vídeos manipulados, frequentemente pornográficos, memes abusivos, entre outros); e erosão da privacidade digital da vítima, com táticas como vigilância em massa, hackeamento de seus dispositivos, exposição de dados pessoais, endereços e padrões de movimento.

2.7 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, procurei situar as trajetórias profissionais de jornalistas no campo multidisciplinar que são os estudos de carreira. Na primeira parte, apresentei o conceito de carreiras, os paradigmas segundo os quais elas podem ser estudadas, justificando em seguida a minha opção pelo paradigma sequencial nesta pesquisa, os principais movimentos de carreira identificados por Bastin e também um estado da arte, trazendo alguns dos principais estudos sobre o tema no campo do Jornalismo. Entre eles, pesquisas sobre mulheres

jornalistas que se debruçam a entender a profissão pelo viés da desigualdade de gênero, assim como esta pesquisa. Como veremos, os dados do *LinkedIn* trazem uma dimensão quantitativa aos *insights* trazidos por estudos qualitativos aqui mencionados, além de descobertas novas.

Na segunda parte, busquei obter um desenho mais preciso da profissão ao caracterizar sua morfologia — quem são jornalistas no Brasil, onde trabalham e sob quais condições. Fiz isso a partir de levantamentos diversos, especialmente o *Perfil do Jornalista Brasileiro*. Mais uma vez, foi possível notar o papel da desigualdade de gênero como estruturante do trabalho jornalístico, o que reforça a pertinência da mirada feminista como chave interpretativa do jornalismo e das trajetórias profissionais de suas(eus) trabalhadoras(es).

Nas próximas páginas, apresento em detalhes a estratégia metodológica adotada por esta tese, que envolveu a coleta, limpeza, análise e interpretação de aproximadamente três mil currículos de jornalistas no Brasil.

3 METODOLOGIA

Aceitar o desafio de compreender o jornalismo sob uma mirada feminista e sob a ontologia do “tornar-se”, como sugerem Deuze e Witschge (2016), requer que abandonemos as concepções estáveis demais sobre a profissão (normativas daquilo que ela é ou como deveria ser) e sobre o significado de trabalhar como jornalista. Abraçar a impermanência como perspectiva teórica também exige a utilização de uma estratégia metodológica que permita identificar com mais clareza e abertura as transformações desse mundo do trabalho, incluindo fenômenos como a feminização, a hibridização e a juvenilização, determinantes para compreender a profissão de jornalista no cenário atual.

Esta tese utiliza uma metodologia mista, digital e inovadora nas ciências sociais, desenvolvida no âmbito do projeto de pesquisa comparativo internacional *flexMedia Lives*, que analisa bancos de dados contextuais e de carreira de jornalistas, coletados através da rede social *LinkedIn*. Ela permite compreender as transformações da profissão a partir das informações geradas pelos próprios jornalistas ao longo de suas carreiras. Por se tratar de uma metodologia inédita no Brasil, procurei demorar-me no detalhamento de suas etapas, a fim de apresentá-la com nitidez e também documentá-la para que outros pesquisadores possam eventualmente utilizá-la ou criticá-la.

Na primeira parte deste capítulo, mais contextual, apresento brevemente as potencialidades e desafios das pesquisas quantitativas com uso de *big data* no campo das Ciências Sociais (incluindo o Jornalismo), bem como discuto a pertinência de dados oriundos da plataforma *LinkedIn* como fonte de pesquisa. Na sequência, apresento em resumo o que Mick, Kikuti e Bastin (2020) já detalharam sobre o *flexMediaLives*, e situo minha pesquisa no escopo do projeto.

Na segunda parte do capítulo, trato especificamente das técnicas utilizadas e dos passos dados durante a coleta, limpeza, análise e interpretação dos dados. Começo descrevendo as categorias criadas para a recodagem dos dados obtidos em currículos de jornalistas, sobretudo a respeito de suas experiências profissionais, bem como compartilho os impasses e as escolhas que fizemos durante esse processo, já que o trabalho com um grande volume de dados desorganizados (não formatados inicialmente para pesquisas) exige um intenso esforço de padronização e preparação para que seja possível analisá-los. Na sequência, resumo os passos da análise dos dados, feita em linguagem R, e os procedimentos adotados para a interpretação dos resultados presentes no capítulo 4.

PARTE 1: POTÊNCIAS E LIMITES DO USO DE *BIG DATA* EM PESQUISAS NAS CIÊNCIAS SOCIAIS E NO JORNALISMO

A quantidade abundante de dados advindos do processo de digitalização das atividades sociais tem chamado a atenção de pesquisadoras(es) das Ciências Sociais na última década, tanto porque modifica o próprio funcionamento das sociedades contemporâneas, quanto porque oferece novos métodos de produção de conhecimento sobre elas. Esses dados extraídos da *web*, de redes sociais e de outras fontes, também chamados de *big data*, têm a capacidade de lançar luz a fenômenos sociais pouco compreendidos, confirmar ou contradizer respostas a questões já anteriormente trabalhadas por métodos clássicos de análise (BERGSTRÖM, 2018), e também suscitar novas questões.

Apesar de frequentemente utilizado, não há definição consensual sobre o termo *big data* (BASTIN, TUBARO, 2018). Há diferenças com relação ao uso, relacionadas ao contexto (pesquisa pública *versus* empresas comerciais) e à disciplina (TI *versus* outras ciências). Uma caracterização básica, mas incompleta, considera *big* (grandes) os dados cujo processamento e armazenamento excedem as capacidades das ferramentas convencionais que gerenciam bancos de dados, sendo necessário o uso de instrumentos informáticos sofisticados.

No campo da Sociologia, onde as pesquisas com *big data* se encontram relativamente consolidadas, as principais abordagens relacionadas ao método versam por compreender o que caracteriza esse tipo de dado, seja em oposição àqueles tradicionalmente utilizados em pesquisas científicas (como os oriundos de questionários e entrevistas), seja em complemento a essas ferramentas tradicionais. Outra abordagem comum se debruça em analisar os riscos induzidos pelo uso de dados massivos, relacionados ao temor de que o método científico seja substituído por métodos algorítmicos desvinculados de teorias sociais (BASTIN, TUBARO, 2018).

Nos campos da Comunicação e do Jornalismo as pesquisas com *big data* são crescentes, mas ainda pouco numerosas. Em 2014, o *Journal of Communication*³⁶ lançou um dossiê específico sobre o tema, intitulado “*Big Data in Communication Research*”, cujo propósito era reunir os esforços que procuravam entender as estruturas metodológicas e

³⁶ Disponível em: <https://academic.oup.com/joc/issue/64/2>. Acesso em 24 fev. 2022.

interpretações dominantes das pesquisas no campo, a nível nacional e internacional. Uma lacuna comum encontrada em alguns dos estudos é o tratamento dos dados provenientes de *big data* como “neutros” — é necessário pensá-los criticamente como parte de uma estrutura social (SILVA, 2018). Também encontrei pesquisas que lidam com o tema a partir de discussões sobre privacidade (REBELLO SILVA; TAVARES RODRIGUES, 2017) e ética, expondo as questões emergentes da mistura entre Ciência de Dados e Jornalismo (FAIRFIELD; SHTEIN, 2014) ou debatendo o uso de dados massivos em pesquisas de opinião pública (CALDAS, 2020); concatenações teóricas, que procuram aproximar *big data* e Jornalismo a partir do conceito de humanidades digitais (OLIVEIRA, 2013); implicações metodológicas do trabalho com grandes quantidades de dados (SANTOS, 2017; GONÇALVES, 2014) ou das técnicas de análise automatizada de texto (GÜNTHER; QUANDT, 2016); ou, ainda, pesquisas empíricas, que usam dados provenientes de plataformas para estudar fenômenos sociais (como MALINI *et al.* (2020), por exemplo, para narrativas sobre o surgimento do novo coronavírus).

Um dos principais desafios relacionados à pesquisa científica com *big data* está no esclarecimento das fronteiras entre esfera pública e privada na *web*, ou seja, na proteção à privacidade das(os) sujeitas(os) envolvidas(os). Atualmente, a maioria dos países possui leis de proteção de dados que reconhecem o objetivo da pesquisa e permitem o acesso e a manipulação de dados pessoais para esse fim, desde que sejam obedecidos seus limites e condições³⁷. Entretanto, as informações provenientes de *big data* não se enquadram necessariamente no escopo do que é gerenciado por essas estruturas: é difícil afirmar, por exemplo, se informações que um usuário publica em seu perfil em uma rede social constituem dados pessoais da mesma maneira que suas respostas a um entrevistador do Censo. Outros fatores que complexificam a questão, e que são exacerbados pela atenção cada vez maior dada à proteção de dados pessoais, são a estrutura de rede dos perfis ("*retweets*" e outras formas de compartilhamento dificultam saber de quem é a autoria do conteúdo e a quem pertencem os dados) e a dinâmica temporal das identidades na *web* (se um usuário com conta pública decide torná-la privada, os dados devem ser suprimidos na pesquisa?) (BASTIN; TUBARO, 2018). Tais pontos tornam complexo o papel de quem pesquisa *big data*:

O pesquisador se encontra, de fato, em uma posição delicada, pois contribui, por um lado, para a análise dos problemas de vigilância e violação da privacidade como principais questões sociais relacionadas ao *big data* e, por outro lado, tem o dever

³⁷ No Brasil, é através da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, sancionada em 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm

de, para isso – ainda que para uma finalidade puramente descritiva – garantir o acesso a esses dados (BASTIN; TUBARO, 2018, p. 380, tradução livre³⁸).

A coleta e o acesso aos dados são outros tópicos que demandam reflexão e preocupação, principalmente porque as empresas donas das plataformas onde esses dados são gerados relutam em compartilhá-los livremente com a comunidade acadêmica, muitas vezes utilizando o argumento da proteção aos dados pessoais (o que é questionável, se considerados os recentes escândalos de vazamento desses dados). Embora essas empresas possam, legitimamente, ter preocupação quanto à proteção de dados, é parte de seu modelo de negócio reservar a si próprias o acesso privilegiado a informações, pois isso as coloca em vantagem competitiva perante o mercado. Entretanto, embora nem sempre facilitado, o acesso a alguns dados por pesquisadoras(es) é possível através de determinadas técnicas de coleta, como as *APIs* (*application programming interface*), *webscrapping* (coleta automatizada) e negociação direta com a empresa para extração da sua própria base de dados, descritas por Bastin e Tubaro (2018), cada uma delas portando vantagens e limites.

Por fim, os autores levantam um terceiro desafio enfrentado pelas investigações acadêmicas que utilizam *big data* nas ciências sociais: a estrutura e as competências necessárias para desenvolvê-las. Construir um banco de dados e torná-lo apto para pesquisa requer tempo, habilidades específicas, especialmente na área de programação (o que não é comum entre cientistas sociais e do Jornalismo), e também certa bagagem de competências sociais, como paciência, criatividade para imaginar maneiras de pesquisar nesse novo campo que é o código (para imaginar, é preciso antes saber o que é possível dentro desse campo, o que também requer bagagem teórica), além da capacidade de negociar ou colaborar com especialistas em TI e com proprietários das plataformas. Em outras palavras, esse é um tipo de pesquisa com inúmeras potencialidades, mas que exige certa maturidade acadêmica e trabalho em equipe, pois é raro que apenas um(a) cientista disponha de todos os recursos necessários para desenvolvê-la.

3.1 O USO DO *LINKEDIN* COMO FONTE PARA OBTENÇÃO DOS DADOS

Criado em 2003, o *LinkedIn* é uma rede social profissional que possibilita a interação entre indivíduos a partir de postagens sobre temas de interesse, a busca de vagas de emprego

³⁸ No original: Le chercheur se trouve en effet dans une position délicate puisqu'il contribue d'une part à l'analyse des problèmes de surveillance et de violation de la vie privée comme enjeux sociétaux majeurs liés aux *big data* et que, d'autre part, il doit pour cela – ainsi que dans un but purement descriptif – s'assurer un accès à ces données.

e atividades formativas. Também é uma plataforma que privilegia a apresentação de currículos, possibilitando incluir desde informações gerais como gênero, localização geográfica e nível de escolaridade, até os tipos de curso feitos ao longo da vida escolar, em quais áreas e instituições de ensino, a quantidade de empregos ao longo da carreira, os cargos e funções exercidas nesses postos de trabalho, se houve experiências de estágio ou trabalho voluntário, entre outras informações. A *Figura 3* é um exemplo de perfil de uma jornalista brasileira no *LinkedIn*.

Figura 3: Exemplo de perfil de jornalista no *LinkedIn*

The image shows a screenshot of a LinkedIn profile for Katia Brembatti. The profile is displayed on a light blue background. At the top, there is a search bar with the LinkedIn logo and the word 'Pesquisar'. To the right of the search bar are navigation icons for 'Início', 'Minha rede', 'Vagas', 'Mensagens', and 'Not'. Below the navigation bar is a large blue banner area. On the left side of the banner is a circular profile picture of Katia Brembatti. To the right of the profile picture, the name 'Katia Brembatti' is displayed with a '2º' degree symbol. Below the name is the title 'Repórter com experiência em Jornalismo Investigativo' and the location 'Curitiba, Paraná, Brasil'. There is a link for 'Informações de contato' and a note that she has 369 connections. Below this information are three buttons: 'Conectar', 'Envie uma mensagem', and 'Mais'. To the right of the profile information, there are two logos: 'Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo' and 'Universidade Estadual de Ponta Grossa'. Below the banner area, there is a section titled 'Experiência' which lists four roles: 'Presidente' at 'Abraji - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo' (Aug 2022 - present, 7 months), 'Editora' at 'ESTADÃO' (Jun 2022 - present, 9 months), 'Professora' at 'Universidade Positivo' (2013 - present, 10 years 2 months), and 'Repórter' at 'Gazeta do Povo' (May 2004 - Sep 2020, 16 years 5 months). Below the 'Experiência' section is a section titled 'Formação acadêmica' which lists two degrees: 'Bacharelado, Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo' at 'Universidade Estadual de Ponta Grossa' (1997 - 2001) and 'Pós-graduação Lato Sensu - Especialização, Gestão Ambiental' at 'Universidade Positivo'.

O perfil da jornalista Kátia Brembatti foi utilizado por se tratar de pessoa pública, com trajetória conhecida por muitos colegas de profissão. Fonte: *LinkedIn*

Buscar sentimento de pertencimento, desenvolver e ampliar rede profissional e expandir a carreira são algumas das principais motivações para o uso do *LinkedIn*, que se configura como ambiente favorável para a construção de capital social entre profissionais (MA, 2015). Em 2022, o *LinkedIn* atingiu a marca de 810 milhões de usuários ao redor do mundo, e destes, 214 milhões estão na América Latina. Há cerca de 57 milhões de companhias listadas, e 120 mil instituições de ensino (LINKEDIN, 2022). Tais características fazem desta plataforma uma fonte de pesquisa interessante para variados tipos de investigação, desde análises com *big data* até estudos de caso, de análises longitudinais de trajetórias (NORRIS-TIRREL; RINELLA; PHAM, 2018) ao estudo da evolução de habilidades profissionais específicas (TAMBE, 2012).

Jornalistas são particularmente visadas(os) pela plataforma, possivelmente por sua capacidade de gerar conteúdo de qualidade e engajar leitoras(es), além de poderem fazer uso da rede como ferramenta de trabalho. O *LinkedIn* possui uma página voltada especificamente para essas(es) profissionais, chamada *LinkedIn Pressroom*³⁹, que oferece, entre outras coisas, programas de treinamento sobre como buscar fontes especializadas e informações relevantes, como otimizar o trabalho, análises de postagem e como criar uma presença efetiva na rede. Além disso, há dezenas de grupos fechados para jornalistas, dedicados à troca de informações, experiências, oferecimento de serviços e vagas de emprego. Ao redor do mundo, centenas de milhares de jornalistas utilizam o *LinkedIn*. No Brasil, em 2019, eram 60 mil⁴⁰ os perfis de jornalistas, considerando apenas os residentes nas capitais das Unidades da Federação – um alcance notável, pois representa quase metade do total estimado de jornalistas no país, que era de 145 mil em 2012 (MICK; LIMA, 2013).

As informações presentes nos currículos são adicionadas na plataforma pelos próprios agentes, com seu próprio vocabulário e categorias. Como são abertas, essas informações podem ser monitoradas e contestadas tanto por colegas quanto por antigos, atuais ou potenciais empregadores, o que torna razoável a confiabilidade dos dados. O mais interessante no uso do *LinkedIn* como fonte é que os dados permitem identificar a maneira pela qual jornalistas constroem narrativas sobre suas carreiras, como descrevem seu próprio trabalho e trajetória em um ambiente de “vitrine” profissional, que atributos costumam destacar, além de permitir observar o surgimento de novos tipos de emprego e funções — o que não seria possível em uma pesquisa que partisse de categorias pré-estabelecidas do que constitui o trabalho jornalístico.

³⁹ Disponível em: <https://news.linkedin.com/media-resources/linkedin-for-journalists>. Acesso em 07 abr. 22.

⁴⁰ Quantidade obtida a partir de buscas feitas no âmbito do *flexMediaLives*.

Contudo, basear-se em informações concedidas por usuários em ambiente de rede social também constitui um possível viés para a pesquisa, já que as carreiras, no *LinkedIn*, podem parecer mais prósperas e lineares do que são na realidade. É possível ainda que trabalhadoras(es) desejem omitir determinadas atividades menos prestigiadas na profissão, traços de precariedade laboral (como acúmulo de funções e instabilidade no cargo, por exemplo) e, ainda, períodos de desemprego ou ocupações temporárias não relacionadas à carreira que a pessoa deseja construir (como trabalho de motorista de aplicativo ou como atendente em um bar, por exemplo).

Um estudo feito pela *Newswise* com 1000 jornalistas aponta que muitos possuem perfil na rede, mas ela parece ser avaliada como mais útil por quem busca emprego do que por aqueles que já o possuem (JOHNSON, 2011). Esse tipo de uso pode interferir na quantidade e qualidade de informação disponível nos currículos: pela lógica, a tendência é que quem possui carreiras mais estáveis dê menos atenção ao perfil na rede social, enquanto quem ainda está consolidando sua vida profissional detalha mais suas atividades. Há também um efeito geracional, pois profissionais mais jovens tendem a utilizar muito mais a plataforma do que aqueles que iniciaram a carreira nos anos 1980 e 1990. Esses que entraram antes na profissão têm uma tendência a preencher com menos detalhes as atividades passadas, pois o fazem em retrospecto, podendo esquecer de incluir alguma informação ou simplesmente omiti-la, por não achar relevante para o estado atual de sua carreira.

Outro estudo, com os *Top Voices*⁴¹ brasileiros de 2016, reforça a percepção de que o *LinkedIn* favorece a autopromoção e a narrativa individualizada de sucesso, típica da mentalidade empreendedora (MARTINS, NUNES, 2017). Cinco dentre os 15 *influencers* eram jornalistas, e os textos publicados por elas(es) em seus perfis exaltam, entre outras coisas, busca por inovação, motivação por metas, predisposição ao desconhecido, capacidade de detectar oportunidades e assumir riscos controlados, sendo "propósito" e "sucesso" os termos mais recorrentes nos artigos (MARTINS, NUNES, 2017). A observação dos influenciadores indica o tipo de perfil mais valorizado pela plataforma, algo a ser "almejado" pelos demais usuários.

Portanto, os dados extraídos do *LinkedIn* devem ser vistos mais como fornecedores de informações capazes de responder a questões de pesquisa que ajudem a compreender as narrativas sobre a profissão, e menos como "espelhos" da realidade. Tendo isso em mente, é

⁴¹ A lista de *Top Voices*, curada pela equipe do *LinkedIn News*, é divulgada anualmente e destaca usuários que escrevem sobre tópicos considerados importantes sobre trabalho, carreira e indústria. Qualquer membro do *LinkedIn* que compartilhe conteúdo e dirija conversas profissionais na plataforma é elegível para ser uma *Top Voice*, com exceção dos funcionários do *LinkedIn* e da *Microsoft*, membros que tenham violado o Contrato de Usuário do *LinkedIn* ou indivíduos que atualmente concorrem a uma eleição para uma posição executiva, legislativa ou judiciária.

possível atestar sua pertinência como fonte de dados para esta pesquisa. Uma investigação inicial sobre trajetórias profissionais de jornalistas com perfis do *LinkedIn* foi conduzida por Gilles Bastin (2015) na França entre 2010 e 2012 utilizando uma amostra de 1171 jornalistas franceses. Esse projeto inicial abriu caminho para a definição de um protocolo de codificação de dados utilizado na pesquisa atual do projeto de pesquisa *flexMedia Lives* e, além disso, apontou alguns resultados sobre o efeito do gênero nas carreiras (BASTIN, 2012b).

3.2 A PESQUISA COMPARATIVA INTERNACIONAL *FLEXMEDIALIVES*

Em sua célebre conferência a respeito da profissão de político (“*Politik als Beruf*”), em 1919, Max Weber mencionou a necessidade de estudos sociológicos que tratassem também da discrepância entre o que os jornalistas percebem enquanto seu *status* social e o *status* que eles efetivamente têm. Ele dizia que o jornalismo “não é um caminho para todos, menos ainda para os de caráter fraco, especialmente aqueles que somente conseguem manter seu equilíbrio interior com uma posição segura de *status*” (WEBER, 1946, p.98), e associava jornalistas a uma “casta de párias”, ou seja, de sujeitos socialmente marginalizados, por estarem submetidos a diversas formas de segregação moral e social, à mercê das regras do mercado e sob forte insegurança no trabalho, embora figurassem no imaginário social como uma profissão de poder e prestígio (BASTIN, 2013).

Um século após a conferência de Weber, jornalistas continuam sendo vítimas de insegurança e precarização no trabalho — um paradoxo, se considerada sua importância na manutenção e desenvolvimento das sociedades democráticas. O tema do projeto de vida e carreira desses profissionais tornou-se, então, um tópico central para as pesquisas em ciências sociais (MICK; KIKUTI; BASTIN, 2020), que já observaram que as mudanças no mundo do trabalho de jornalistas atuam como precursoras do que ocorre em outros mundos do trabalho de profissões liberais, tais como publicitários, relações públicas, etc. Grande parte das pesquisas deste escopo existentes até então, no entanto, baseia-se em reflexões conceituais ou em relatos biográficos de indivíduos (PEREIRA, 2014, 2021; BANDEIRA, 2019), e não na coleta e análise massiva de dados — inovação proposta pelo *flexMedia Lives*. Apesar de as pesquisas quantitativas não permitirem avaliar motivações pessoais para as escolhas profissionais e mudanças na carreira e outros fatores subjetivos, tal como fazem as pesquisas de caráter qualitativo, elas têm capacidade de entregar um panorama amplo das carreiras de jornalistas, identificando padrões generalizáveis.

A proposta do *flexMedia Lives* é reexaminar o “paradoxo do pária”, com uma ambição comparativa, a partir de análises empíricas de trajetórias profissionais de jornalistas. Ele teve origem em 2017 e é coordenado pelo professor Gilles Bastin, do *Institut d’Etudes Politiques - Sciences Po Grenoble*, na França, e pelo professor Jacques Mick, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no Brasil. O projeto gera novos dados e novas estruturas analíticas, e procura compreender os ajustes feitos por indivíduos ao longo de suas carreiras em mundos sociais governados por mercados de trabalho flexíveis. Estudos na França (BASTIN, 2012a), nos Estados Unidos (WEAVER; WILLNAT, 2012) e no Brasil (PONTES; MICK, 2018) apontam que, na maioria dos casos, as carreiras de jornalistas são curtas, o que vai na contramão da longevidade observada nas carreiras dos profissionais mais destacados (MICK; ESTAYNO, 2018).

As principais questões norteadoras do *flexMedia Lives* envolvem compreender o que conduz indivíduos ao jornalismo, como funciona a inserção no mundo do trabalho, o que jornalistas fazem enquanto nele permanecem e o que causa seu afastamento. De forma mais específica, o projeto comparativo internacional procura responder: a) é possível identificar regularidades históricas nos padrões de carreira típicos de jornalistas?; b) um possível efeito de geração poderia diferenciar jornalistas de acordo com o momento em que entraram na profissão?; c) nas trajetórias profissionais, que papéis desempenham o gênero, o tempo de profissão, território, o nível de qualificação, o tipo de entrada na profissão e o tipo de mídia no qual o indivíduo trabalha? Esta tese de doutorado contribui, a partir dos dados brasileiros, com a resposta a algumas dessas questões, como será detalhado mais adiante neste capítulo.

Em termos de procedimentos metodológicos, o projeto utiliza coleta semi-automática de informação de forma “netnográfica” (KOZINETTS, 2009) ou de “humanidades digitais” (SVENSSON, 2010), com o auxílio de aplicações de TI. Essas ferramentas foram desenvolvidas pelo grupo de trabalho *media.corpus*, no laboratório de pesquisa *Pacte*, e são capazes de explorar novas fontes de dados na internet e extrair informação pertinente dessas fontes de forma estruturada. Além da auto-extração de dados de perfis de jornalistas no *LinkedIn*, a metodologia desenvolvida pela equipe prevê sua normalização e codificação por métodos de agrupamento. Esse tipo de ferramenta tende a ganhar importância nas ciências sociais em um futuro próximo (LOPS *et al.* 2011; DAI *et al.* 2015). A metodologia foi testada com êxito no caso da França, está sendo replicada no Brasil (MICK; KIKUTI; BASTIN, 2020) e um dos *outputs* é esta tese de doutorado.

3.2.1 As fases do *flexMedia Lives*

Considero relevante descrever as etapas da pesquisa internacional para dar uma clareza sobre o que já foi realizado, o que ainda será feito e qual foi o trabalho da equipe brasileira (composta por mim e pelo professor Jacques Mick) no processo. Por se tratar de uma pesquisa baseada na França, há fases que foram desenvolvidas exclusivamente no país de origem, outras que ocorreram em cada um dos países envolvidos, com ritmos distintos, e ainda fases desenvolvidas em conjunto. Em resumo, o programa científico do *flexMedia Lives* que envolve a equipe brasileira está organizado da seguinte maneira (MICK; KIKUTI; BASTIN, 2020):

- *Fase 1* (concluída em 2019): coordenação das equipes brasileira e francesa sobre a ética e a metodologia da coleta de dados, envolvendo um seminário presencial. O protocolo de extração automática dos perfis do *LinkedIn* foi desenvolvido e testado no Brasil como foi feito antes na França;

- *Fase 2* (concluída no início de 2020): coleta de dados. No Brasil, foram produzidos dois bancos de dados com estratégias diferentes de coleta. O primeiro, restrito à Região Sul⁴², foi coletado de forma manual por estudantes do curso de Ciências Sociais da UFSC, de forma a assegurar a confiabilidade dos dados obtidos pela coleta automatizada de âmbito nacional, e também para possibilitar o teste piloto da recodificação. O segundo banco de dados foi produzido utilizando o algoritmo programado pela equipe do *Pacte (Sciences Po Grenoble)*. Esse algoritmo combinou as palavras-chave relativas à profissão e aos tipos de mídia com as 200 cidades mais populosas do Brasil. O resultado foi uma base com 10.001 perfis, dos quais cerca de 3.000 são relevantes, com trajetória identificada com a profissão.

- *Fase 3* (entre o final de 2020 e 2021): normalização e análise preliminar de dados. Fizemos a limpeza, organização e recodificação dos dados. A etapa piloto foi efetuada nos dados da região Sul, a partir da qual criamos códigos para padronizar os dados e testamos as categorias — que, em parte, seguiram os protocolos criados pela equipe francesa, mas

⁴² Ao todo, foram coletados 10.369 perfis (2975 de SC, 3864 do RS e 3530 do PR, sendo de jornalistas residentes nas cidades mais populosas de cada estado), e uma amostra aleatória representativa foi composta por 567 profissionais, distribuídos por estado (210 no RS, 193 no PR, 164 em SC). A margem de erro da amostra é de 4%, num intervalo de confiança de 95%. A ferramenta cruzou palavras-chave relativas à profissão (jornalistas, editor/a, repórter, fotógrafo/a etc.), aos tipos de mídia (rádio, jornal, *online*, televisão etc.) e aos nomes das cidades mencionadas. Perfis de não-jornalistas equivocadamente colhidos com ferramenta de busca do *LinkedIn* foram substituídos por jornalistas, o que assegura que a base é totalmente composta por profissionais da área e constitui um parâmetro para avaliar a consistência dos resultados da segunda base de dados, de âmbito nacional. Contudo, ao final, os dados de Santa Catarina foram rasurados e isso nos fez optar por não fazer a análise propriamente dita desse conjunto coletado manualmente, pois com apenas dados de dois estados do sul, a base teria força estatística reduzida.

também levaram em conta as especificidades das(os) jornalistas brasileiras(os). Todos os procedimentos executados na fase regional e que foram bem sucedidos foram replicados nos dados nacionais, codificados por mim no final de 2021 com o auxílio de uma dupla de voluntárias⁴³.

- *Fase 4* (2022): análise e interpretação dos dados. Constituição de um banco de dados de variáveis contextuais no Brasil e na França, sobre a configuração da indústria de mídia desde a década de 1980 nos dois países. Os dados longitudinais foram analisados em ambiente estatístico, com linguagem R, cujo processo será detalhado mais adiante. Nessa fase, estive em Grenoble (França) para um estágio doutoral sob supervisão do professor Bastin, e pude acompanhar o trabalho da equipe francesa com a análise, além de discutir com eles algumas interpretações sobre as carreiras de jornalistas brasileiras(os).

- *Fase 5* (a partir de 2023): disseminação. Publicação dos resultados científicos em revistas especializadas. É prevista a criação de um *website* para garantir uma disseminação mais ampla dos resultados e acesso aos dados com ferramentas de visualização especificamente desenvolvidas. Também estão previstos seminários de treinamento, planejados em conjunto com organizações de profissionais da mídia, e organização de uma conferência internacional de encerramento, com pesquisadores de outros países interessados em participar do projeto comparativo.

A estrutura em etapas do projeto foi planejada para assegurar que as questões éticas e metodológicas fossem enfrentadas, particularmente aquelas relativas à pesquisa com *big data*. Acompanhamos o desenvolvimento de todas as fases do *flexmedia Lives*. Estavam previstos mais seminários, reuniões para trabalho em conjunto e a produção de papers comparativos antes de 2023, mas a pandemia da covid-19 acabou dificultando a articulação das agendas e interação das equipes, gerando um atraso no andamento da pesquisa, recuperado, em partes, com o trabalho presencial feito durante meu estágio sanduíche.

PARTE 2: AS TÉCNICAS E PASSOS ADOTADOS NA PESQUISA COM DADOS

Na segunda parte deste capítulo, procuro descrever em detalhes o trabalho com os dados: quais tipos de dados foram coletados, como foram limpos e organizados, a infraestrutura utilizada e quais análises foram produzidas para gerar os resultados. Quase todos os processos que descreverei a seguir envolveram trabalho coletivo da equipe brasileira

⁴³ As voluntárias da pesquisa foram a mestranda em Jornalismo Bárbara Popadiuk e a cientista social Marília Oliveira.

e francesa do *flexMedia Lives*, e alguns requereram o conhecimento especializado de membros da equipe em específico. No decorrer do capítulo, quando isso for relevante, vou identificar quais fases envolveram mais diretamente o meu trabalho e quais implicaram na dedicação de outras pessoas.

Como procurei demonstrar na parte I, a utilização de *big data* neste tipo de pesquisa é vantajosa, mas envolve múltiplos desafios, sendo o principal deles a desorganização dos dados do *LinkedIn*, advinda do fato de que não foram originalmente concebidos para uma pesquisa científica. Como os usuários da plataforma preenchem seus perfis a seu próprio modo, é comum que um mesmo tipo de atividade seja descrito de formas variadas pelas(os) sujeitas(os) (ex. repórter *freelancer*, *freela*, *frila*, autônomo, PJ, independente, etc.), exigindo um esforço de padronização. Erros de grafia e dados faltantes (como datas, por exemplo) também compõem o escopo dos percalços dessa etapa, que serão descritos no decorrer do capítulo.

3.4 COLETA E PREPARAÇÃO DOS DADOS

A coleta automatizada dos currículos foi feita em março de 2019 através da técnica de *webscrapping* (ou raspagem), por meio de algoritmo desenvolvido especificamente para este fim no laboratório de Ciências Sociais *Pacte*, da Université Grenoble Alpes/Sciences Po, em parceria com pesquisadores de Tecnologia da Informação da mesma instituição.

Esse algoritmo pesquisava no *LinkedIn* uma combinação de palavras-chave relacionadas à profissão, fornecidas pela equipe brasileira, envolvendo:

- a) Posição/função⁴⁴: jornalista; repórter; editor; *freelancer*; subeditor; chefe de redação; chefe de reportagem; produtor; fotógrafo; fotojornalista; cinegrafista; gestor de conteúdo; empreendedor; secretário de redação; videomaker; analista de mídias sociais; analista de projeto; redator; revisor; copydesk; rádio-escuta; assistente de chefia; pauteiro; supervisor de reportagem; diagramador; infografista; videorrepórter; gerente de jornalismo; analista de conteúdo; curador de conteúdo; checador; assistente de produção; radialista; radiojornalista; crítico; articulista; editorialista; colunista; comentarista; cartunista; chargista; ilustrador; designer; analista de comunicação;

⁴⁴ As palavras-chave foram buscadas na base de dados acrescidas de suas variações de gênero quando era o caso (ex. revisor e revisora) e grafia, como letras maiúsculas e minúsculas, com ou sem acentuação, e também suas versões em inglês (há casos de currículos de jornalistas brasileiros nessa língua)

apresentador; âncora; especialista digital; social media; correspondente; chefe de sucursal; locutor; entrevistador; blogueiro; documentarista; coordenador digital; *ombudsman*.

- b) Tipo de mídia: rádio; jornal; televisão; imprensa; revista; online; web; webrádio; webtv; internet; portal; redes sociais; mídias sociais; grupo de mídia; editora; produtora; agência de notícias; mídia.
- c) Editorias: política; economia; Brasil; geral; internacional; mundo; cotidiano; cidade; segurança; polícia; cultura; tecnologia; esporte; variedades; ciência; meio ambiente; país; metrópole; saúde; vida; cidadania; negócios; rural; agricultura; educação; arte; casa; moda; vestibular; comportamento; culinária; gastronomia; mercado; especial; projetos; reportagem; perfil; serviço; literatura; música; cinema; TV; entretenimento; estilo; automóveis/carros/viagem/turismo; games.

Ao todo, a coleta automatizada reuniu aproximadamente 10 mil currículos, dos quais cerca de 3 mil se mostraram efetivamente de jornalistas após a checagem da equipe (foram excluídos os perfis sem trajetória identificada com a profissão, e também perfis de jornalistas que não haviam mencionado nenhuma formação ou nenhum emprego). A estratégia de captação de dados usada pelo *flexMedia Lives* não pode ser repetida, pois pouco tempo após a coleta o *LinkedIn* modificou seus algoritmos de proteção, não permitindo a obtenção de dados da mesma maneira. O *Quadro 1* mostra as informações que foram obtidas nos currículos:

Quadro 1: Informações presentes dos perfis do *LinkedIn* que foram utilizadas para as análises desta pesquisa

Dados gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Endereço do perfil no <i>LinkedIn</i> (posteriormente anonimizado) - gênero (atribuído) - descrição principal do perfil, por autodenominação (ex. “repórter de cultura na Folha de S. Paulo”) - cidade de residência - datas de início e fim de cada atividade (educacional e profissional)
	<ul style="list-style-type: none"> - graus de formação (diploma) obtidos pelas(os) sujeitas(os)

Formação	<ul style="list-style-type: none"> - área de cada formação - instituição (escola) onde ocorreu a formação
Experiência profissional	<ul style="list-style-type: none"> - empresa em que a(o) profissional trabalha - cargo ocupado pela(o) profissional - resumo das atribuições

fonte: a autora

A preparação da base de dados incluiu a verificação e padronização do formato das datas de início e de fim de cada atividade. As datas são importantes pois, quando cotejadas com os demais dados, permitem produzir análise longitudinal das trajetórias. Possibilitam saber também quanto tempo costuma durar um emprego em uma empresa jornalística, se isso muda no caso de empregos fora da mídia, etc. No caso de datas incompletas, contendo somente o ano de início ou de fim, atribuímos o mês e o dia de maneira automática, sendo 01-01. No caso de datas faltantes, optamos por excluir os perfis da análise. Ao fim desse processo, a base de dados ficou com 2.985 indivíduos.

Havia uma grande preocupação com relação à privacidade das pessoas estudadas, em função das discussões éticas envolvendo *big data*, e também porque os perfis interessavam à pesquisa em seu conjunto, não individualmente. Porém, este cuidado levou à decisão precipitada da pessoa responsável pela coleta de excluir em definitivo os nomes e *links* para os perfis após a anonimização, durante a fase de preparação dos dados, sem antes checar se as designações de gênero tinham sido feitas de forma correta⁴⁵.

Não tinham, e esse problema só foi notado bem mais tarde, na fase de análise (em fevereiro de 2022), quando começamos a estranhar os primeiros resultados. Isso fez com que precisássemos voltar à base para verificá-la e corrigi-la, mas com a ausência dos primeiros nomes das(os) sujeitas(os) (a forma mais comum de identificar o gênero, ex: Maria = feminino, João = masculino) e dos *links* para os perfis, foi preciso encontrar uma estratégia distinta para solucionar o problema.

A saída encontrada foi listar os termos mais frequentes utilizados por jornalistas para descrever suas posições de trabalho e situação escolar (ex. doutoranda), separando entre palavras certamente femininas ou certamente masculinas (ex. assessora/assessor, diretora/diretor, apresentadora/apresentador, doutoranda/doutorando). Ainda assim, houve

⁴⁵ Esse é um dos desafios da pesquisa internacional: lidar com equipes que possuem diferentes cronogramas, recursos, habilidades e interesses nos dados. Essa pessoa não tinha o gênero como objeto de pesquisa, o que fez com que não se atentasse a esse dado e não notasse o erro.

casos de perfis que utilizavam simultaneamente palavras femininas e masculinas na descrição de suas posições (era comum mulheres se descrevendo com termos masculinos, mas não o contrário). Tivemos, portanto, de contar a quantidade de termos certamente femininos e certamente masculinos em cada perfil, genderificando-os a partir daqueles que predominassem. Perfis com igual quantidade de termos masculinos e femininos foram verificados um a um, e excluídos da análise caso não conseguíssemos identificar o gênero a partir de outras pistas.

A quantidade de pessoas que tiveram seu gênero identificado é de 2.537 — esses foram os perfis usados nas análises que envolvem comparação de gênero. Nas análises gerais, foi utilizada a base completa, com 2.985 perfis.

3.5 A RECODAGEM

A etapa mais trabalhosa e demorada da preparação dos dados é a recodagem, ou seja, transformação dos dados em categorias possíveis de serem analisadas, unindo em uma mesma categoria informações que são semelhantes. Ela foi executada primeiro na base piloto, da região Sul, e depois na base nacional por mim, com o auxílio de duas estudantes voluntárias. Utilizamos nessa etapa o *Open Refine*, *software* de código aberto que permite trabalhar com grandes quantidades de dados em formato de planilha, útil para o trabalho com dados desorganizados. Em parte, seguimos o *codebook* criado pela equipe francesa para categorizar as atividades, mas com adaptações ao caso brasileiro.

O primeiro passo foi a normalização, ou o agrupamento de informações semelhantes escritas de modos diferentes (com letra maiúscula e minúscula, com ou sem acento, palavra masculina e feminina, etc.), com o objetivo de diminuir o número de valores únicos em vetores de caráter, e facilitar o trabalho posterior. Na sequência, partimos para a recodagem. Nos dois processos, criamos colunas adicionais na planilha, a fim de manter o dado original intacto, para o caso de eventuais consultas e correções. Como o documento era extenso (a planilha continha mais de 32 mil linhas, sendo que cada linha era uma atividade escolar ou profissional dos perfis coletados), escolhemos proceder pela recodagem em massa (grosso modo, utilizar os métodos de agrupamento do *Open Refine* para padronizar tudo o que parecia similar). No entanto, a falta de informações suficientemente claras nos perfis, em diversos casos, nos levou a olhar linha a linha, o que dificultou enormemente o trabalho.

A seguir, descrevo as categorias utilizadas na recodagem, incluindo alguns processos de tomada de decisão sobre onde encaixar determinada atividade — algo nem sempre simples quando falamos de uma profissão miscigenada e em mutação como é o jornalismo. Nem todos os dados coletados e recodados foram usados para as análises desta tese, que focou principalmente nos movimentos relacionados à experiência profissional ao longo do tempo. Algumas categorias foram posteriormente unidas nas análises com R para facilitar a visualização longitudinal (detalho mais adiante). No entanto, decidi manter a descrição da recodagem na íntegra, para que outras(os) pesquisadoras(es) saibam quais dados estão disponíveis nesta base, e para fins de registro detalhado do trabalho com os dados.

Os *Quadros 2, 3 e 4* a seguir são partes do *codebook* utilizado pela equipe para a recodagem das informações coletadas. A primeira coluna corresponde às categorias criadas no *Open Refine* para organizar os dados (.rec = *recoded*). Elas estão escritas no formato e na ordem em que foram dispostas na planilha, e estão em inglês por serem instrumento compartilhado na pesquisa internacional. A segunda coluna descreve o que cada categoria significa, seguida de uma breve explicação ou exemplo, quando é o caso. A terceira mostra as opções criadas por nós para cada uma das categorias recodificadas.

3.5.1 Dados gerais

Entre os dados gerais, o local (cidade de residência) foi o único que ganhou novos códigos. Diferenciamos as capitais de cada estado (ex. SC-Florianópolis) do seu interior (ex. SC). Apenas dispomos da cidade onde o indivíduo morava na data da coleta, e não por onde já passou, o que impossibilita verificar migrações entre cidades/regiões.

Quadro 2: Codebook para a recodagem dos dados gerais

Coluna	Descrição	Opções (código correspondente)
X_id	Identidade da(o) sujeita(o) (perfil anonimizado)	não recodar
Gender.rec	Gênero	Masculino é m Feminino é f
Company	Nome da empresa/escola	não recodar

Headline (Perfil descrição principal)	(auto)denominação	não recodar
Location.rec	Cidade de residência	Para capitais, nome da cidade; para interior, somente o estado. Ex. Brasília Saopaulo (cidade) SP (estado de SP) Cidades no exterior → internacional
Activity	experience.one education.one	não recodar
Activity.type	experience education	não recodar
Begin.rec	início de cada atividade	ano-mês-dia (ex: 1980-04-29) quando não tiver o dia exato, atribuir primeiro dia do mês (ex. "fev.1980" = 1980-02-01) Quando não tiver nem o dia nem o mês, atribuir 1o de janeiro (ex. "1980" = 1980-01-01)
End.rec	fim de cada atividade	ano-mês-dia (idem)

fonte: a autora

3.5.2 Dados sobre escolaridade

- **Os graus de formação (diploma) obtidos pelas(os) sujeitas(os).** Foram categorizados entre ensino fundamental, ensino médio, ensino técnico, graduação, pós-graduação/especialização/*MBA*, mestrado, doutorado, pós-doutorado ou outra (ex. cursos de curta duração, cursos de extensão, oficinas etc.). Quando se tratava de formação em andamento, consideramos como se estivesse completa (“cursando mestrado” → mestrado). Em muitos casos, não havia informação suficiente para permitir uma categorização clara de que tipo de formação se tratava (por exemplo, “curso de *design* gráfico” — é impossível saber se é nível de graduação, pós ou técnico, se a informação não estiver detalhada). Nesses casos, tivemos que intuir e/ou buscar a informação examinando o perfil completo da(o) sujeita(o).
- **Área da formação.** O mais importante era verificar se jornalistas brasileiras(os) são formadas(os) em Jornalismo ou em outras áreas. E, no caso de pós-graduação, em que área decidem se especializar. Os códigos escolhidos foram: jornalismo (para Comunicação e/ou Jornalismo, e Rádio e TV); publicidade e propaganda; relações

públicas; comunicação-outra (para outras formações relacionadas à comunicação que não se encaixam nas anteriores); *marketing*; Ciências Sociais e Humanas; e outras;

- **Tipo de instituição (escola) onde ocorreu a formação.** Categorizamos entre instituições públicas, privadas, internacionais ou outras. Em geral, cursos de graduação em instituições federais, estaduais e municipais estão entre os melhores na avaliação do Ministério da Educação (MEC) e outros *rankings* educacionais, figurando como cursos “de elite”, enquanto as faculdades privadas, maioria entre as que oferecem formação em Jornalismo, nem sempre usufruem de igual prestígio, embora haja exceções. A intenção é de que essa categoria possa, em pesquisas futuras, dar subsídios para traçar possíveis relações entre o local de formação e as posições alcançadas pelas(os) sujeitas(os) na vida profissional. Cursos feitos no exterior apareceram em alguns casos, geralmente em nível de pós-graduação, mas, como não eram tão numerosos, optamos por deixá-los em uma categoria única.

Quadro 3: Codebook para a recodagem dos dados de escolaridade

Coluna	Descrição	Opções (código correspondente)
Educ.diploma.rec	Níveis de formação	Ensino fundamental (fundamental) Ensino médio (medio) Ensino técnico (tecnico) Graduação (graduacao) Pós graduação/Especialização/MBA (posgrad) Mestrado stricto sensu (mestrado) Doutorado (doutorado) Pós doutorado (posdoc) Formação complementar/outra (outra)
Educ.major.rec	Área da formação. O mais importante é saber se jornalistas brasileiras(os) são formadas(os) em Jornalismo ou em outras áreas. E, no caso de pós-graduação, em que área se especializam.	Comunicação e/ou Jornalismo, Rádio\TV (jornalismo) Ciências Sociais e Humanas (CSH) <i>Marketing</i> (mkt) Publicidade e Propaganda (pp) Relações públicas (rp) Comunicação - outras áreas (comunicação-outra) Outro (outra)
Educ.school	Categoria de escola onde ocorreu a formação.	Pública (publica) Privada (privada) Internacional (internacional) Outra (outra)
Educ.details		Não recodar

fonte: a autora

3.5.3 Dados sobre experiência profissional

- **Tipo de empresa em que a(o) profissional trabalha.** Categorizadas entre jornal impresso, revista, rádio, TV, rede (quando se trata de empresa com várias mídias, sem especificar em qual delas), agência de notícias, portal, site jornalístico, blog, ou outra (qualquer outra organização não midiática).
- **O cargo ocupado pela(o) profissional.** Em síntese, os cargos foram divididos entre elites, trabalhos jornalísticos, trabalhos em outros mundos conectados (ou não) ao jornalismo, e posições de entrada na profissão.
 - 1) **Cargos de chefia e/ou proeminência na profissão.** Os cargos de tomada de decisão são considerados por esta pesquisa a elite da profissão. Inclui jornalistas com responsabilidades na cadeia editorial e na chefia dos media. Exemplos são “redator chefe”, “diretor de redação”, “editor chefe”, “editor Sênior”, “diretor de jornalismo” e todas as posições “adjuntas”. Inclui também posições de chefia de meios de comunicação como “secretário geral”, “fundador”, “diretor da agência”, etc.
 - 2) **Chefias médias.** Engloba a categoria de sub-editores, jornalistas de mesa que revisam reportagens e montam o conteúdo editorial. “Secretário de redação”, “subeditor”, e editoras(es) de sessões (ex. “editor de política”) são incluídos aqui.
 - 3) **Classificações gerais de jornalista.** Nesta categoria estão as demais atividades consideradas como trabalho “dentro da mídia”, desempenhadas por jornalistas no exercício de sua profissão.
 - a) Repórter: Quem executa predominantemente atividade de reportagem.
 - b) Redator: Quando não há suspeita de atividade de RP. Exemplos são “redator *web*”, “redator *freelancer*”. Muitas(os) redatoras(es) trabalham em agências de comunicação, ou seja, podem produzir conteúdo patrocinado ou outros tipos de texto voltados para a área de publicidade. Mas, como na maioria dos casos não há detalhes sobre o cargo, fizemos prevalecer o que a pessoa diz que é: redatora.
 - c) Jornalista: categoria ampla, que engloba diversos tipos de atividade: “pauteiros”, “produtores de TV” (em telejornais), “comentaristas”, “setoristas”, “checadores”, “produtores multimídia/transmídia” (em empresas de mídia), “*ombudsmans*”, “resenhistas”, “revisores”, “enviado especial”, “correspondente”, “apresentador”, “âncora”, “cronista”, “editorialista”, “colunista”, entre outras.

- d) Vídeo: Jornalistas com qualificação especial para captação e trabalho com imagens, como “repórter cinematográfico”, “repórter de TV”, “editor de vídeo”.
- e) Estagiários: estudantes de jornalismo, e *trainees*. Inicialmente havia uma categoria separada para essas posições de entrada, mas como o número era inexpressivo, decidimos uni-la à categoria de jornalistas.

4) **Outros mundos conectados (ou não) ao jornalismo.** Essas são atividades consideradas “fora da mídia”, em outros mundos do trabalho. Entre elas, apenas a categoria “outro” não é considerada conectada de alguma maneira ao mundo do jornalismo.

- a) Relações públicas e consultoria: atividades na indústria das relações públicas, publicidade, *marketing* e consultoria. No Brasil, constitui a maior parte da categoria de jornalistas que não trabalha com jornalismo. Engloba assessorias de comunicação, imprensa, e todos os trabalhos relacionados à “redação” na indústria das relações públicas, gerentes de mídias sociais, cargos ligados à comunicação fora de empresas de mídia (“analistas de comunicação”, “assistente de comunicação”, “gerente de comunicação”, etc.), e todas as posições ligadas ao *marketing* e à publicidade e propaganda.
- b) Audiovisual: atividades de produção na indústria audiovisual, como “diretor”, “animador”, “assistente de produção”, “fotógrafo” (quando não fotojornalista), “cinegrafista”, “produtor” (quando fora de empresa jornalística), “produtor de rádio”, “*videomaker*”, “editor de fotografia”. Muitos trabalhadores do ramo audiovisual trabalham com entretenimento, cinema e publicidade.
- c) Educação e pesquisa: Atividades relacionadas à pesquisa e docência, como “professor”, “pesquisador”, “palestrante”. Professores de áreas como fotografia, redação, etc. se enquadram nesta categoria, assim como funções pedagógicas (“orientador educacional”, “coordenador pedagógico”, etc.), porém, professoras(es) de áreas que nada tem a ver com jornalismo (ex. yoga, inglês, culinária) foram para a categoria “outro”. Há também presença considerável de estudantes de mestrado e doutorado nesta coluna. Nos perfis do *LinkedIn*, muitas vezes essas atividades são inseridas no espaço dedicado à experiência profissional, e não em educação — ou seja, são consideradas efetivamente trabalho⁴⁶.

⁴⁶ Parece uma disputa de sentido interessante que estudantes de mestrado e doutorado se considerem trabalhadoras(es) e não “apenas” estudantes, por compreender seu papel na produção científica nacional. A

- d) *Web e design*: atividades relacionadas a *webmastering* e *design*. Exemplos são “*webmaster*”, “gerente de comunidade” (*community manager*), “diretor de arte”, “iconógrafo”, “desenvolvedor *web*”, “*designer* gráfico”.
- e) Outro: Todos os demais tipos de atividade.

Quadro 4: Codebook para a recodagem de dados sobre experiência profissional

Coluna	Descrição	Opções (código correspondente)
Exp.company.rec	Empresa (tipo) em que a pessoa trabalha. A maioria é empresa jornalística, mas como há muitos profissionais trabalhando com assessoria ou docência, a categoria “outro” também é expressiva	Agência de notícias (agencia) Blog (blog) <i>Freelancer</i> (freela) Jornal impresso (jornal) Portal de notícias (portal) Rádio (radio) TV (tv) Rede (empresa com várias mídias) (rede_j) Revista (revista) Site jornalístico (site_j) Outro (outro)
Exp.company.elite?	Demarca os 50 veículos de mídia com maior audiência no Brasil. Esses veículos foram determinados segundo o critério da pesquisa <i>Media Ownership Monitor</i>	Se pertence à lista dos 50 maiores veículos (yes) Se não pertence (no)
Exp.position.rec	Seguimos o <i>codebook</i> da equipe francesa, com adaptações para o caso brasileiro. Ele será detalhado em um quadro à parte, abaixo.	Elites da profissão: Elite organizacional (org_elite) Chefias médias: Subeditor (subeditor) Classificações gerais de jornalista: Vídeo (video) Repórter (reporter) Jornalista (jornalista) Redator (redator) Estudante (student_j) Outros mundos conectados ao jornalismo:

crescente precarização da profissão de jornalista pode fazer com que alguns profissionais recém formados, em situação de readequação ou desemprego busquem na academia uma opção relativamente “segura” para o interstício, ou até mesmo para redirecionamento da carreira, para além de mais qualificação. Entretanto, no Brasil, a categoria de pesquisadoras(es) em formação enfrenta dificuldades e desvalorização, com cortes orçamentários e bolsas que ficaram sem reajuste por quase uma década, desde 2013.

		Assessorias/RP e consultoria (rp&cons) Audiovisual (audiovisual) Educação e pesquisa (educ&pesq) Web e design (web&design) Outro (other)
Exp.summary	Descrição do emprego, pelo próprio usuário	não recodar (verificar em caso de dúvida na recodagem)

fonte: a autora

A diversidade do ambiente midiático brasileiro em termos de alcance e tipo de mídia tornou complexa a codificação desses cargos. Por exemplo, o cargo de “correspondente” seria considerado pertencente à elite profissional, porém na base encontrei casos de “correspondente de economia” ou “correspondente regional no Paraná”, o que indicava não um alto cargo, mas sim um emprego regular como jornalista (foram deslocados para a categoria de “jornalista”, portanto).

Âncoras de televisão e locutores de rádio também possuem posições hierárquicas distintas na profissão, embora ambos possam ser classificados como “apresentadores” (e seriam, portanto, elites individuais). Na dúvida entre categorizar locutores como elites ou trabalhadores do ramo audiovisual, decidi deslocá-los para audiovisual, mantendo entre as elites apenas aqueles que trabalham nas principais cadeias de rádio do país (ver abaixo).

Uma editora-chefe de um jornal local e de um jornal de alcance nacional também não são comparáveis em termos de reconhecimento profissional, ainda que exerçam as mesmas funções em seus respectivos veículos. Além disso, ficaram bastante evidentes as tentativas de distinção profissional de alguns indivíduos, que usam termos associados a posições de elite, como “diretor” ou “editor chefe”, para trabalhos em veículos como blogs ou jornais de bairro. Por isso, entendemos que seria útil criar uma categoria auxiliar que definisse quem são as “elites” entre os cargos de maior prestígio na profissão, ou seja, as “elites centrais”, em diferenciação às “elites periféricas”, que são as(os) ocupantes de cargos elevados em veículos de menor alcance.

Nela, determinamos os 50 veículos de mídia com maior audiência no Brasil, seguindo os critérios definidos pela pesquisa *Media Ownership Monitor*⁴⁷, que, por sua vez, se baseou em *rankings* das seguintes pesquisas: para o mercado de TV e rádio, comparou resultados de Kantar Ibope Media 2016⁴⁸, Mídia Dados Brasil 2017⁴⁹, IPSOS Connect 2016,

⁴⁷ <https://brazil.mom-rsf.org/br/midia/>. Acesso em 07 fev. 2022.

⁴⁸ <https://www.kantaribopemedia.com/>. Acesso em 07 fev. 2022.

⁴⁹ <http://www.meiosnobrasil.com.br/>. Acesso em 07 fev. 2022.

o Índice de Prestígio (IPM)⁵⁰ publicado pela Meio & Mensagem e a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016⁵¹; para veículos impressos, utilizou dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)⁵²; a mídia *online* foi selecionada com base no ComScore (dados de 2016)⁵³, Alexa/Amazon (julho de 2017) e no Monitor do Debate Político no Ambiente Digital. A lista dos 50 veículos de maior audiência no país é composta por:

Jornais impressos: *O Globo, Valor Econômico, Zero Hora, Diário Gaúcho, Correio do Povo, Folha de S. Paulo, Agora SP, Estado de Minas, Correio Braziliense, O Estado de S. Paulo, Super Notícia, O Tempo e Jornal Daqui.*

Revistas: *Época, Veja, IstoÉ.*

TVs: *Globo, Band, Record, Rede Vida, SBT, Rede TV, TV Brasil, Globo News, Record News, Band News, Gospel.*

Rádios: *Rádio Globo, Band FM, Gaúcha, CBN, Rádio Bandeirantes, Band News FM, RCR, Transamérica, Jovem Pan, Mix, Novo Tempo, Rede Aleluia.*

Sites/portais: *Globo.com, ClicRBS, R7, Uol, Abril, Estadão, BBC Brasil, O Antagonista, IG, Revista Fórum.*

Para os fins desta pesquisa, portanto, considero “elites centrais” as(os) profissionais que possuem cargos de chefia/proeminência em um desses 50 veículos citados.

O *Quadro 5* abaixo detalha as posições de trabalho de jornalistas, já com a inclusão da categoria “elites centrais” e “elites periféricas”.

Quadro 5: Codebook detalhado para a recodagem de posições de trabalho

Códigos	Descrição	Exemplos
CENTRAL_ELITE (Elites centrais)	Jornalistas com responsabilidades na cadeia editorial e na chefia dos 50 maiores veículos do Brasil	“redator chefe” “diretor de redação” “editor chefe” “editor Sênior” “diretor de jornalismo” todas as posições “adjuntas”
PERI_ELITE (Elite periférica)	Jornalistas com responsabilidades na	“redator chefe” “diretor de redação”

⁵⁰<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/12/05/em-nova-edicao-veiculos-mais-admirados-dobra-painel.html>. Acesso em 07 fev. 2022.

⁵¹<http://antigo.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/@download/file/Pesquisa%20Brasileira%20de%20Mi%CC%81dia%20-%20PBM%202016.pdf>. Acesso em 07 fev. 2022.

⁵² <https://ivcbrasil.org.br/#/auditorias>. Acesso em 07 fev. 2022.

⁵³ <https://www.comscore.com/Insights/Presentations-and-Whitepapers/2016/The-2016-US-Mobile-App-Report>. Acesso em 07 fev. 2022.

	cadeia editorial e na chefia dos <i>media</i> de menor porte	“editor chefe” “editor Sênior” “diretor de jornalismo” todas as posições “adjuntas”
SUBEDITOR (Chefias médias)	Jornalistas de mesa que revisam reportagens e montam o conteúdo editorial	“secretário de redação” “subeditor” “editor de (...)”
JORNALISTA	todos os usuários que não são membros da elite e não se intitulam repórteres ou redatores são codificados como “jornalistas”	“jornalista” “pauteiros” “produtor de TV” (em telejornais) “setorista” “checador” “produtor multimídia/transmídia” (em empresas de mídia) “ombudsman” “resenhista” “revisor” “enviado especial” “correspondente” “apresentador” “âncora” “cronista” “editorialista” “comentarista” “colunista” “estudante” “estagiário” “trainee”
VIDEO_J	Jornalistas com qualificação especial para captação e trabalho com imagens	“repórter cinematográfico” “repórter de TV” “editor de vídeo”
REPORTER	Quem executa predominantemente atividade de reportagem	“repórter”
REDATOR	Quando não há suspeita de atividade de RP	“redator <i>web</i> ” “redator freelancer”
RP&CONS (Relações públicas e consultoria)	Atividades na indústria das relações públicas, publicidade, <i>marketing</i> e consultoria. Assessores de imprensa, de comunicação	“oficial de comunicação” “diretor de comunicação” “analista de comunicação” “ <i>content manager</i> ” “consultor” “ <i>expert</i> ” “assessor de imprensa”

		“assessor de comunicação” “comunicação interna” “redator publicitário” “criação”
EDUC&PESQUISA	Atividades relacionadas à pesquisa e docência	“professor” “palestrante” “pesquisador”
AUDIOVISUAL	Atividades de produção na indústria audiovisual	“diretor” “animador” “assistente de produção” “fotógrafo” “cinematista” “produtor” “produtor de rádio” “videomaker” “editor de fotografia”
WEB&DESIGN	Atividades relacionadas a <i>webmastering</i> e <i>design</i>	“webmaster” “gerente de comunidade” (<i>community manager</i>) “diretor artístico” “iconógrafo” “desenvolvedor” “ <i>designer</i> gráfico” “diretor de arte”
OUTRO	todos os outros tipos de atividade	

As cores do quadro são as mesmas usadas nos gráficos gerados nas análises sequenciais, presentes no capítulo 4.
 fonte: a autora

3.6 OS CASOS DE MULTIFUNÇÃO

É comum que sujeitas(os) se descrevam como atuantes em mais de uma função no mesmo cargo, por vezes relacionadas (como “produtor, repórter e apresentador”), por vezes, aparentando atividades paralelas (como “jornalista e blogueiro” ou “jornalista e assessora de imprensa”). Nesses casos, foi preciso olhar caso a caso para os detalhes do cargo e fazer uma escolha, pois deixar várias atividades em uma mesma coluna inviabilizaria a análise estatística longitudinal. Tendo em vista, contudo, que a multifunção é uma característica importante para compreender a profissão de jornalista, criamos uma coluna auxiliar que identifica se, no perfil, há mais de uma função no mesmo cargo, a qual pesquisas posteriores poderão se debruçar.

3.7 ANÁLISES SEQUENCIAIS E TIPOLOGIA: O TRATAMENTO DOS DADOS EM R

Após essa longa preparação, a base finalmente pôde ser aplicada para as análises sequenciais e tipologia das carreiras. Nessa fase, utilizamos o *software R Studio*, baseado em linguagem de programação R⁵⁴, para gerar cálculos estatísticos e gráficos. Essa etapa foi executada em Grenoble, na França, durante estágio sanduíche no *Sciences Po/UGA*. O professor Bastin e o pesquisador do *PACTE* Antoine Machut atuaram diretamente no *R Studio*, enquanto eu observava, aprendia, checava a base de dados e discutia com eles as interpretações.

Começamos com a descrição geral dos dados. Verificamos a senioridade das trajetórias presentes na base e, a partir das mais antigas, produzimos coortes (ou agrupamentos) por década, desde 1980 até 2019 (ano da coleta de dados). Checamos a porcentagem de homens e mulheres no jornalismo, de jornalistas morando no interior e em grandes cidades, e de indivíduos com ao menos uma formação específica em Jornalismo. Em seguida, cruzamos os coortes, o gênero e a distribuição de posições de trabalho ao longo do tempo para compreender seus efeitos nos movimentos de carreira.

Nas Ciências Sociais, a análise sequencial é um método essencialmente exploratório, que usa as sequências como unidades de observação. Ela é boa para investigar conjuntos de dados longitudinais categóricos (ou seja, que identificam para cada caso uma categoria, dizem respeito a tipos, atributos), e foi introduzida nos anos 1980 por Andrew Abbott (1983). Entre suas possibilidades, estão caracterizar a estrutura do conjunto de sequências, encontrar características salientes entre os grupos, identificar padrões típicos, comparar grupos, e verificar como essas sequências estão relacionadas a covariantes como sexo ou coorte.

Utilizamos uma caixa de ferramentas no *R Studio* específica para análise de dados biográficos longitudinais, o *TramineR*⁵⁵, capaz de descrever, minerar e visualizar sequências de estados ou eventos. Descrevemos a distribuição da variável posição, para ver quais os cargos mais frequentemente ocupados por jornalistas da base. Agrupamos nessa etapa todas as posições de trabalho dentro da mídia na categoria “jornalista”, exceto as chefias. Geramos gráficos que demonstram a frequência das posições ao longo de 10, 15 ou 20 anos. O mais importante foi verificar a interferência do gênero e do risco biográfico associado ao contexto

⁵⁴ R é uma linguagem de programação multiparadigma orientada a objetos, programação funcional, dinâmica, fracamente tipada, voltada à manipulação, análise e visualização de dados. Foi criada originalmente por Ross Ihaka e por Robert Gentleman no departamento de Estatística da Universidade de Auckland, Nova Zelândia. Atualmente é mantida por uma comunidade de colaboradores voluntários que contribuem com código fonte da linguagem e com a expansão de funcionalidades por bibliotecas. (WIKIPÉDIA, 2022)

⁵⁵ <http://traminer.unige.ch/>. Acesso em 22 abr. 2022.

na distribuição das posições, evidenciando diferenças nas trajetórias femininas e masculinas e verificando movimentos de carreira em cada década analisada.

Por fim, produzimos *clusters*, ou agrupamentos de dados por grau de semelhança, e a análise desses *clusters* tornou visível que há, ao menos, seis padrões ou tipos de carreira entre os e as jornalistas da base. São eles:

Tipo 1: jornalista que virou relações públicas

Tipo 2: a miscelânea onde se encontram as elites

Tipo 3: jornalistas que permanecem jornalistas

Tipo 4: jornalistas que atuam fora da profissão

Tipo 5: as elites periféricas

Tipo 6: trabalho no setor audiovisual

Uma limitação da metodologia proposta é que faltam nos perfis do *LinkedIn* dados importantes para análises interseccionais, como raça-cor e classe social da família dos agentes. Seria possível inferir a faixa de renda a partir do tempo de carreira e cargos que as pessoas ocupam, e até mesmo obter indícios da classe social de origem da pessoa ao observar a sua escolarização (se em instituições de ensino de elite ou de periferia, grau de escolarização, se houve registro de alguma atividade profissional durante a formação, etc.) mas não é possível afirmar com certeza, sobretudo por conta do efeito das políticas de acesso ao ensino superior no Brasil, motivo pelo qual optei por não utilizar essa estratégia de aferição de classe nas análises. A raça é uma questão à parte, pois constitui característica identitária autodeclaratória e, portanto, não é confiável intuí-la através das fotos de perfil, mesmo se as tivéssemos. Em estudos posteriores, será preciso pensar estratégias adicionais para resolver essas limitações.

A interpretação do material empírico é feita à luz das duas categorias de análise propostas (gênero e feminização) a partir das referências teóricas dispostas nos dois capítulos anteriores, cotejadas com dados contextuais sobre as transformações do jornalismo e do trabalho no Brasil nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010, aspectos que interferem nas escolhas profissionais e podem moldar o conjunto de trajetórias — o risco biográfico.

3.8 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Este extenso capítulo metodológico teve a intenção de não apenas apresentar a metodologia adotada para a execução desta pesquisa, mas também refletir sobre ela, levantando as principais discussões a respeito da escolha de trabalhar com *big data* de forma geral, e com os dados do *LinkedIn* em particular. Procurei ainda detalhar os procedimentos adotados, tendo em vista que esta é a primeira pesquisa no Brasil a utilizar a metodologia do *flexMedia Lives*.

A desorganização dos dados foi o principal desafio, mas trabalhar com ela na forma de enquete indireta⁵⁶ ampliou o entendimento da narrativa que jornalistas fazem sobre suas próprias experiências profissionais em ambiente de plataforma — algo inédito na pesquisa brasileira sobre a categoria.

O processo de recodagem evidenciou o quanto é difícil agrupar em poucas categorias o que jornalistas fazem, tendo em vista o acúmulo de funções existentes em um só cargo. Igualmente difícil foi decidir se algumas funções estavam dentro ou fora do jornalismo de maneira categórica, tendo em vista a atual e cada vez maior hibridização da profissão. Porém, esses passos foram necessários para produzir o tipo de análise proposta.

No próximo capítulo, procuro responder às questões suscitadas pela pesquisa a respeito das trajetórias profissionais de jornalistas brasileiras(os).

⁵⁶ Entrevistamos os dados, e não diretamente as pessoas

4 AS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS DE JORNALISTAS NO BRASIL

Neste capítulo, faço uma análise longitudinal feminista dos 2.985 currículos de jornalistas do Brasil coletados no *LinkedIn*. Começo descrevendo os dados gerais para, em seguida, passar às análises sequenciais que compreendem os movimentos de carreira e a tipologia. Por fim, proponho a discussão dos resultados.

Os indivíduos que compõem a base são aqueles que mencionaram alguma atividade profissional jornalística em seus perfis e iniciaram a carreira a partir da década de 1980 no Brasil. Eles são adequados para o propósito aqui mencionado, mas não se trata de uma amostragem representativa da profissão, ou seja, seus resultados não são automaticamente generalizáveis ao conjunto de jornalistas do país. Trata-se de gente de carreira jovem e mediana: mais da metade iniciou a vida profissional na primeira década dos anos 2000, e cerca de um quarto após 2011.

Com relação ao gênero, essa base de dados é composta por mais homens (57,8%) do que mulheres (42,2%)⁵⁷, entre quem teve seu gênero identificado na pesquisa. Essas duas características somadas — predominância do sexo masculino e da geração de *millenials* na base —, é condizente com as estatísticas de uso do *LinkedIn* (KINSTA, 2022)⁵⁸. Mesmo assim, é visível a feminilização, ou aumento no número de mulheres, especialmente a partir da década de 2000: entre quem começou a carreira na década de 1980, 31,5% eram do sexo feminino, e esse índice cresce até alcançar 45,1% entre as iniciantes de 2010 em diante, como mostra a *Tabela 1*. A proporção de mulheres aumenta década após década, enquanto a de homens diminui. O período coincide com o aumento expressivo de jornalistas na base e na profissão.

Tabela 1 - Quantidade de mulheres e homens na base de dados, por coorte

	Mulheres	Homens	Total	N
1980-1989	31.5	68.5	100.0	89
1990-1999	35.8	64.2	100.0	302
2000-2009	42.2	57.8	100.0	1136
2010-2019	45.1	54.9	100.0	1010
total	42.2	57.8	100.0	2537 ⁵⁹

⁵⁷ O inverso das estatísticas nacionais sobre a profissão, onde a maioria (57,8%) é feminina (LIMA, 2021).

⁵⁸ Disponível em: <https://kinsta.com/pt/blog/estatisticas-e-fatos-do-linkedin/>. Acesso em: 06 out. 2022.

⁵⁹ Esse número corresponde à quantidade de jornalistas na base que puderam ter seu gênero identificado pela pesquisa, conforme estratégia explicada no capítulo 3, Metodologia.

fonte: *flexMedia Lives/* a autora

Conforme o tempo passa, essas(es) jornalistas estão cada vez menos concentradas(os) nas grandes cidades (*Tabela 2*). Entre quem começou a carreira na década de 1980, 60,4% trabalha nas grandes capitais (Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília), contra 39,6% nas demais capitais brasileiras e no interior. Entre as(os) iniciantes em 2010, a maioria (58,8%) está fora das grandes cidades, o que pode indicar aumento na oferta de emprego em cidades menores (tanto dentro quanto fora da mídia) e possibilidades de criação autônoma de veículos em todo o país, provocadas, entre outras coisas, pela ebulição de iniciativas jornalísticas nativas digitais. Também conta a expansão do ensino superior no período, que multiplicou os cursos de Jornalismo país afora. Outra explicação possível para a melhor distribuição de jornalistas no território nacional é que a hiperconcorrência é mais acentuada no triângulo RJ-SP-BSB do que nas demais regiões, e é intensificada pela migração de jornalistas formados para as grandes cidades em busca de emprego, a despeito da incapacidade do mercado de absorver essa força de trabalho.

No entanto, esse aumento de jornalistas no interior por si só não deve ser interpretado indutivamente como sinal de descentralização da mídia: o país ainda possui uma estrutura midiática altamente concentrada, formada por oligopólios empresariais de gestão familiar e patriarcal, que podem ter ampliado áreas de cobertura por meio da abertura de escritórios e afiliadas, além da contratação de correspondentes regionais.

Tabela 2 - Local de residência das(os) jornalistas, por coorte

	Cidade grande (SP, RJ, Brasília)	Outras	Total	N
1980-1989	60.4	39.6	100.0	106
1990-1999	47.4	52.6	100.0	348
2000-2009	48.8	51.2	100.0	1313
2010-2019	41.2	58.8	100.0	1218
Total	46.0	54.0	100.0	2985

fonte: *flexMedia Lives/* a autora

O gênero parece interferir pouco na distribuição geográfica dos e das jornalistas dessa base de dados no país, mas as mulheres estão um pouco mais concentradas nas capitais: 47,7% delas residem nas grandes cidades, enquanto os homens são 45,4%, conforme mostra a *Tabela 3*.

Tabela 3 - Local de residência das(os) jornalistas, por gênero

	Cidade grande (SP, RJ, Brasília)	Outras	Total	N
Mulheres	47.7	52.3	100.0	1071
Homens	45.4	54.6	100.0	1466
Total	46.4	53.6	100.0	2537

fonte: *flexMedia Lives/* a autora

A porcentagem de pessoas com formação superior em jornalismo que começou a carreira nos anos 1990 (55%) é menor do que a de quem deu seus primeiros passos na década anterior (62%). Mas, a partir dos anos 2000, a formação tem aumentado de maneira constante, compondo os currículos de 66,8% de quem começou na década de 2000, e 68,3% de trabalhadoras(es) iniciantes de 2010 em diante⁶⁰, indicando profissionalização da categoria (*Tabela 4*). Esses números podem ser ainda maiores na realidade, pois alguns podem não ter informado sua formação na plataforma (a título de contraste, nas respostas ao PJB, 91,7% são formados em Jornalismo (MICK; LIMA, 2013).

Tabela 4 - Profissionais com formação em Jornalismo, por coorte

	sem formação superior em Jornalismo	com formação superior em Jornalismo	Total	N
1980-1989	37.2	62.8	100.0	94
1990-1999	45.0	55.0	100.0	322
2000-2009	33.2	66.8	100.0	1268
2010-2019	31.7	68.3	100.0	1174
Total	34.0	66.0	100.0	2858 ⁶¹

fonte: *flexMedia Lives/* a autora

Com relação ao grau de escolarização das(os) jornalistas analisadas(os), ele aumenta regularmente: se, na década de 1980, 37,8% tinham formação maior do que ensino superior completo, entre quem começa como jornalista na década de 2000 são 50,4% os que indicam pós-graduações em seus currículos (*Tabela 5*). Esse dado confirma achados de outras pesquisas (MICK, LIMA, 2013; LIMA, 2021) de que o jornalismo é uma profissão super escolarizada, e a busca pela qualificação contínua traduz uma tentativa de assegurar seu lugar

⁶⁰ Essas porcentagens podem ser maiores na realidade, pois alguns indivíduos podem não ter informado sua área da formação no *LinkedIn*. Na mais recente pesquisa de Perfil (LIMA, 2021), 94,1% da categoria tinha formação superior em Jornalismo.

⁶¹ Corresponde ao número de currículos que informam formação superior

em um mundo do trabalho altamente competitivo. A pós-graduação pode ainda ser vista como alternativa de ocupação em períodos de desemprego (outro indício de precarização), pois em muitos casos há bolsa de estudos. Entre quem iniciou a carreira a partir de 2010, há uma queda nas menções de pós-graduações (de 50,4 para 38%), apesar da expansão da oferta de cursos e do aumento da concorrência na profissão. Isso se explica pelo próprio tempo de carreira: jornalistas recém formadas(os) em geral buscam suas primeiras experiências profissionais logo após concluir o curso, deixando o investimento em qualificação para um segundo momento.

Tabela 5 - Escolaridade das(os) jornalistas da base, por coorte

	< graduação	graduação	> graduação	Total	N
1980-1989	5.6	56.7	37.8	100.0	90
1990-1999	4.7	49.8	45.5	100.0	297
2000-2009	3.8	45.9	50.4	100.0	1199
2010-2019	4.3	57.7	38.0	100.0	1078
Total	4.1	51.5	44.4	100.0	2664 ⁶²

fonte: *flexMedia Lives/* a autora

As mulheres da amostra são mais diplomadas do que os homens, corroborando resultados de outras pesquisas sobre jornalistas (MICK, LIMA, 2013; LIMA, 2021). Entre elas, 43,9% informam ter como maior grau de formação o ensino superior, enquanto 53,3% têm pós-graduação. Já entre os homens predomina a graduação (54,1%), enquanto 41,3% afirmam ter pós (*Tabela 6*).

Tabela 6 - Escolaridade das(os) jornalistas da base, por gênero

	< graduação	graduação	> graduação	Total	N
Mulheres	2.8	43.9	53.3	100.0	977
Homens	4.6	54.1	41.3	100.0	1318
Total	3.8	49.8	46.4	100.0	2295 ⁶³

fonte: *flexMedia Lives/* a autora

As mulheres também são mais diplomadas em jornalismo: 73,8% delas contra 61,8% deles possuem essa formação específica (*Tabela 7*).

⁶² Corresponde ao número de perfis que informam grau de escolaridade

⁶³ Corresponde ao número de perfis com gênero identificado que informam grau de escolaridade

Tabela 7 - Profissionais com formação em Jornalismo, por gênero

	Não	Sim	Total	N
Mulheres	26.2	73.8	100.0	1047
Homens	38.2	61.8	100.0	1047
Total	33.1	66.9	100.0	2454 ⁶⁴

fonte: *flexMedia Lives/* a autora

Em resumo, a amostra de jornalistas cujas trajetórias são avaliadas nesta pesquisa é de maioria masculina (embora haja feminilização ao longo do tempo), com carreiras debutantes ou intermediárias, que reside cada vez mais fora do triângulo RJ-SP-BSB, e muito escolarizada, com maioria tendo diploma superior em Jornalismo.

4.1 ANÁLISES SEQUENCIAIS: O QUE JORNALISTAS FAZEM EM SUAS CARREIRAS AO LONGO DO TEMPO

Este tópico descreve as sequências de posições de trabalho ocupadas pelo conjunto de jornalistas ao longo de suas trajetórias profissionais. A frequência na incidência das posições é cruzada com o tempo de duração delas para ver os movimentos coletivos da categoria no desenvolvimento das carreiras.

Começo pela análise sequencial dos quase 3 mil perfis em conjunto, e depois os separo por gênero e por coorte, para entender a influência dessas variáveis. Em seguida, selecionei os seis padrões de movimento mais comuns para apresentar uma tipologia das carreiras de jornalistas no Brasil.

4.1.1 Como ler os gráficos

Nos gráficos apresentados a seguir, a linha vertical (em escala de total 1.0, ou 100%) diz respeito à frequência com que as posições aparecem nos currículos. A linha horizontal representa o tempo de carreira, em meses, sendo a parte mais à esquerda o início das trajetórias, que se desenrolam para a direita ao longo dos anos. Como as análises sequenciais englobam o conjunto de pessoas da amostra, com diferentes momentos de entrada na

⁶⁴ Corresponde ao número de perfis com gênero identificado que informam formação superior

profissão, conforme a linha do tempo avança, cada vez menos indivíduos estão sendo representados pelos movimentos.

Quanto à ordem de representação, as atividades de trabalho jornalístico dentro da mídia (jornalistas, subeditores, elites periféricas e elites centrais) estão posicionadas na parte inferior do gráfico; o trabalho em áreas correlatas (RP e consultoria, audiovisual, educação e pesquisa, e *web e design*) na parte intermediária; e *outras* atividades na parte superior. Cada cor representa um código que engloba um grupo de posições, conforme detalhado no capítulo metodológico, e resumidamente disposto abaixo (na ordem inversa à apresentada nos gráficos):

- *Jornalista*⁶⁵ (verde água): repórteres, redatores, apresentadores, cronistas, colunistas, correspondentes, pauteiros, resenhistas, revisores, estudantes de jornalismo etc.;
- Chefias médias (ou subeditores) (amarelo): jornalistas de mesa que revisam reportagens e montam o conteúdo editorial, como secretário de redação, editor, etc.;
- Elites periféricas (violeta): profissionais com responsabilidade na cadeia editorial e nas chefias dos *media*, que atuam em organizações jornalísticas de pequeno e médio portes, como editor-chefe, diretor de redação, fundador, entre outros;
- Elites centrais (vermelho): chefias que atuam em um dos 50 veículos mais importantes do país, de acordo com ranking do *Media Ownership Monitor*;
- Relações públicas e consultoria (azul): inclui assessorias de imprensa e comunicação;
- Audiovisual (laranja): fotógrafos, *videomakers*, editores de vídeo, produtores, documentaristas, cinegrafistas, entre outros;
- Educação e pesquisa (verde): professores, pesquisadores e estudantes de pós graduação *stricto sensu*;
- *Web e design* (rosa): *designers*, gerenciadores de mídias sociais, desenvolvedores *web*, iconografistas, diretores de arte, programadores, etc.;
- Mais acima, em cinza, estão as posições codificadas como *outras*⁶⁶, ou trabalho fora do jornalismo.

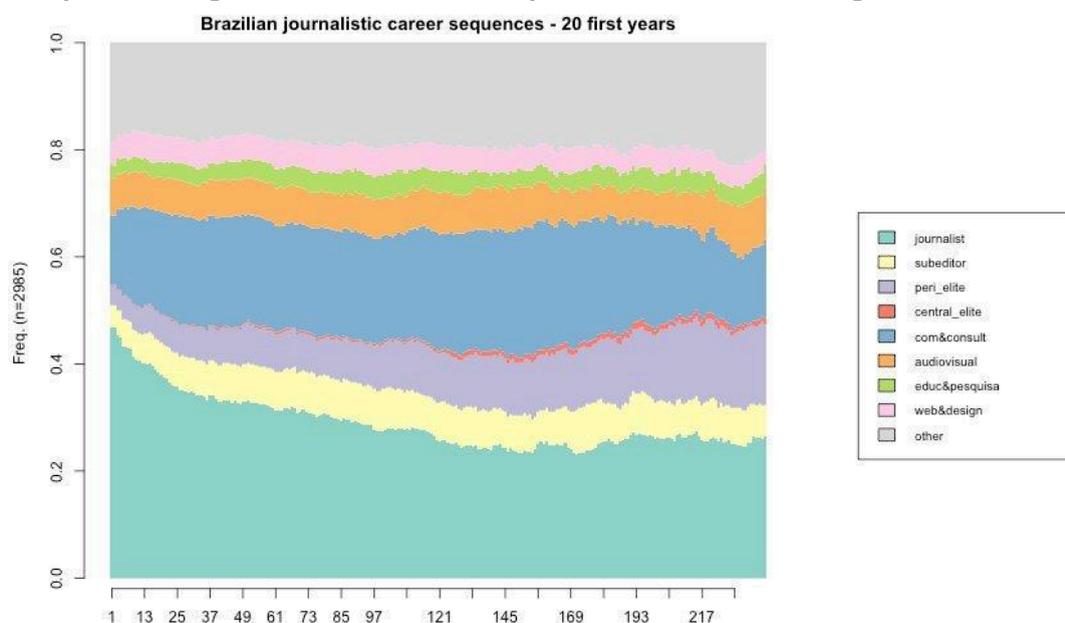
⁶⁵ Quando se tratar do código analítico, a palavra *jornalista* será utilizada em itálico, para evitar confusão com outros usos no decorrer do texto.

⁶⁶ A palavra *outras* também será utilizada em itálico quando se tratar do código analítico.

4.1.2 Como jornalistas se movimentam nas carreiras

O *Gráfico 1* representa as trajetórias profissionais do conjunto de jornalistas ao longo de 20 anos (ainda não separados por gênero). Sua interpretação está dividida entre os três tópicos subsequentes (4.1.2.1., 4.1.2.2. e 4.1.2.3.), de acordo com os movimentos de gravitação, derivação e dispersão identificados.

Gráfico 1 - Sequências de carreira de jornalistas brasileiros - primeiros 20 anos



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

4.1.2.1 As trajetórias de jornalistas que permanecem em atividades jornalísticas ao longo da carreira

A gravitação consiste de profissionais que já trabalharam e permanecem trabalhando na mídia, exercendo funções jornalísticas no decorrer de suas carreiras. Esse é o movimento que ilustra a atratividade do mundo do trabalho de jornalistas, ou a capacidade de mantê-los exercendo a profissão, construindo esse mundo social.

Jornalista é a posição mais frequente, do início ao fim do período analisado. Praticamente metade das primeiras experiências profissionais relatadas pelas(os) sujeitas(os) nos currículos é em cargos de jornalista dentro da mídia, mas isso tende a mudar rapidamente, sobretudo no decorrer dos primeiros cinco anos de profissão, resultando em uma bifurcação: a curva de *jornalistas* cai, enquanto aumenta a de chefias médias, elites e

assessorias (que serão tratadas mais adiante). A tendência é de continuidade desse padrão nos anos seguintes.

O período de maior deslocamento profissional ocorre nos dez primeiros anos. Após este ponto, tanto as elites periféricas quanto as centrais crescem — a ascensão típica das profissões liberais. No entanto, esse movimento é reservado a uma pequena fatia de trabalhadoras(es) que consegue permanecer por longo tempo na profissão: seja por falta de interesse ou oportunidade de assumir um cargo de chefia, a maioria permanece *jornalista*, mesmo após vários anos de carreira.

As elites centrais — cargos de maior prestígio na mídia brasileira — só aparecem após dez anos, demonstrando que essas posições são ocupadas, de maneira geral, por jornalistas experientes, e não por iniciantes. E a frequência com que aparecem é, de longe, a menor entre todas as posições. Isso demonstra a estrutura dual da profissão observada por Mick e Estayno (2018): jornalistas passam a vida mirando nesses altos cargos, que gozam de maior estabilidade e prestígio, mas a maioria não chegará lá. O número baixo de posições de elite em relação ao restante da base de dados também pode ser explicado pelo uso do *LinkedIn*: quem possui carreira consistente tende a usar menos a rede social quando comparado àqueles em busca de consolidação (JOHNSON, 2011). Ou seja, ocupantes de cargos mais altos podem não aparecer na base simplesmente por não possuírem um perfil na rede.

Por sua vez, as posições de chefias médias começam a surgir rápido, dobrando a frequência já no segundo ano, mas depois tendem à estabilidade. Alguns jornalistas da base inclusive já indicam cargos de chefia média como suas primeiras experiências profissionais (o mesmo acontece com elites periféricas), ao invés de começar “do início”, com experiências de estágio ou reportagem. Uma possível explicação para isso é que muito do ecossistema midiático do Brasil é composto por veículos de pequeno porte (principalmente nativos digitais e/ou em cidades do interior), e neles é comum a presença da(o) profissional “faz tudo”, responsável por diversas funções dentro da redação inclusive edição e gerenciamento. Outra possibilidade é que a ascensão rápida esteja associada à juvenilização, ou substituição de profissionais mais experientes nesses cargos por recém formados, visando diminuir custos. Uma terceira explicação é que as(os) jornalistas ocupantes das chefias já no início da trajetória só tenham começado a preencher os currículos do *LinkedIn* a partir daí, descartando experiências profissionais anteriores.

4.1.2.2 *As trajetórias de jornalistas que, após algum tempo, passam a trabalhar em áreas correlatas*

O movimento de derivação caracteriza a mudança de empregos de dentro da mídia para fora da mídia. Ao fazê-lo, as(os) profissionais executam funções correlatas ao jornalismo, mas continuam utilizando a bagagem adquirida na profissão no desenvolvimento dessas outras atividades.

Assessorias de comunicação e imprensa compõem parcela razoável entre as atividades relatadas já no início das carreiras. A quantidade de profissionais ocupando essas posições é relativamente estável ao longo dos 20 anos analisados, em torno de 20% do total, tendo um leve aumento depois do décimo ano de carreira, e sofrendo uma regressão nos últimos três anos. A ida de profissionais para as assessorias pode indicar a busca por maior estabilidade e horários de trabalho mais fixos, mesmo que isso signifique abrir mão do *status* de jornalista, e também o crescimento desse ramo como setor empregador.

Uma parcela mais modesta de jornalistas rumam para o ramo audiovisual, exercendo em seus empregos atividades específicas dessa área, como filmagem, produção, edição de vídeo, entre outras. Esse tipo de trabalho utiliza habilidades aprendidas nas escolas de Jornalismo e na vida profissional como jornalista, sobretudo em televisão, embora a área de atuação seja mais ampla, podendo envolver também publicidade, entretenimento e cinema. No conjunto de jornalistas analisados, este também é um ramo sem grandes oscilações de proporção ao longo dos 20 anos.

As carreiras acadêmicas e de docência também são estáveis em proporção. Estudantes de mestrado e doutorado estão incluídos nessa categoria, o que explica a presença de alguns casos desde os primeiros meses das carreiras. Há uma leve tendência de aumento entre o quinto e o décimo anos, e isso pode indicar a busca, após certo tempo de profissão, por maior especialização ou vontade de transmitir o conhecimento adquirido, seja dando aulas ou fazendo pesquisas. Também pode traduzir a procura por postos de trabalho mais estáveis ou melhores salários, em relação ao trabalho regular como jornalista, e o aumento das vagas na docência em determinado período. Ou ainda, como já mencionado, uma possibilidade diante da falta de empregos dentro da mídia.

Profissionais de *web* e *design*, assim como os de audiovisual, desenvolvem uma carreira que utiliza conhecimentos compartilhados com o jornalismo. Trata-se de um mundo

do trabalho que ganhou força a partir da *web 2.0*, na década de 2000, e cresceu continuamente desde então. Observa-se uma diminuição sensível dessas atividades nos últimos anos das carreiras mais longas, levantando a hipótese de que é um tipo de posição exercida com mais frequência por profissionais jovens.

4.1.2.3 As trajetórias de jornalistas que desistiram da profissão

A dispersão, ou abandono da profissão, consiste no movimento de carreira de profissionais que passam a construir suas carreiras com trabalhos em outros setores, desconectados do primeiro. Pode tanto ser representada por aquelas carreiras que desistem do jornalismo após certo tempo quanto por aquelas que o mundo do trabalho sequer conseguiu atrair — profissionais formados em Jornalismo, ou que se consideram jornalistas, mas que não conseguem se inserir na profissão, ou trabalham nela por pouco tempo.

É curioso perceber como, nos currículos analisados, as atividades desvinculadas do jornalismo ocupam parcela expressiva entre as posições ocupadas por jornalistas em suas trajetórias: são em torno de 20% do total, e essa porcentagem permanece sem grandes alterações ao longo do tempo, tendo somente um leve aumento nos últimos dois anos, entre aqueles que têm carreira longa.

Uma possível razão para que jornalistas tenham sua formação superior ou identidade profissional desconectada de suas trajetórias é que a motivação para diplomar-se em Jornalismo tenha sido não o exercício da profissão em si, mas sim os conhecimentos e habilidades que essa formação específica proporciona. Em outras palavras, tornaram-se jornalistas pelo prestígio que o diploma carrega, mesmo decidindo atuar em outra área. Outra possível explicação, oposta a essa, é o desencanto, que pode ter ocorrido já nos primeiros anos, devido à dificuldade de conseguir emprego na área, durante o trabalho com jornalismo, por condições precárias, extenuantes ou inseguras, ou mesmo antes disso, durante a formação superior.

Mergulhei na base de dados em busca de saber quais são as outras funções mais frequentemente exercidas por essas(es) jornalistas que saíram (ou mal entraram) da profissão. Muitas(os) tornam-se professoras(es) de áreas como português, redação e inglês, mas também matemática, artes, ginástica e yoga. Há ainda quem lecione em cursos técnicos o domínio de ferramentas específicas, como o pacote Adobe. Outra parcela de profissionais trabalha no ramo de cultura e entretenimento, com produção cultural, pesquisa de personagens, como DJ,

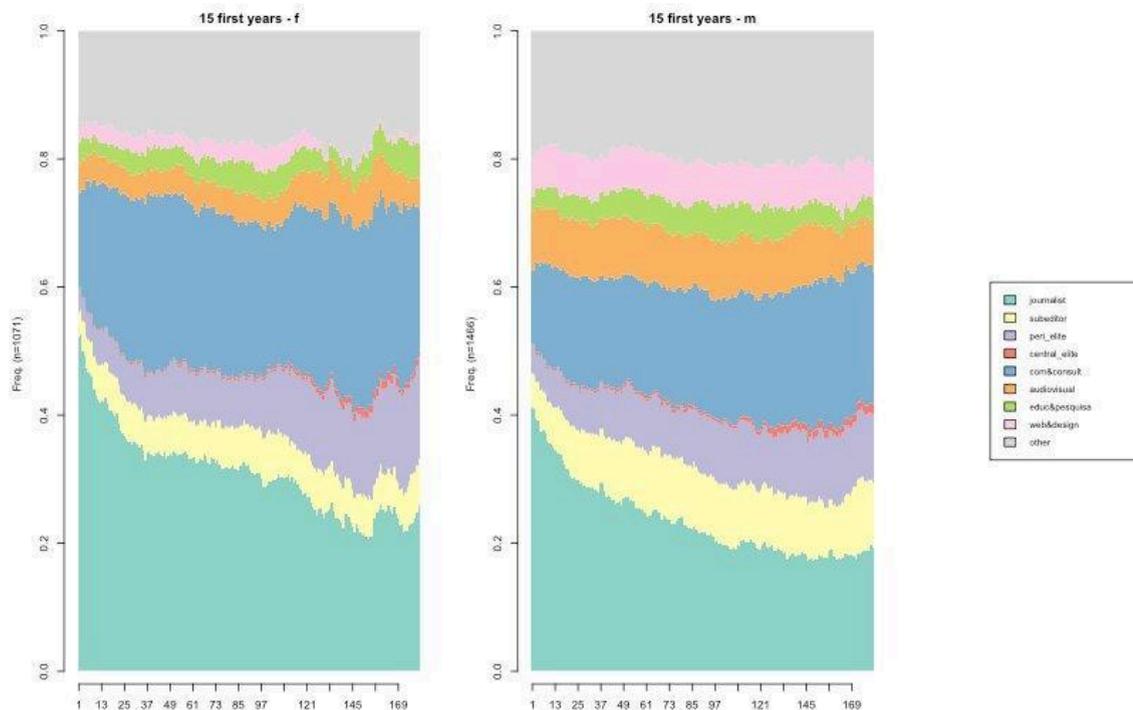
ou até mesmo com criação artística propriamente dita (arte plástica, dançarina, cineasta). Funções de atendimento e vendas também são comuns, assim como as relacionadas à administração: analista administrativo, relacionamento com clientes, inteligência de mercado, gerente de vendas, representante comercial... Em alguns currículos, também aparece a posição de empreendedor(a)/empresária(o), em áreas variadas: bares, restaurantes, loja de roupas, imobiliárias, copiadoras, espaços terapêuticos, entre outros. Há ainda quem trabalhe como funcionário público, barista, *chef*, tradutor, militar, psicopedagogo, livreira, advogado...

Enfim, há muita diversidade nas escolhas de quem sai do jornalismo, mas entre as áreas predominantes é notável que exigem conhecimentos adquiridos ou compartilhados com a profissão. Sujeitas(os) multifuncionais que são, jornalistas precisam ter habilidade com escrita e expressão, ser curiosos e entender de diversos assuntos (o que pode explicar a quantidade de professores), relacionar-se bem com pessoas, saber organizar ideias, enxergar os pontos-chave de um acontecimento e dominar técnicas de produção e edição — competências que são úteis a uma ampla diversidade de trabalhos.

4.1.3 Efeitos de gênero nas trajetórias profissionais

Nesta seção, procuro olhar para as trajetórias de mulheres e homens em separado, buscando entender o efeito do gênero na gravitação, derivação e dispersão das carreiras. Na base de dados, há 1071 mulheres e 1466 homens, totalizando 2537 sujeitas(os) que puderam ter seu gênero identificado. O *Gráfico 2* representa as sequências de posições de trabalho ocupadas pelo conjunto de mulheres (à esquerda) e homens (à direita) durante os primeiros 15 anos de vida profissional. As diferenças são significativas e já podem ser notadas desde o primeiro olhar, em termos de instabilidade na carreira, mais intensa para as mulheres (mais oscilações nas linhas limítrofes entre as faixas de cores indicam mais mudanças de cargo), e os tipos de posições ocupadas mais frequentemente pelas e pelos jornalistas, que serão melhor explorados adiante.

Gráfico 2 - Análises sequenciais separadas por gênero



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

4.1.3.1 Homens e mulheres permanecem no jornalismo de maneiras diferentes: o movimento de gravitação, por gênero

De modo geral, homens se movimentam nas carreiras de forma mais gradual e mulheres de forma mais acidentada, como demonstram as linhas limítrofes entre as posições. As mudanças constantes de emprego e função podem ser lidas como uma adaptação das empresas jornalísticas e dos próprios jornalistas às condições instáveis do ambiente em um contexto de hiperconcorrência, que incide mais fortemente sobre carreiras femininas. Além disso, os acidentes se agravam nas trajetórias femininas do décimo ano em diante — o que pode coincidir com casamento ou filhos, já que esses traços do ciclo da vida reverberam mais na vida das mulheres do que na dos homens.

No começo da vida profissional, as mulheres ocupam mais frequentemente posições de *jornalista*, cerca de 15% a mais do que homens. Tal observação é compatível com o fato de que mais mulheres se formam em Jornalismo, e que a base da profissão é majoritariamente

feminina — a feminilização associada à feminização, pois os primeiros empregos costumam ser momentos de maior exploração e menor remuneração das(os) trabalhadoras(es).

Porém, já no primeiro terço das trajetórias (cinco anos) a diminuição dessa posição é visível para ambos os gêneros, principalmente nos primeiros três anos para as profissionais do sexo feminino, o que pode indicar dificuldade de permanência nos cargos logo no início das carreiras — suspeita corroborada pelo aumento delas em posições derivadas, das quais falarei no próximo tópico.

As posições de *jornalista* ainda são as mais ocupadas por mulheres na parte intermediária linha temporal (entre o 5o e o 10o ano), levantando a hipótese de que parte delas possui pouca mobilidade de carreira nesse período, possivelmente por questões relacionadas à divisão sexual do trabalho (dentro da mídia, costumam ocupar editorias consideradas menos relevantes, e portanto com mais dificuldade de ascensão profissional; na vida pessoal, o trabalho de cuidado associado a filhos ou pessoas idosas impede dedicação integral ao emprego). Em contraste, no mesmo período, homens são cada vez menos *jornalistas*, e cada vez mais subeditores, ou chefes.

Após os primeiros dez anos, a posição de *jornalista* cai vertiginosamente, indicando ou ascensão tardia ou desistência da profissão. Contudo, novamente há diferenças de gênero: nas trajetórias femininas, é visível um ligeiro aumento na incidência das posições dentro da mídia por volta do 12o ano, com relação aos anos imediatamente anteriores — talvez uma recompensa à resiliência daquelas que conseguiram permanecer na profissão. Mas também pode ser mais um indício de precarização associada à feminilização: em contextos de crise, a tendência das organizações de mídia é demitir trabalhadores com maior experiência e melhores salários — que geralmente são homens. Isso leva mulheres a assumirem postos de trabalho antes ocupados por pares masculinos, mas com salários menores.

Para verificar se há ascensão de carreira, é preciso observar concomitantemente a evolução das faixas do gráfico relacionadas a subeditores (amarelo), elites periféricas (violeta) e elites centrais (vermelho) no decorrer do tempo. É visível que cargos de edição, ou chefias médias, são bem mais frequentes entre profissionais do sexo masculino, principalmente do primeiro terço da linha temporal em diante (após cinco anos). Embora outras pesquisas identifiquem a recente ascensão de mulheres jornalistas aos cargos de chefias médias (BANDEIRA, 2019), a observação dos currículos mostra que o teto de vidro se encontra justamente aí. Ao menos de forma geral, e para as profissionais mais antigas.

Os cargos de elites periféricas são um pouco mais frequentes entre as mulheres, especialmente na metade final do período analisado. Nesse conjunto, podem estar incluídos jornais menores, jornais do interior, e novos arranjos de mídia, nativas digitais. O trabalho nesses veículos pode ser motivado por maior tranquilidade na vida profissional e pessoal em comparação ao trabalho em um grande veículo, custo de vida mais barato fora dos grandes centros, mais flexibilidade em termos de horário e local de trabalho.

No caso de nativos digitais, podem ainda ser vistos pelas(os) jornalistas como alternativa ao trabalho na grande mídia, estruturalmente masculinista, a despeito das condições precárias de sustentação e do fato de que, eventualmente, arranjos alternativos acabem repetindo padrões organizacionais encontrados na mídia tradicional. Pode ser também consequência do teto de vidro nos grandes veículos, pois neles os melhores cargos (elites centrais) estão mais reservados aos colegas homens.

Uma pesquisa do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT/USP) com 70 iniciativas do trabalho jornalístico independente dos grandes conglomerados de mídia descobriu que, entre eles, há grande liderança de mulheres jornalistas: dirigentes mulheres em 54,2%, fundados e dirigidos por mulheres 28% e dirigidos por homens e mulheres em conjunto 17% (FÍGARO, 2018b). Tais dados confirmam a busca por alternativas para exercer o jornalismo, frente à precarização do trabalho e desaparecimento de empregos. O estudo mostra ainda que o jornalismo praticado por esses arranjos liderados por mulheres é voltado sobretudo para questões sociais que afligem grande parte da população, como questões de gênero, direitos humanos, educação e política, entre outros.

4.1.3.2 *A derivação também é genderificada*

Nas atividades correlatas ao jornalismo o efeito do gênero é talvez ainda mais evidente do que dentro da mídia: mulheres e homens que decidem forjar a carreira em mundos do trabalho adjacentes parecem ter destino certo quando se trata de escolher para qual área seguir.

Assessorias e demais cargos relacionados à área de relações públicas e consultoria (azul) são claramente mais ocupados por mulheres, confirmando o que outras pesquisas já apontaram (ROCHA, 2019; MICK; LIMA, 2013). A predominância feminina se estende por praticamente todo o período analisado, e é forte já nos primeiros anos, crescendo na medida em que a posição de *jornalista* diminui — a derivação pode ser precoce, motivada por maior

oferta de empregos na área, promessa de estabilidade, horários de trabalho menos extenuantes ou mesmo gosto pessoal.

Já as áreas de audiovisual e *web* e *design* são mais masculinas. Na base de dados, as funções mais frequentes de quem diversificou a carreira para o audiovisual são produção (coordenação, assistência, pós-produção), edição de vídeo, fotografia, roteiro, pesquisa de personagens, documentários, e ainda apresentação/locução de programas de rádio⁶⁷. Estudos específicos sobre o ramo audiovisual no Brasil revelam desigualdades profundas de raça e gênero na distribuição hierárquica de profissionais no setor, a despeito da existência de políticas públicas de ação afirmativa, e da própria articulação de artistas e cineastas (CASALOTTI, 2020)⁶⁸.

Com relação a *web* e *design*, algumas funções mais comuns ocupadas pelos jornalistas da base são *designer* gráfico, diagramador, diretor de arte, analista de mídias sociais, *designer* de experiência de usuário, analista de dados e desenvolvedor web. É sabida a falta de representatividade feminina na maioria desses setores, principalmente naqueles ligados à área de programação (MAIA, 2016). A predominância masculina nesse código é coerente com essa tendência: as mulheres jornalistas que trabalham em *web* e *design* são raras, e no último terço do gráfico é possível observar uma redução quase total dessas posições nas carreiras femininas, ou porque são carreiras jovens (não completaram 15 anos, que é o período analisado), ou porque são curtas (migraram para outra área após dez anos).

Entre os mundos do trabalho correlatos ao jornalismo, o mais equilibrado em termos de gênero é a educação e pesquisa, que inclui docentes, pesquisadoras(es) e estudantes de pós graduação *stricto sensu*. Vemos nos gráficos longitudinais proporção semelhante de homens e mulheres, compatível com outras pesquisas da mesma categoria, como a PJB, que identificou 52% de homens e 48% de mulheres docentes em Jornalismo em 2012 (MICK; LIMA, 2013). Após 10 anos, a frequência dessas posições diminui para ambos os gêneros (pode denotar carreiras jovens, ou ida para outras áreas, o que é menos provável considerando que os projetos para o futuro da maioria dos profissionais que optam pela carreira acadêmica possui estreita relação com a ascensão como docente (PONTES; MICK, 2013), mas a frequência das

⁶⁷ Conforme decisão disposta no capítulo de Metodologia, locutores de rádio foram codificados como trabalhadores do audiovisual, e não como *jornalistas*.

⁶⁸ Entre os postos mais altos, homens brancos ocupam 85% dos cargos de direção, 71% de roteiro e 50% do elenco principal de filmes brasileiros de grande bilheteria, produzidos entre 1970 e 2016 (CANDIDO *et al.*, 2017). Enquanto isso, as mulheres (brancas) trabalham mais em setores menos visíveis, como figurino, produção e produção executiva. A participação de pessoas negras nas três posições é baixa (CASALOTTI, 2020).

mulheres torna a crescer ao final do período analisado. Pode ser que, com a maturidade da carreira, a experiência docente passe a ser considerada por mais mulheres.

4.1.3.3 Dispersão: qual o gênero de quem sai da profissão?

As demissões são vistas por Pithan *et al.* (2020) como pontos de inflexão nas carreiras, ou seja, como marcos de reflexão e redirecionamento, decorrentes de conflitos e dilemas vivenciados. Os autores observam sentimentos ambíguos de atração (manifestação de apreço e respeito pelo jornalismo) e repulsa (desejo de fugir dele) nas falas de seus entrevistados, vítimas de “passaralhos”. Falam ainda sobre o desamparo relatado pois, ao sair do emprego, jornalistas perdem também parte da vida social associada a colegas de trabalho — laços que muitas vezes as(os) permitiam suportar aspectos negativos e falta de perspectiva de futuro na profissão.

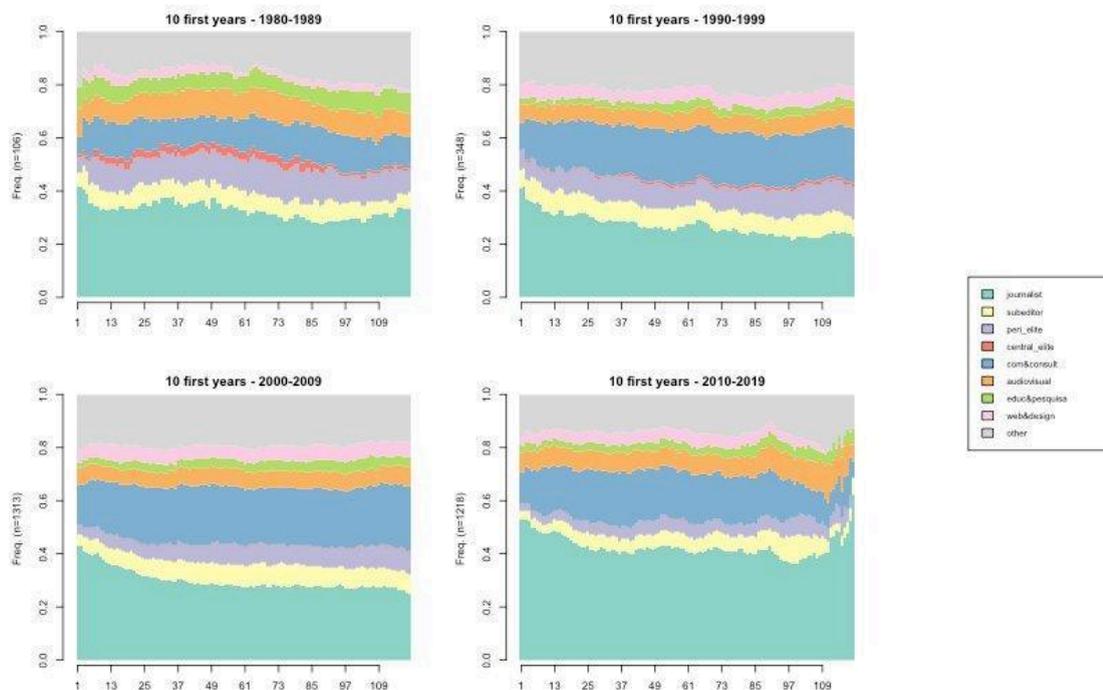
Homens desta base têm atividades fora do jornalismo com um pouco mais de frequência, mas a diferença é pequena. O que talvez marque a desigualdade entre os gêneros na dispersão são as causas do abandono da profissão — ambos sofrem com demissões mas, entre as mulheres, razões ligadas à vida pessoal (como maternidade e demais atividades de cuidado) se somam com mais frequência. Isso pode dificultar mais a reinserção delas após deixarem um posto, especialmente após os 40 anos (NUNES, 2020), justificando a saída definitiva do jornalismo rumo a outras áreas — ainda que carreguem consigo as questões relacionadas à divisão sexual do trabalho. Seriam necessários novos estudos para avaliar se homens ex-jornalistas têm maior disposição para enfrentar riscos (aliada à menor responsabilidade com o trabalho doméstico), mais facilidade em transferir seu prestígio e capital social adquiridos durante suas trajetórias para a outra área escolhida, e qual seria a propensão de outras áreas a acolher a reconfiguração profissional de homens mais que de mulheres.

4.1.4 Como os efeitos da conjuntura incidem sobre as carreiras: o risco biográfico

Essa seção busca compreender qual é o efeito geracional nas trajetórias de jornalistas brasileiras(os) — o risco biográfico de cada momento histórico. Para isso, as trajetórias foram divididas em quatro coortes, por década de entrada na profissão. Assim, é possível observar as semelhanças e diferenças entre quem entrou no jornalismo nas décadas de 1980, 1990,

2000 e 2010, tendo em vista o contexto político, econômico, tecnológico e social de cada momento e as transformações que ocorreram na profissão. Para cada coorte, foi analisado o conjunto de trajetórias ao longo de dez anos, ou seja, os inícios das carreiras.

Gráfico 3: Efeito geracional nas trajetórias de profissionais que iniciaram a carreira nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

4.1.4.1 Carreiras iniciantes nos anos 1980

O primeiro coorte diz respeito às trajetórias de 106 indivíduos que iniciaram suas carreiras como jornalistas na década de 1980. Esse período representa um ponto de inflexão na história do jornalismo brasileiro no que diz respeito à mudança no perfil profissional e no papel desempenhado pela mídia em importantes processos políticos. O contexto internacional era de Guerra Fria e, no Brasil (assim como em outros países da América Latina), o governo era de ditadura militar. O período ditatorial no país durou até 1985, e foi seguido por um processo de redemocratização que culminou nas eleições presidenciais de 1989.

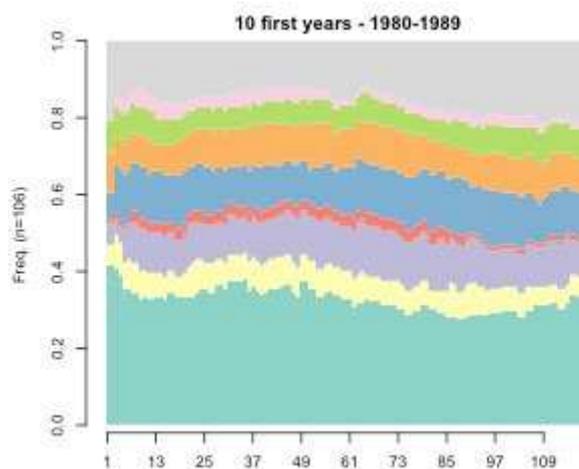
No que diz respeito à profissão, o novo decreto de regulamentação firmado em 1979 (o original é de 1969) passou a exigir dos novos jornalistas a obtenção de diploma específico, alimentando a consolidação de cursos superiores na área e a busca cada vez maior por

profissionalização — pauta endossada pelos sindicatos, que buscavam melhores condições de trabalho para a categoria. Essa decisão desencadeou certo conflito em torno de dois capitais simbólicos: de um lado, o diploma e a formação universitária dos “novos” profissionais; e, de outro, a aprendizagem prática no ambiente das redações, típica dos “antigos” (BERGAMO, 2020; BARBOSA, 2021; PEIXOTO, 2008). Cabe lembrar que a formação universitária alargou as portas para a entrada de mulheres no jornalismo, tornando esta disputa também uma questão de gênero.

Ao mesmo tempo, o momento era de crescente concentração de poder nas mãos das grandes empresas de comunicação, e a televisão também se desenvolvia de maneira pujante nessa década, ampliando as possibilidades de emprego e atuação para jornalistas. Nos impressos, o enaltecimento da reportagem como principal produto jornalístico valorizava a capacidade investigativa e interpretativa dos jornalistas — qualidades adquiridas principalmente através da experiência profissional (e, portanto, mais reservada aos homens nesse período).

As carreiras analisadas neste coorte são bem diversificadas, como mostra o *Gráfico 4*. Há mais equilíbrio proporcional entre as diferentes posições, se comparado às carreiras mais recentes. Mas também se observa maior oscilação nas linhas, indicando mudanças constantes.

Gráfico 4 - Iniciantes nos anos 1980, ampliado



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

Aqui é onde se concentra a maior parte da elite da profissão entre todos os jornalistas da base, reiterando a ideia de que esses cargos são reservados a profissionais mais experientes, que permanecem por longo tempo na carreira (como veremos, as elites centrais

aparecem com menor frequência no gráfico de profissionais que iniciaram nos anos 1990 e somem entre os mais jovens). As elites centrais existem desde o início do gráfico — nos anos 1980, como ainda havia pouca gente exercendo jornalismo e a demanda era crescente, era comum que profissionais saíssem da faculdade já exercendo algum cargo de edição ou coordenação. O aparecimento das elites já no começo das trajetórias também pode ser efeito do preenchimento retroativo do *LinkedIn* por profissionais experientes, que podem inserir na rede social apenas suas atividades anteriores mais destacadas. No entanto, a partir do oitavo ano, é possível notar uma diminuição nas posições de chefia, enquanto a proporção de *jornalistas* aumenta. Tal movimento pode levantar uma hipótese contrária à da estabilidade atribuída às elites centrais: profissionais saem desses cargos após certo tempo, voltando a exercer outras funções jornalísticas (ao menos nos inícios das carreiras).

É possível notar alguns registros de elites centrais já nos primeiros meses de carreira — algo um tanto bizarro, pois é improvável que alguém comece a vida como jornalista já tomando decisões editoriais em uma grande organização. Mas esse estranho fato talvez se explique pelo próprio modo de utilização do *LinkedIn*: como são pessoas com carreiras mais longas e que preencheram seus currículos retroativamente, é possível que o tenham feito em um momento de carreira consolidada, deixando de relatar suas experiências iniciais.

Há um aumento sutil em todas as posições que envolvem atividade jornalística dentro da mídia (jornalistas, editores e elites) entre o segundo e o quinto ano de profissão, que coincide com uma baixa relacionada a *outras* atividades. Entre as(os) profissionais que iniciaram na década de 1980, esse *frame* temporal parece ser o momento da carreira em que mais estão exercendo jornalismo. Nos cinco anos seguintes, a faixa de *outras* volta a aumentar, indicando dispersão.

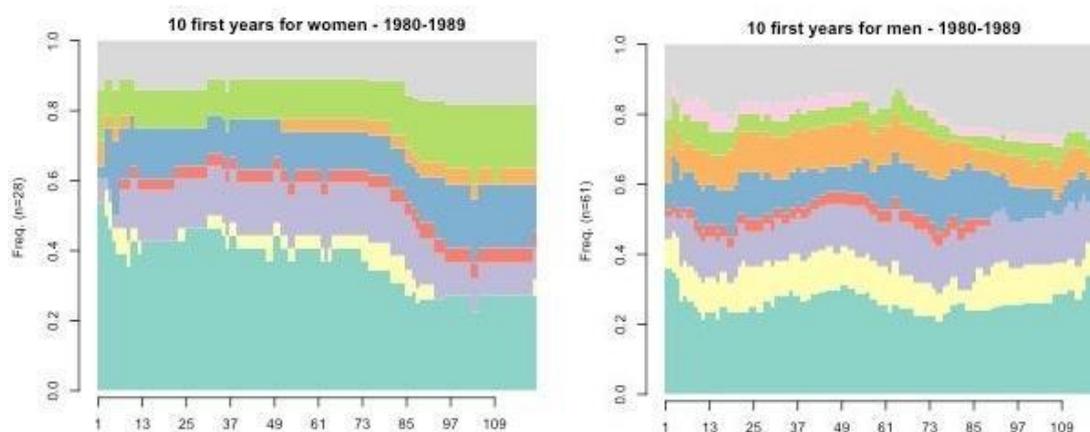
Este é o coorte que contém mais professores de jornalismo e demais acadêmicos em toda a base, indicando que a carreira docente está associada à senioridade na profissão. Tal fato é coerente com o aumento dos cursos de jornalismo no período, que somado às transformações do mundo do trabalho ampliou as possibilidades de atuação da categoria. Conforme relata Bergamo (2020), na década de 1980 o topo da carreira de jornalista tornou-se praticamente bifurcado entre os consagrados das redações e os intelectuais da academia. Nessa época, era comum a entrada de jovens docentes nas universidades federais e estaduais, que iam cursar mestrado e doutorado ao longo da carreira pública.

As assessorias entram como possibilidade de mercado para jornalistas a partir de 1982; nessa década, a quantidade de cargos de RP é relativamente estável na base. É raro o

trabalho com funções relacionadas a *web* e *design*, o que é lógico, em se tratando de uma era pré *web*. Essas posições começam a se desenvolver a partir da década seguinte, com o avanço tecnológico que revolucionou a produção, a circulação e o consumo de informação através dos computadores conectados em rede.

O *Gráfico 5* a seguir soma os efeitos do coorte aos do gênero, e mostra o comparativo entre carreiras de mulheres (28) e de homens (61) iniciantes nos anos 1980. Como são poucos indivíduos, é impossível produzir uma generalização sobre jornalistas desta década a partir desses dados, embora a comparação traga observações interessantes sobre suas carreiras.

Gráfico 5: Efeitos de coorte e gênero somados (1980-1989)



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

Entre as mulheres, predominam as atividades de *jornalista* — base da profissão — e quase não há subeditoras. No entanto, elites centrais e periféricas estão presentes ao longo de todo o período. Entre os homens, há maior frequência de subeditores. A curva decrescente notada entre as elites centrais do período ocorre nas carreiras masculinas.

A faixa correspondente à educação e à pesquisa é relevante e crescente nas trajetórias femininas, reafirmando o ensino superior como decisivo para a ocorrência de feminilização do jornalismo, juntamente com a profissionalização. Entre eles, a busca pela carreira acadêmica é proporcionalmente menor no período, talvez por estarem bem alocados em cargos dentro da mídia.

Para ambos os gêneros, a frequência de *outras* aumenta nos últimos anos analisados, indicando dispersão. Como o processo de profissionalização estava em curso, era comum o exercício do jornalismo em concomitância com outras atividades, ou que profissionais se

sustentassem dele por algum tempo, e após seguissem por um caminho profissional mais estável. Mas a dispersão masculina parece vir das áreas correlatas (RP, audiovisual), enquanto a feminina parte das atividades dentro da mídia.

4.1.4.2 Carreiras iniciantes nos anos 1990

Com o fim da Guerra Fria, os anos 1990 no ocidente foram marcados pelo fortalecimento ainda maior da ideologia neoliberal (que teve início nos anos 1970), esta caracterizada pela intervenção do Estado pelo mercado, a concorrência como norma geral das práticas econômicas e pensamento individualista (DARDOT; LAVAL, 2016). No Brasil, as políticas eram voltadas para a privatização das estatais e estímulo ao consumo — impulsionado pela implementação do Plano Real, que equiparou o real ao dólar com o objetivo de frear a inflação.

Para as empresas de mídia, foi um bom momento. Esforços promocionais (como a venda casada de produtos) resultaram no aumento da circulação dos impressos de maneira geral, especialmente das revistas, com destaque para revistas voltadas ao público feminino (BARBOSA, 2007). Já para as(os) trabalhadoras(es) dessas empresas, não foi um momento tão bom assim: a despeito do crescimento dos patrões, as taxas de informalidade e precarização do trabalho eram crescentes, o que afetou também as(os) jornalistas.

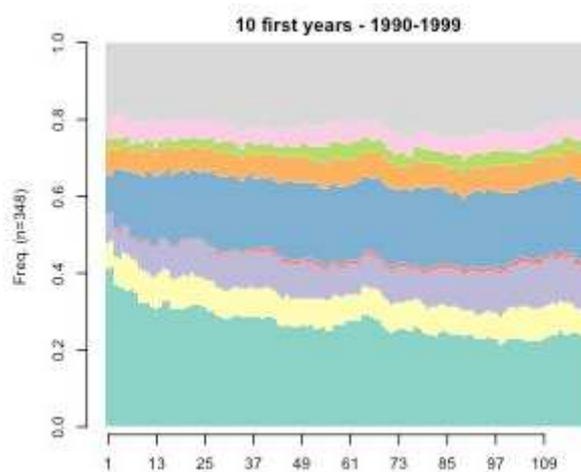
Nos anos 1990 também surgiram os navegadores *web* com interface gráfica (*world wide web*), que tornaram a internet acessível para um número maior de pessoas — antes disso, era restrita aos grupos acadêmicos e militares que a desenvolveram. Isso acabou sendo um fator revolucionário para um sem fim de atividades sociais e profissões. A partir daí, as notícias começaram a circular *online*, mas ainda de forma transposta, sem conteúdo original ou linguagem própria. No caso dos jornais, era publicado no site o conteúdo originalmente produzido para o impresso, o que causava certa tensão no ciclo de 24 horas típico das rotinas produtivas tradicionais por conta do imediatismo da internet, inclusive gerando concorrência entre os dois tipos de mídia de um mesmo veículo.

O primeiro jornal brasileiro a existir na *web* foi o *Jornal do Commercio*, em 1994, e entre os marcos subsequentes estão a versão *online* do *Jornal do Brasil* e da *Folha de S. Paulo* em 1995, e a criação do primeiro grande portal de notícias no país, o *Universo Online* (UOL) em 1996 (DANTAS; ROCHA, 2016). Nesse período de expansão e adaptação ao que ainda era somente vista como uma nova plataforma de publicação, o jornalismo continuava

sendo financiado majoritariamente pela publicidade, que também acompanhava os primeiros passos da *web*. Novas funções foram aos poucos sendo incorporadas no trabalho de jornalistas, mas ainda não como na década seguinte, quando a *web 2.0* e as redes sociais metamorfosearam o ecossistema midiático como um todo.

Nesse coorte, que diz respeito às trajetórias profissionais de 348 indivíduos iniciantes nos anos 1990 (*Gráfico 6*), observa-se um leve declínio (cerca de 10% entre o primeiro e o décimo ano analisado) nas posições relacionadas a trabalho dentro da mídia (*jornalistas*, editores, elites periféricas e centrais). Entre os debutantes dos anos 1980, foi possível ver uma curva ascendente entre essas posições na primeira metade das trajetórias (do segundo ao quinto ano) e linhas mais acidentadas, enquanto nos anos 1990 os movimentos são mais estáveis, embora haja um pequeno pico de atividades de *jornalista* entre o quinto e o sexto ano.

Gráfico 6: Iniciantes nos anos 1990, ampliado



Fonte: *flexMedia Lives/* a autora

Editores e elites periféricas aumentam sensivelmente ao longo dos anos enquanto *jornalistas* diminuem, sugerindo ascensão de carreira para alguns indivíduos. As elites centrais aparecem mais visivelmente após o segundo ano, mas em proporção bem menor do que na década anterior, e não aumentam com o tempo, reiterando a senioridade como fator relevante para os cargos de chefia.

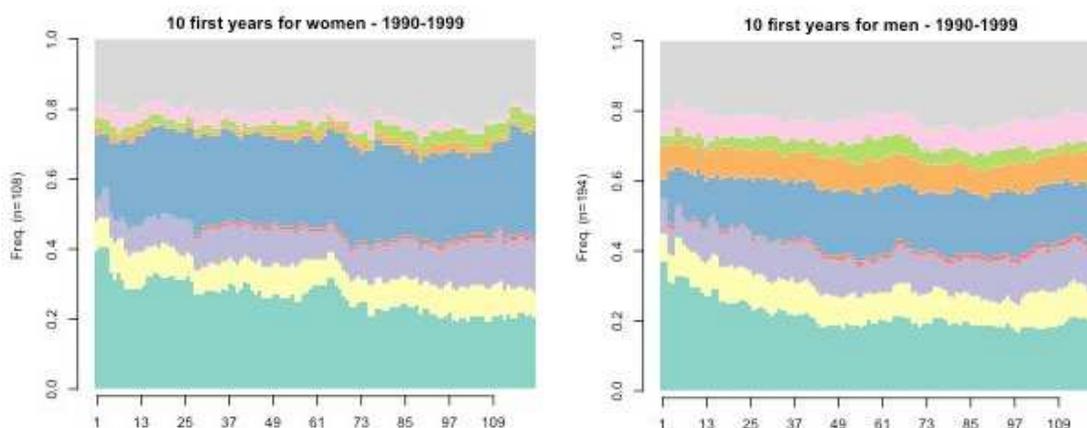
O que mais chama a atenção nesse coorte é o aumento de relações públicas e consultoria relatadas no período — elas passam a ocupar parcela relevante entre as atividades desempenhadas por profissionais do jornalismo, perdendo apenas para as funções de

jornalista ao longo dos 10 anos analisados. Diminui pela metade a frequência de atividades relacionadas à "educação e pesquisa", com relação a 1980. Por fim, foi perceptível o crescimento na proporção de atividades de *web* e *design* exercidas pelos jornalistas desse coorte comparado ao anterior, o que se explica pelo contexto de desenvolvimento da *web* e do início do jornalismo digital na década de 1990, anteriormente mencionado.

A categoria *outras* é maior do que antes: ocupa cerca de 20% do conjunto de posições no início do coorte e cresce sensivelmente ao longo dos anos.

No que diz respeito ao conjunto de trajetórias femininas (108) e masculinas (194) da década de 1990 (*Gráfico 7*), a principal diferença está no movimento de derivação, com clara ida das mulheres para cargos de RP, especialmente nos últimos cinco anos. Esse é o período no qual a divisão sexual do trabalho identificada nas carreiras correlatas fica mais evidente, pois vemos também a ausência delas no audiovisual e no *web* e *design*, enquanto homens as dominam.

Gráfico 7: Efeitos de coorte e gênero somados (1990-1999)



Fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

Entre os cargos dentro da mídia, parece haver maior equiparação na distribuição de posições por gênero em relação à década anterior, com destaque para aumento de mulheres nas chefias médias. Nas discussões feministas da época (que compunham a chamada “terceira onda”, com debates pautados na diversidade entre as mulheres e nas relações de micropoder), havia um discurso preponderante de empoderamento feminino e exaltação das mulheres que conquistavam altos cargos. Talvez isso tenha se refletido no aumento quantitativo das chefias femininas. No entanto, por estar inserido numa perspectiva neoliberal, com foco nas

conquistas individuais, esse movimento não foi suficiente para causar impacto coletivo nas jornalistas, como veremos adiante.

4.1.4.3 Carreiras iniciantes nos anos 2000

O início dos anos 2000 é marcado por uma revolução tecnológica nas comunicações, cujos destaques são a internet de alta velocidade, ou banda larga, e a chegada da *web* como plataforma interativa, ou 2.0, na qual usuários comuns puderam produzir e publicar seus próprios conteúdos *online*.

Essa tecnologia permitiu conectar pessoas fisicamente distantes e fez surgir uma gama de novas possibilidades de negócios, ao mesmo tempo em que desencadeou a crise do antigo modelo de produção, também chamada de crise do terceiro estágio do capitalismo. Paradoxalmente, o avanço tecnológico desencadeou a precarização estrutural do trabalho: para manter a mais valia e o acúmulo de capital, a mão de obra foi ainda mais explorada e trabalhadoras(es) perderam direitos sociais (ANTUNES, 2018), sendo um cenário ainda mais difícil para as mulheres (FEDERICI, 2017).

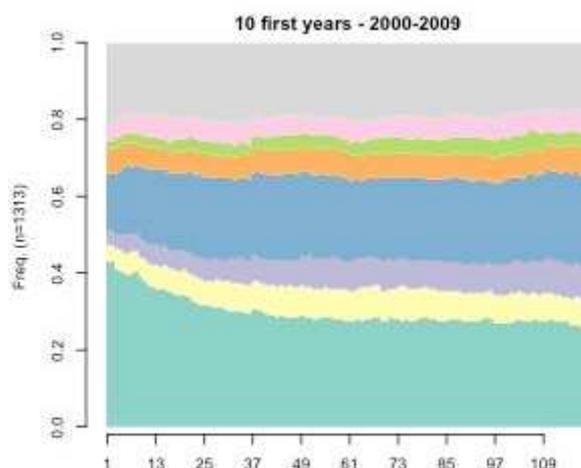
Essa metamorfose econômica e social afetou também a produção, a circulação e o consumo do jornalismo, que passou a investir pesado em infraestrutura e na produção de conteúdos cada vez menos dependentes do impresso e mais afinados aos novos recursos possibilitados pela *web*, como interatividade, hipertextualidade e multimídia (MIELNICZUK, 2003). Durante esse período de transição, empresas jornalísticas apostaram no melhoramento de seus sites e na configuração de equipes próprias para produzir conteúdo digital, embora essa empolgação inicial não tenha durado muito — o modelo de financiamento típico da fase anterior, baseado em publicidade, não sustentou o custo do jornalismo *online*, que era oferecido aos leitores de forma gratuita. Houve um ciclo de demissões e reconfiguração das redações pouco tempo depois. Blogs começaram a se fortalecer como espaços informativos e, ao mesmo tempo em que eram possibilidades de atuação para jornalistas, também tiravam dos profissionais a exclusividade dessa atuação, criando tensões no mundo do trabalho.

A partir de 2004, a chegada de redes sociais como *Twitter*, *Orkut*, *Facebook* e *LinkedIn*, e plataformas de vídeo como o *Youtube* intensificaram as transformações nas audiências, modificando a lógica produtiva dos jornais, requerendo novas habilidades de seus

profissionais e criando novos cargos para atender às demandas emergentes, como a intensificação da interação. Em muitos casos, a reorganização da “economia da escrita” criou demanda pelo perfil profissional multitarefa, aumentando o acúmulo de funções para jornalistas sem necessariamente aumentar sua remuneração.

Ao mesmo tempo, a mão de obra era cada vez mais abundante, pois o número de jornalistas formados aumentou devido às políticas de incentivo ao Ensino Superior no país, que multiplicaram a oferta de cursos de Jornalismo. Não por acaso, esse é o período em que temos mais jornalistas na base de dados iniciando a vida profissional: 1313 indivíduos. Apesar das grandes mudanças estruturais ao longo da década, os padrões de movimento de carreira são similares aos anos 1990, embora um pouco mais lineares. Assim como no período anterior, ao longo dos anos as posições de *jornalista* declinaram enquanto dentro da mídia aumentaram os cargos de editores e elites periféricas, e fora da mídia aumentaram os de relações públicas. A maior diferença é que as elites centrais nesse coorte são praticamente ausentes, reiterando uma vez mais a necessidade da experiência profissional para ocupar esses cargos (*Gráfico 8*).

Gráfico 8: Iniciantes nos anos 2000, ampliado



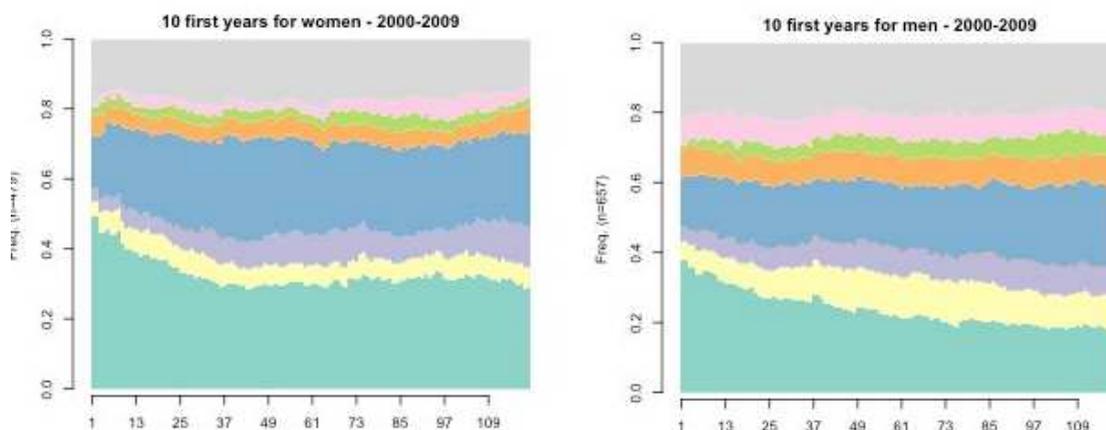
fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

No trabalho fora da mídia, assessorias continuam sendo o tipo de trabalho preponderante. O setor de Relações Públicas absorveu boa parte da nova mão de obra qualificada nos cursos de Jornalismo na década de 2000, pois o surgimento de novos nichos de mercado com a tecnologia fez crescer também a demanda por essas(es) profissionais.

Educação e pesquisa parecem ter tido sensível aumento de frequência com relação à década anterior — resposta ao aumento dos cursos de pós-graduação, e também à hiperconcorrência no mundo do trabalho associada à demanda por novas habilidades, o que pode ter levado profissionais a buscarem maior especialização. Posições de audiovisual e *web* e *design* não tiveram variação significativa de proporção, e trabalhos fora do jornalismo seguem ocupando cerca de 20% do total de atividades relatadas por essas(es) profissionais ao longo da década.

No recorte de gênero (479 mulheres e 657 homens), a proporção de atividades jornalísticas na segunda metade do período é maior entre elas do que entre eles, onde o movimento de derivação é preponderante (*Gráfico 9*). A presença de mulheres nas elites periféricas é similar à dos pares masculinos. Porém, a proporção de mulheres subeditoras é menor, acusando que elas aumentaram em número, mas não necessariamente em poder. Na década anterior o que ocorreu foi o contrário: havia proporcionalmente mais mulheres nas chefias médias do que nos anos 2000, mas essa ascensão foi de caráter individual, não demonstrando efeitos coletivos ao longo do tempo.

Gráfico 9: Efeitos de gênero e coorte somados (2000-2009)



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

No entanto, é observável a resiliência das mulheres em permanecer na profissão ao longo dos 10 anos analisados, mais do que seus colegas homens. Isso é curioso, pois essa gravitação ocorre justamente em um momento de grande exigência de adaptação (ao mundo digital), e maior flexibilização de trabalho e acúmulo de funções — a feminização associada à precarização.

Já no movimento de derivação, a genderificação das posições segue crescente, sobretudo entre os cargos de RP e audiovisual. Mulheres ocupam um pouco mais de cargos de *web* e *design* ao final do período. Contudo, a proporção de *outras* atividades é maior entre homens.

4.1.4.4 Carreiras iniciantes nos anos 2010

O coorte mais jovem da profissão inicia a carreira em um momento de múltiplas crises: o mundo sente os efeitos da crise econômica mundial de 2008, enquanto no Brasil ela se soma à delicada situação política iniciada em 2013, que ocasionou o golpe de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff em 2015, e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

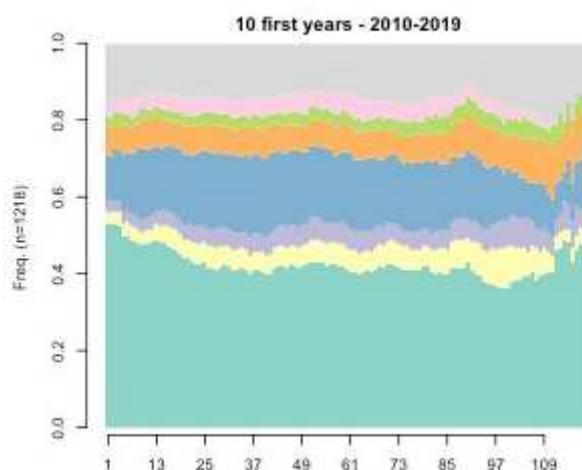
O jornalismo nesse período lidava com sua própria crise de governança (MICK; TAVARES, 2017), que pôs em xeque seu modelo de negócio, sua ética, sua função social, suas formas de relacionamento com os públicos e seus mecanismos de prestação de contas para com a sociedade. Durante a década de 2010, profissionais do jornalismo e outros trabalhadores de mídia foram demitidos em massa (os chamados passaralhos), e os que permaneceram nos empregos viveram um cenário de intensificação e precarização; jornais tradicionais, como *Jornal do Brasil* e *Gazeta Mercantil*, encerraram suas versões impressas; outros jornais, de relevância regional, fecharam as portas: *O Estado do Paraná* (2011), *Jornal da Tarde* (2012), *Diário do Povo* (2012), *Diário do Comércio* (2014), *O Sul* (2014), *Brasil Econômico* (2015), entre outros; novos arranjos do trabalho jornalístico (FÍGARO, 2018a) surgiram, sobretudo após 2012, como resposta à tentativa de sobrevivência na profissão; houve intensificação no uso da internet e principalmente de redes sociais; intensificou-se também a “mentalidade empreendedora” neoliberal, e as transformações no trabalho para dar conta dessa realidade.

A desregulamentação da profissão no Brasil, com o fim da obrigatoriedade do diploma para exercício da profissão em 2009 também teve consequências na década seguinte: a quantidade de cursos registrados no INEP/MEC diminuiu de 317 em 2010 para 285 em 2019 (BIANCHI, LIRA, VALENGA, 2019). Alguns cursos não chegaram a fechar, mas deixaram de oferecer turmas em determinados anos; paralelamente, a intensificação do ensino à distância como política governamental no país fez com que cursos dessa modalidade crescessem e absorvessem uma quantidade maior de alunos (os efeitos da EAD na formação

de jornalistas são algo ainda a ser estudado). Também é digna de nota a reformulação curricular, iniciada a partir de 2015, que incluía a obrigatoriedade do estágio para a graduação em Jornalismo (em todos os coortes anteriores, o estágio não era regulamentado).

Profissionais da base que iniciaram a carreira entre 2010 e fevereiro de 2019⁶⁹, data da coleta dos dados, são 1218 indivíduos (*Gráfico 10*). É o coorte que mais contém atividades dentro da mídia, ocupando quase 60% de todas as atividades registradas pelos profissionais, especialmente *jornalistas*, e com uma diferença notável: elas não tendem a declinar com o tempo como nas décadas anteriores, embora haja algumas oscilações. Esse aspecto pode ter a ver com o aumento do número de estágios no período, já que estudantes, nesta pesquisa, também foram codificados como *jornalistas*, e aparecem com mais frequência nesse coorte.

Gráfico 10: Iniciantes nos anos 2010, ampliado



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

Diminuem em relação aos coortes anteriores tanto as chefias médias quanto as elites periféricas, e não há registro de elites centrais, o que era esperado. O movimento de ascensão (diminuição de *jornalista* e aumento das chefias) começa a ocorrer apenas no último terço da década.

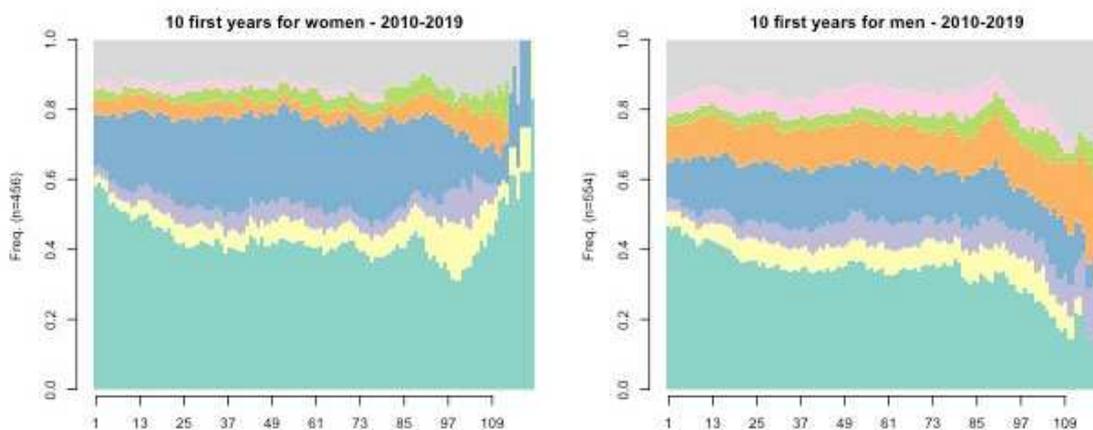
As assessorias passam por uma leve diminuição na frequência se comparada às décadas anteriores, mas ainda compõem a maior fatia entre os trabalhos fora da mídia. Cargos de audiovisual ficam mais frequentes, enquanto *web* e *design* aparecem menos — algo curioso, considerando o período de transformações do jornalismo e expansão do uso de redes

⁶⁹ Como não são 10 anos completos, é preciso desprezar a fração final dos gráficos, que está distorcida

sociais (de acordo com o *LinkedIn*, aliás, cargos associados a *social media manager* estão entre os de maior ascensão na plataforma, mas aparentemente, no Brasil, têm sido ocupados por outros profissionais que não as(os) jornalistas).

É destacável a disparidade entre trajetórias femininas (456) e masculinas (554) neste coorte (*Gráfico 11*). As diferenças só são menores do que na década de 1980, quando a feminilização do jornalismo estava no início. Em 2010, é perceptível que as crises do período intensificaram as diferenças de gênero observadas nas carreiras de 1990 e 2000: mulheres ocupando a base da profissão e cargos de relações públicas, enquanto homens estão mais nas chefias, no setor audiovisual e no *web* e *design*.

Gráfico 11: Efeitos de coorte e gênero somados (2010-2019)



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

No gráfico, as linhas entre as posições são acidentadas, indicando instabilidade, especialmente para mulheres. Antes dessa década, esse fenômeno havia chamado a atenção nos anos 1990, que foi outro momento de transformações econômicas e crise no trabalho.

Paradoxalmente, os anos 2010 foram marcados pela resistência feminista, que ficou conhecida como “quarta onda”: movimentos massivos como a Marcha das Vadias e a Primavera Feminista⁷⁰ trouxeram debates sobre violência misógina nas ruas e nas redes sociais, através de campanhas como #ChegadeFiuFiu (2014), #NenhumaMenos (2017) e #DeixaElaTrabalhar (2018), esta última focada na problemática do assédio sofrido por mulheres jornalistas. Nas universidades, políticas de cotas ampliaram a diversidade e os

⁷⁰ Como ficou conhecido o conjunto de movimentos articulados em rede que atuaram na exposição e no combate à violência contra as mulheres

debates sobre interseccionalidade, e nunca foi tão alto o número de mulheres tanto nas cadeiras dos cursos de Jornalismo quanto nas redações.

Mas o que os dados desta pesquisa dizem é que isso tudo não foi suficiente (ao menos não nesse tempo) para mudar a profissão: a sua estrutura permanece masculinista. A ampliação de disparidades de trajetórias profissionais masculinas e femininas evidenciam mais uma vez que, nos períodos de crise capitalista, são as mulheres que sofrem as maiores consequências.

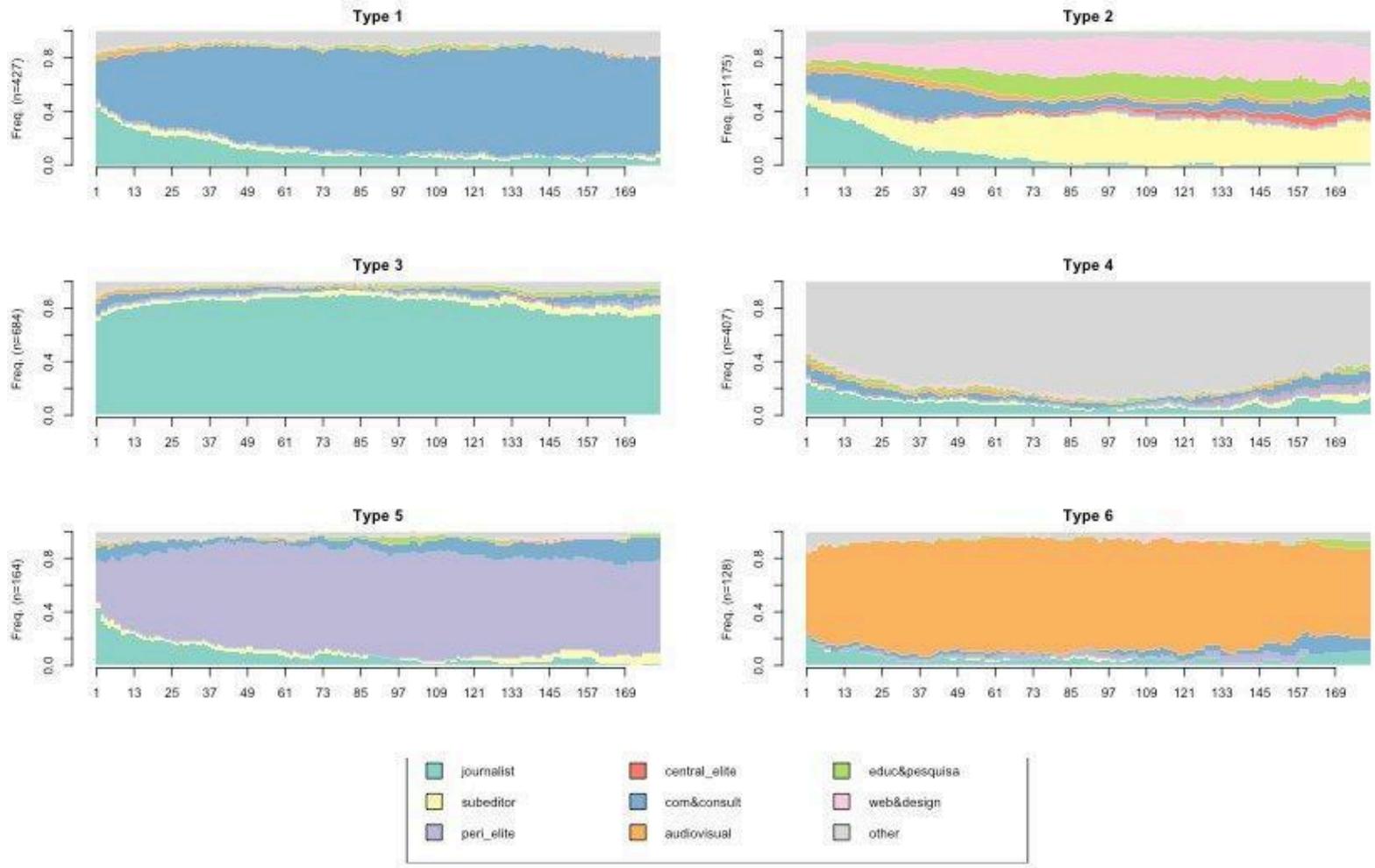
É preciso reconhecer, porém, a existência de esforços pontuais para reverter as desigualdades de gênero na profissão, como por exemplo a criação de cargos de editora de diversidade em jornais, já documentados por outros estudos (OLIVEIRA (2019); JAVORSKY (2020); JUNIOR, SANTOS (2019)). No *Gráfico 11*, a proporção de chefias médias (subeditoras) entre as mulheres aumenta sensivelmente nos últimos anos, indicando um crescimento desses cargos entre elas, mas são necessários outros estudos, com dados mais recentes, para avaliar se essa tendência se consolida com o tempo.

4.2 A TIPOLOGIA DAS CARREIRAS

Nesta seção busco verificar quais são os tipos de trajetória mais comuns entre os jornalistas da base de dados. Para isso, usamos o *TramineR* para gerar *clusters* que identificam os padrões mais frequentes nas análises sequenciais. A partir do exame desses *clusters*, verificamos os tipos mais comuns e os nomeamos nos seguintes grupos: 1) jornalistas que viraram relações públicas; 2) a miscelânea onde se encontram as elites; 3) jornalistas que permanecem sendo jornalistas; 4) jornalistas que atuam fora da profissão; 5) as elites periféricas; e 6) trabalho no setor audiovisual.

O *Gráfico 12* abaixo mostra esses padrões em conjunto, que depois serão tratados separadamente na descrição de cada tipo. Os gráficos contemplam os 15 primeiros anos das carreiras e podem ser lidos conforme os anteriores, seguindo os mesmos padrões de cores para cada posição.

Gráfico 12: Os tipos de carreira mais comuns para jornalistas brasileiros

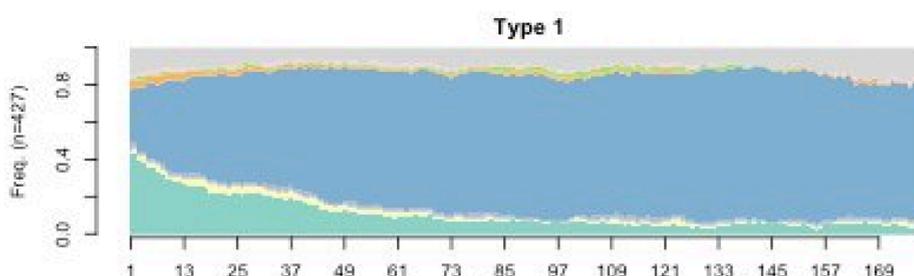


fonte: flexMedia Lives/ a autora

4.2.1 Carreiras do tipo 1: jornalista que virou relações públicas

O primeiro tipo de carreira, que contempla 427 jornalistas da base, diz respeito a sujeitas(os) que iniciam a vida profissional como *jornalistas* e depois migram para a carreira de relações públicas e consultoria, principalmente ao longo dos cinco primeiros anos, trabalhando principalmente como assessores de comunicação e imprensa. Esse movimento de derivação ocorre mais intensamente ao longo dos cinco primeiros anos (*Gráfico 13*).

Gráfico 13: Carreiras de relações públicas



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

Esse é um padrão de carreira tipicamente feminino, e quase não há chefias médias e elites periféricas, o que significa que essa migração para posições de RP vem de jornalistas que não subiram na carreira.

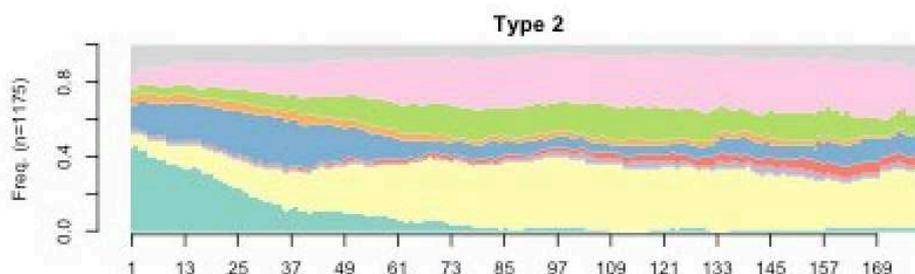
Aqui há pouca interação com outras áreas de trabalho fora da mídia, como audiovisual, educação e pesquisa ou *web* e *design*, ou seja, neste padrão de carreira, quem ruma para a área de RP costuma permanecer nela. Há também pessoas advindas de áreas fora do jornalismo, mas em menor proporção. No último ano, entre os 15 analisados, a frequência de *outras* tem leve aumento, sugerindo que algumas pessoas dispersaram totalmente do mundo do trabalho do jornalismo.

4.2.2 Carreiras do tipo 2: a miscelânea onde se encontram as elites

Esse é o tipo de carreira que abrange o maior número de indivíduos na base (1097), e é o mais complexo de descrever. É constituído principalmente (mas não apenas) de profissionais que trabalham nas grandes cidades. Trata-se de uma mistura entre posições jornalísticas e não jornalísticas, com a presença de cargos de chefia dentro da mídia (*Gráfico*

14). Uma movimentação intensa nos primeiros cinco anos praticamente acaba com as posições de *jornalista* e desenvolve uma bifurcação: após esse período, ou sujeitas(os) sobem na carreira e assumem posições de chefia em veículos jornalísticos (gravitação em direção ao centro), ou migram para áreas correlatas (derivação).

Gráfico 14: Carreiras híbridas



fonte: *flexMedia Lives/* a autora

As chefias aqui mencionadas são as médias, de subeditores, e as elites centrais. Não aparecem nesse tipo de carreira as elites periféricas, e isso traz uma constatação interessante: entre as trajetórias analisadas, as posições de elites periféricas não interagem com as elites centrais, ou seja, quem é chefe no interior ou em jornais menores dificilmente vira chefe em um grande veículo. Isso indica uma possível barreira à ascensão profissional, ou um teto, de origem geográfica.

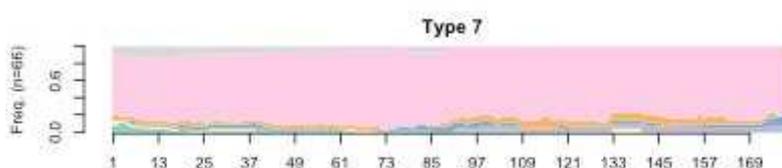
As chefias médias vão aumentando gradativamente ao longo dos três primeiros anos e após se estabilizam, seguindo na mesma proporção até o décimo ano, quando começam a diminuir novamente, ao mesmo tempo em que a linha das elites centrais começa a aumentar. Se já sabíamos pelas análises anteriores que é preciso experiência para chegar às melhores posições, o gráfico do tipo 2 demonstra o quanto: cerca de dez anos.

Mas mesmo nesse tipo de carreira, a gravitação não é o movimento mais frequente: no outro pólo da bifurcação vemos uma forte tendência à derivação, ou seja, especialmente no primeiro terço da linha temporal (5 anos). A principal área de migração é relações públicas e consultoria, cuja incidência vai diminuindo depois do quinto ano, enquanto outras áreas aumentam em proporção. Essa derivação difere do primeiro tipo, no qual as(os) sujeita(os) permanecem nas assessorias por longo tempo. Neste, não: profissionais se experimentam na RP, mas interagem também com outras áreas durante a carreira.

Educação e pesquisa também têm um papel importante nesse tipo de carreira, e ocupam uma fatia maior após o quinto ano de profissão. Uma forte presença de *web* e *design* também é notável, e a isso somam-se outras evidências (como a presença de subeditores) de que o tipo 2 é predominantemente composto por carreiras masculinas.

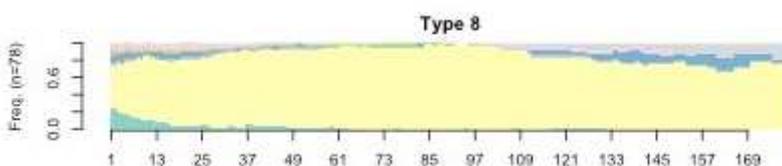
A fim de analisar mais a fundo os movimentos do tipo 2, o desmembramos em outros dois subtipos, que dizem respeito às duas posições de maior destaque (com as faixas de cores mais largas): *webdesigners* e subeditores (Gráficos 15 e 16).

Gráfico 15: Desmembramento do tipo 2, web e design



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

Gráfico 16: Desmembramento do tipo 2, subeditores



fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

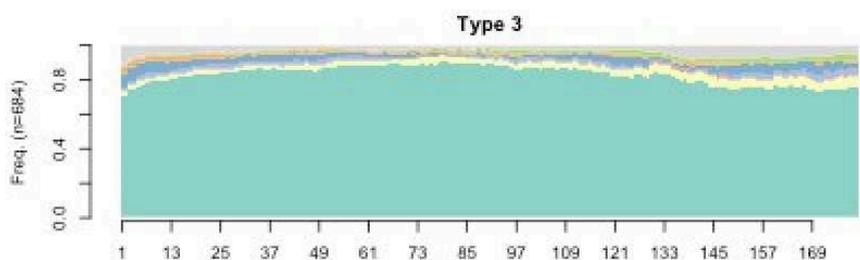
No caso dos que trabalham majoritariamente com *web* e *design* (Gráfico 15, tipo 7, 66 pessoas), fica claro que é um tipo de movimento que deriva pouco do jornalismo, e até mesmo de outras áreas. Em outras palavras, quem trabalha nessa área o faz desde o início da vida profissional. É um segmento pequeno, mas aparentemente estável de trabalho para jornalistas no Brasil.

Subeditores (Gráfico 16, tipo 8, 78 pessoas) vêm principalmente do jornalismo, mas advêm em menor proporção de outras áreas. A ocorrência dessas posições já no primeiro momento da carreira pode ser explicada ou pela multifunção associada ao trabalho em veículos pequenos, ou o preenchimento tardio do currículo no *LinkedIn*, desprezando as primeiras experiências profissionais. Em dez anos, uma parcela deles muda para RP ou faz outra coisa dissociada do trabalho jornalístico, mas não volta a ser jornalista de redação.

4.2.3 Carreiras do tipo 3: jornalistas que permanecem jornalistas

O tipo 3, que diz respeito a 684 indivíduos (*Gráfico 17*), representa aqueles que trabalham a vida toda como *jornalistas*, sem rumar para cargos de chefia ou para outras áreas com o passar do tempo (relembro que a categoria engloba desde estudantes de jornalismo até profissionais de amplo reconhecimento, como âncoras e repórteres especiais). Esse modelo de carreira é mais comum entre as mulheres, e tem pouca interação com setores fora da mídia (os momentos de maior interação são no início e ao final dos 15 anos analisados).

Gráfico 17: Jornalistas da base da profissão

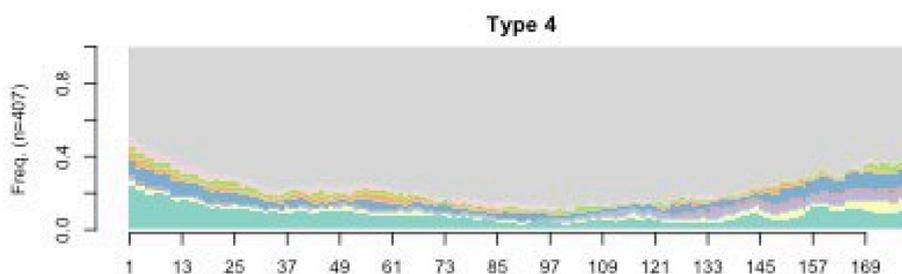


fonte: *flexMedia Lives*/ a autora

São poucas as menções a cargos de subeditor, embora elas cresçam sensivelmente ao longo do tempo. As possíveis razões para permanência nessas posições ou barreiras à ascensão profissional serão debatidas na seção de discussão, ao final do capítulo.

4.2.4 Carreiras do tipo 4: jornalistas que atuam fora da profissão

O tipo 4 diz respeito ao padrão de carreira de 407 jornalistas que trabalham fora do jornalismo durante a maior parte de suas trajetórias profissionais (*Gráfico 18*). Cerca de 20% dessas(es) sujeitas(os) começam trabalhando como *jornalista* ou estudando jornalismo, e outros 20% iniciam em áreas correlatas, mas esse cenário muda rapidamente: após três anos, metade desse contingente passa a exercer funções fora do mundo do trabalho do jornalismo.

Gráfico 18: Carreiras de jornalistas fora do jornalismo

fonte: *flexMedia Lives/ a autora*

Uma outra parcela de indivíduos já começa a carreira fora do jornalismo, e é curioso que essas pessoas, ainda assim, se identifiquem com a profissão. Entre o sexto e o décimo anos, quase todo mundo que possui esse padrão de carreira trabalha fora do jornalismo. Depois desse período, um movimento chama a atenção, ainda que minoritário: as curvas sobem tanto no jornalismo (inclusive com o aparecimento de chefias periféricas) quanto em áreas correlatas. Isso talvez indique uma inserção tardia na profissão, seja por aperfeiçoamento em outra área (como Economia ou Divulgação científica, por exemplo), que leva a(o) sujeita(o) a trabalhar na mídia como especialista, seja pela inauguração de veículo próprio.

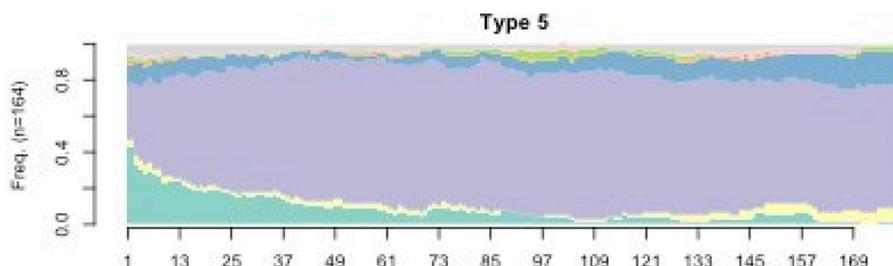
Não há um tipo de atividade correlata ao jornalismo que seja predominante nesse tipo de carreira, o que sugere que o caminho para a saída total da profissão não passa primeiro pelo movimento de derivação (seguindo a ordem gravitação → derivação → dispersão), e sim que essa mudança pode ocorrer de forma mais direta (jornalismo (gravitação) → fora do jornalismo (dispersão)).

4.2.5 Carreiras do tipo 5: as elites periféricas

O padrão do tipo 5 versa sobre aquelas(es) profissionais (154) que, em algum momento de suas carreiras, ocupam cargos de chefia em veículos de mídia brasileiros, com exceção daqueles 50 maiores veículos, esses considerados por esta pesquisa como elites centrais. Cerca de 40% das(os) profissionais que possuem esse padrão começa a vida como jornalista e passa gradativamente (ao longo dos cinco primeiros anos) a ocupar cargos de elite periférica. Uma parcela menor (cerca de 20%) vem de outras áreas para essa posição,

especialmente de RP. Até o décimo ano entre os 15 analisados, praticamente todos os indivíduos desse tipo ocupam chefias (*Gráfico 19*).

Gráfico 19: Carreiras de elites periféricas



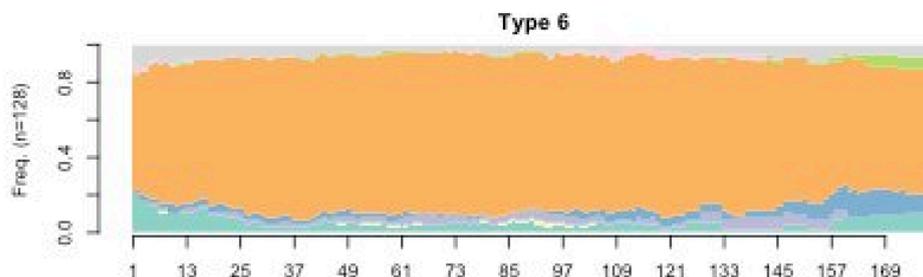
fonte: *flexMedia Lives/* a autora

Grande parte dessas pessoas permanece como elite periférica durante boa parte da carreira e, quando sai, vai para assessorias. O contrário não ocorre, pois quem ruma para a assessoria não retorna ao jornalismo depois: em nenhum dos tipos de carreira analisados, as assessorias diminuem enquanto atividades dentro da mídia aumentam.

Neste tipo não são encontradas elites centrais, reiterando a constatação de que as duas posições não interagem. Uma interpretação possível para isso, para além da falta de oportunidade, é a escolha — uma vida no interior, com menor necessidade de deslocamento, menores índices de violência e perto da família podem ser razões atrativas para jornalistas (especialmente mulheres) decidirem permanecer em cidades do interior, como Rocha (2004) demonstrou, ainda que isso signifique abrir mão da visibilidade oportunizada por uma carreira em grandes capitais

4.2.6 Carreiras do tipo 6: trabalho no setor audiovisual

Por fim, o tipo 6 contempla as carreiras do setor audiovisual. As 128 pessoas que têm esse tipo de carreira na base de dados passam a vida toda em posições dentro desse setor, talvez por ser uma área que exige habilidades e conhecimentos específicos em vídeo, compartilhados em pouca medida com outros profissionais. Cerca de 20% começam no jornalismo, e um pouco menos em *outras* atividades, mas se deslocam rápido para o audiovisual. Nos anos finais, aumenta ligeiramente a frequência de outras posições, principalmente de RP.

Gráfico 20: Carreiras audiovisuais

fonte: *flexMedia Lives/ a autora*

A identidade como jornalista desses indivíduos, provavelmente, existe por conta de trabalhos realizados dentro da mídia (como locutor, produtor, editor de vídeo, radialista, etc.).

4.3 DISCUSSÃO DO CAPÍTULO

Nos próximos parágrafos, procuro interpretar o conjunto de dados descritos no capítulo, organizando em tópicos as questões que considere mais relevantes. Em síntese, elas dizem respeito a: a) os primeiros anos das carreiras; b) o que acontece após a fase de consolidação; c) quem são as elites da profissão; d) se elas são realmente estáveis; e) o que os tipos de carreira têm a dizer sobre a configuração da profissão de jornalista no Brasil. A perspectiva feminista intersecciona cada uma dessas questões.

a) É nos primeiros cinco anos que se define a vida profissional

O início da vida profissional dos jornalistas é um momento onde ocorrem movimentações intensas nas carreiras, compatíveis com uma fase de experimentação, na qual sujeitas(os) testam diferentes possibilidades de emprego até encontrar algum que se encaixe em seu perfil de habilidades e ambições. Em todos os recortes analisados pela pesquisa, os primeiros cinco anos parecem decisivos para definir o que virá na sequência das trajetórias — após esse período, os gráficos tendem a demonstrar certa estabilização nos anos imediatamente subsequentes.

As posições de *jornalista*, que incluem estagiários e *trainees*, são sobressalentes no início do conjunto de trajetórias, mas tendem a diminuir rapidamente logo nos primeiros três anos, indicando ou a ascensão rápida, ou a saída rápida da profissão. Ainda que ser *jornalista*

possa ser a opção favorita da maioria das(os) profissionais no início da carreira, essa escolha não se sustenta com o tempo para muitos.

No Brasil, a carreira jornalística costuma ser iniciada ainda durante o período de formação, principalmente por conta dos estágios e treinamentos dados por organizações de mídia. Eles funcionam como uma espécie de filtro da profissão, ajudando a reconhecer e desenvolver habilidades e a gerir incertezas, e também garantem visibilidade aos futuros jornalistas (PEREIRA, 2021). A importância dos estágios cresceu principalmente após 2013, quando a reformulação curricular dos cursos de Jornalismo os torna obrigatórios, embora não resultem necessariamente na contratação da(o) profissional. A inserção na profissão segue sendo difícil, dependendo não somente de escolha individual, mas também de fatores externos, como o geográfico, a distribuição dos postos de trabalho, a origem da formação e ainda de outros aparentemente aleatórios, como sorte, oportunidade e acaso (PEREIRA, 2021).

Outro fator que pode explicar as intensas movimentações durante os primeiros anos das trajetórias é a precarização da profissão de jornalista. É preciso cotejar esses dados com outros indicadores, como a taxa de absorção dos egressos e os salários, por exemplo, para desenvolver a correlação entre inserção profissional e precarização, mas é fato que nem todo mundo consegue sobreviver com o salário inicial de jornalista. Isso é especialmente verdade quando se trata de jovens das periferias, que muitas vezes dependem exclusivamente do seu salário para sustentar-se (não possuem ajuda familiar, como as(os) de classe média). Sem um salário que dê conta, é possível que jovens de periferia desistam mais rapidamente da profissão, assim como pessoas negras, algo a ser desvendado em pesquisas futuras.

Em todos os coortes e para ambos os gêneros, mas especialmente para as mulheres a partir dos anos 2000, é expressiva a quantidade de ingressantes que já começam a carreira em assessorias de imprensa. Isso pode ter a ver com a dificuldade de inserção e condições de trabalho dentro da mídia, ao mesmo tempo em que há maior oferta de empregos nessa área, mas também pode estar relacionado a gosto pessoal, levantando a hipótese de que jovens podem procurar a faculdade de jornalismo como um meio de entrada na comunicação organizacional, já que a maioria desses cargos no Brasil é executado por jornalistas (algo que uma pesquisa qualitativa poderia confirmar). Diferentemente dos cargos de mídia, as posições de assessoria não diminuem ao longo do tempo — ao contrário, a tendência é aumentar, especialmente após dez anos de carreira.

Diferente de outros países como França e Portugal, aqui assessoria de imprensa é algo que pode ser exercido por jornalistas (NAVA; ZACARIOTTI; MOLIANI, 2022), mas trabalhadores de mídia e fora da mídia não possuem o mesmo estatuto, e nem o mesmo prestígio profissional, a despeito de assessores terem empregos mais estáveis e com maiores salários (NAVA; ZACARIOTTI; MOLIANI, 2022). Pesquisas como a de Pereira (2021) registram as duas razões pelas quais profissionais têm dificuldade de voltar para as redações após terem ido para assessorias: “sai da vitrine” — quando o jornal olha em volta para ver quem vai contratar, pega quem está fazendo matéria; e a(o) jornalista fica muito atrelada(o) à empresa a qual assessora (PEREIRA, 2021, p. 107). Isso faz inferir que, quando a derivação ocorre já no primeiro momento da carreira, pode ser difícil reverter.

b) O que acontece após a consolidação da carreira?

Passados os primeiros cinco anos, as carreiras tendem a entrar em uma fase de consolidação na qual, de maneira geral, as(os) jornalistas já têm conhecimento de suas habilidades e seus desejos com relação à vida profissional. Isso pode ser percebido nos gráficos, independente de coorte e gênero, por certa estabilização nos movimentos.

Quem permanece na profissão pode ou continuar exercendo funções jornalísticas como reportagem, pauta, entre outros (ver categoria *jornalista* na metodologia) ou rumar para um cargo de chefia média, tornando-se editor. Quem sabe, ainda, um(a) chefe de organização de mídia em pequenos e médios veículos, ou em grandes.

O caminho da edição não é almejado por todas(os) as(os) jornalistas, por se tratar de uma função mais administrativa, burocrática, que envolve tomadas de decisão editorial e relacionamento com outros públicos do jornal, como anunciantes, além do contato mais direto com os dirigentes das organizações. Sendo editores, profissionais deixam de exercer o contato mais cotidiano com as fontes e com a escrita das matérias, o que é considerado por muitos o trabalho jornalístico por definição. Por isso, muitos não querem. Outros acabam aceitando porque, sendo jornalistas “de rua”, não há muito para onde crescer, pois o plano de carreira de jornalistas é bastante limitado, ainda mais com o enxugamento das redações ocorrida nas últimas décadas.

Mas há também barreiras para chegar a essas posições, que vão além da simples decisão pessoal, e uma das mais evidentes é a de gênero. Como demonstrei ao longo deste capítulo, há diferenças marcantes de gênero nas trajetórias de jornalistas, e mulheres parecem

mais suscetíveis ao risco biográfico do que homens. Embora o contexto político, econômico, tecnológico e social impacte em todos os trabalhadores, ele é mais severo nas carreiras femininas, especialmente nos momentos de crise.

Cargos de edição são, em geral, melhor remunerados por lidar com certo poder. Mas também são cargos que exigem muito tempo e, por isso, são incompatíveis com uma estrutura social que impõe jornadas extras para as mulheres. As mulheres que conseguem adentrar às chefias médias são dotadas de determinadas condições sociais a que nem todas as profissionais têm acesso (BANDEIRA, 2019). Mulheres que são mais cuidadoras e não possuem rede de apoio, por exemplo, podem ficar excluídas da possibilidade de exercer um cargo que exige tamanha disponibilidade da profissional⁷¹. Este é um teto que impede mulheres de subirem na carreira. Isso é bem visível no gráfico geral, que compara carreiras de homens e mulheres: a parte amarela (que corresponde às chefias médias) é significativamente menor entre profissionais do sexo feminino.

É notável ainda que o percurso delas seja mais acidentado. Há mais mudanças de emprego ao longo dos anos, e isso se intensifica no terço final das trajetórias, momento que pode coincidir com casamento e filhos — traços do ciclo da vida que costumam impactar mais na vida das mulheres do que nos homens. As decisões pessoais e familiares, muitas vezes organizadas segundo uma lógica de divisão sexual do trabalho, somam-se ao contexto externo no rol de fatores que interferem nas trajetórias.

Curiosamente, o jornalismo parece atrair profissionais mulheres mesmo em condições difíceis — é nos momentos de maior transformação tecnológica, flexibilização do trabalho e crise de governança no jornalismo que elas crescem numericamente e, de certa forma, resistem mais a sair da profissão. Ou, então, permanecem por mais tempo por serem mais baratas aos contratantes, levando em conta a conhecida desigualdade salarial entre os gêneros. Porém, as jornalistas permanecem mais na base, com dificuldades de conquistar cargos altos, ao menos na chamada mídia de referência. Algumas encontram, ao longo da jornada, caminhos alternativos para obter algum poder, trabalhando em jornais menores ou mesmo criando seus próprios veículos, “arranjando-se” como elites periféricas⁷².

⁷¹ Por outro lado, estão menos sujeitas à violência contra jornalistas do que repórteres de rua, o que pode ser uma razão para que elas almejem esse cargo.

⁷² Uma olhada na base da dados constatou que algumas das profissionais que ocupam ou ocuparam cargos de elite periférica são proprietárias de jornais de interior, sites de nicho (esporte, cultura, sites para comunidades específicas (por exemplo, religiosas). Não foi a intenção desta pesquisa, neste momento, aprofundar em quantos desses veículos se enquadram na categoria de novos arranjos do trabalho jornalístico, cujas características foram definidas por Fígaro (2018a), Kikuti et. al. (2021), Costa *et al.* (2020) entre outros, mas muitos desses são

Isso falseia a ideia de que, no Brasil, a carreira das mulheres no jornalismo é mais curta do que a dos homens, ou seja, que o jornalismo é uma profissão que expulsa mais as mulheres. Mesmo em condições precárias, elas entram mais na profissão e permanecem mais, e um pequeno grupo é recompensado após certo tempo, com estabilização e até intensificação do vínculo, como uma espécie de recompensa para quem decide e consegue ficar. Esse movimento também foi observado por Bastin (2012) no caso das jornalistas francesas.

Voltando ao tema da ascensão de carreira, uma observação precisa ser pontuada sobre as elites periféricas: em um mergulho pelos dados, encontrei indícios de tentativas de distinção profissional, ou seja, intenção de inflar o currículo para parecer ocupar uma posição maior do que exerce realmente. Isso pode ser visto como consequência da plataformização e da lógica de redes sociais, pois nelas as(os) sujeita(os) mostram apenas aquilo que querem mostrar, escondendo nuances de suas vidas que consideram menos interessantes aos olhos dos seguidores (também possíveis empregadores) e de si próprios, maquiando, por consequência, traços de precarização no trabalho. Isso fica evidente em alguns perfis que indicam, por exemplo, ser “editor chefe”, mas a organização jornalística onde o cargo é ocupado é um blog, ou jornal laboratório⁷³, ou ainda um “criador de site” de um político⁷⁴. Em vários casos, a precarização se revela somente quando olhamos atentamente a descrição da atividade, como foi o caso dessa editora chefe de um jornal do interior do Rio Grande do Sul:

Figura 4: Evidência de precarização do trabalho em perfil do *LinkedIn*



Editora-chefe

Gazeta de Rosário

fev de 2011 - o momento · 11 anos 11 meses

Rosário do Sul e Região, Brasil

Editora-chefe do jornal, agregando funções de diagramadora e coordenadora de equipes, tanto na Redação, como nos departamentos Comercial e de Marketing. Redação e edição de reportagens para todas as editorias do veículo e diagramação de todas as edições impressas. Implantação de novo projeto gráfico e novo projeto editorial. Criação e administração de perfis em redes sociais e do site do jornal (www.gazetaderosario.com.br).

fonte: *LinkedIn*

pequenos e liderados por mulheres (FÍGARO, 2018b), no Brasil e na América Latina (LAFONTAINE; BREINER, 2017), o que é compatível com a maior presença delas nesses cargos de elite periférica.

⁷³ Neste caso, trata-se de um erro de codificação, ocasionado pela recodificação em massa. Como a recodagem foi feita no Open Refine a partir da coluna de posições, todos os “editores chefes” foram deslocados para as elites. Esse tipo de problema só fica visível ao olhar linha a linha, o que é difícil com essa quantidade de dados (a planilha possui quase 40 mil linhas). Esse é um dos limites de se trabalhar com *big data* e dados “desorganizados”, como os que lidamos nesta pesquisa.

⁷⁴ Idem. Este caso poderia ter sido codificado como RP&CONS ou WEB&DESIGN, a depender das informações contidas na descrição do cargo.

Nos limites desta pesquisa, não foi possível me aprofundar na análise da distinção de currículos, o que certamente é tema pertinente para pesquisas futuras. Se, por um lado, ela evidencia um limite metodológico no sentido de não podermos constatar a “vida real” dessas(es) profissionais, por outro lado demonstra um traço de organização social por plataformas que é super relevante se quisermos compreender as dinâmicas da profissão e do trabalho permeado por essas estruturas. E, mais uma vez, a presença significativa de mulheres nas elites periféricas pode reforçar a hipótese sobre a precarização no jornalismo ser maior no trabalho feminino (NUNES, 2020), com impacto direto na saúde das trabalhadoras (PONTES; LIMA, 2019).

c) As elites do jornalismo são menos estáveis do que imaginamos

Na base de dados, as pessoas categorizadas como elites centrais são pouco numerosas: 19 ao todo. A baixa presença das elites confirma o modo de utilização do *LinkedIn*, mais voltado a profissionais que buscam ingressar e se consolidar na carreira do que por quem já possui uma carreira consolidada. Embora não sirva como base para generalização estatística, um exame mais profundo nas trajetórias das elites nos traz questões interessantes a observar: a primeira delas é que, ao contrário da expectativa inicial de que as elites seriam cargos mais estáveis, duradouros, eles são somente parte da trajetória, durando em média 4,6 anos. Apenas três profissionais permaneceram em cargos de elite por mais de dez anos, dois como editores-chefe de revistas, e um como gerente de rádio. Somente cinco profissionais ocuparam mais de um cargo de chefia durante a trajetória profissional. A relativamente baixa permanência das pessoas nessas posições revela a pouca força gravitacional do mundo do trabalho de jornalistas: além de restrito, o núcleo da profissão é bastante permeável e não segura indivíduos ali. Razões para isso merecem ser levantadas em estudos posteriores.

Entre as 19 elites centrais, 12 são homens, seis são mulheres e uma pessoa não teve o gênero identificado pela pesquisa. Essa discrepância é reflexo da estrutura masculinista, patriarcal e familiar do jornalismo (VEIGA DA SILVA, 2014), especialmente do ecossistema midiático brasileiro, que mantém mais homens nas posições de poder, implicando em consequências para todos os degraus. As mulheres são bem vindas na profissão, especialmente as jovens (pois são o estrato mais explorado e mais mal pago), desde que não mudem a ordem vigente. Quando começam a produzir subversão (ou seja, quando a

feminilização se traduz em feminização no sentido positivo), a precarização pode virar ferramenta da crise nas mãos das empresas, e acabar freando o processo.

Outro aspecto é a senioridade das chefias: os cargos mais altos são reservados às(os) sujeitas(os) de trajetória longa na profissão. Dos 19, 13 (68,4%) iniciaram a carreira antes dos anos 2000 (sendo 5 (26,3%) na década de 1980 e 8 (42,1%) na década de 1990), demonstrando que jornalistas mais velhos(as) tendem à maior estabilidade dentro da profissão (gravitação) do que os mais novos. Essa porcentagem pode ser ainda maior, pois entre aqueles que iniciaram depois de 2000, quatro indicaram as posições de chefia como primeira experiência profissional, indicando que, provavelmente, o preenchimento do currículo no *LinkedIn* foi tardio, não constando os primeiros passos da carreira. Aliás, é importante assinalar a dificuldade em precisar os primeiros passos das carreiras dos ingressantes nas primeiras décadas analisadas, pois, pelo fato de o *LinkedIn* ter sido preenchido em retrospecto, algumas experiências de trabalho podem ter sido omitidas, ou porque a pessoa não lembra, ou porque não acha relevante constar.

d) Chefias saem da profissão? Derivação e dispersão entre as elites centrais

Contrariando o pensamento de que as chefias teriam trajetórias profissionais inteiramente forjadas em trabalhos dentro da mídia, os dados demonstram que quatro sujeitos tiveram pelo menos uma experiência de trabalho com RP ou consultoria antes de se tornar chefe de alguma grande organização midiática. Estudos como o de Pereira (2021), o *Perfil do Jornalista* (LIMA, 2021; MICK; LIMA, 2013) e os próprios dados gerais do *flexMedia Lives* demonstram as dificuldades em retornar para trabalhos dentro da mídia após passar um tempo fora delas, mas para as elites isso não necessariamente se aplica, o que talvez se explique porque o prestígio adquirido por esses profissionais ao longo da vida dá a eles essa possibilidade, marcando a diferença entre a elite e o restante dos jornalistas.

No entanto, seis profissionais ocuparam cargos em assessorias depois de terem sido chefes de alto escalão, denunciando que ter feito parte da elite da profissão não assegura a permanência nela. Outros três profissionais tiveram experiências com docência após terem trabalhado como chefes em organizações de mídia. A vida acadêmica pode se tornar atrativa pela possibilidade de compartilhar conhecimentos sobre a profissão (gosto) e também a manutenção de *status*.

Nenhum dos 19 analisados teve experiências totalmente fora do jornalismo. Isso confirma a percepção de que quem não sobe na carreira tem mais chances de sair do jornalismo (dispersão) do que aqueles(as) que alcançaram posições de chefia. Quem ocupou posições de prestígio na grande mídia utiliza seu capital social para continuar trabalhando com jornalismo ou habilidades jornalísticas, ainda que em áreas correlatas.

e) Os múltiplos padrões de carreira no jornalismo brasileiro

A análise sequencial produzida com os dados desta pesquisa permitiu a visualização de padrões de carreira no jornalismo, transformados em tipologias, algo inédito nas pesquisas da área do Brasil. Esses padrões nos permitiram compreender que o tipo mais comum de carreira no jornalismo não é linear, marcado por começo, meio e fim planejados e previsíveis, mas sim uma mistura acidentada de atividades profissionais afetadas por fatores internos e externos à profissão, confirmando o que pesquisas qualitativas já haviam descoberto.

Destaco ainda a genderificação das carreiras derivadas do mundo social do jornalismo. As posições em mundos do trabalho adjacentes ao jornalismo (relacionadas ao movimentos de derivação) também são genderificadas, e de maioria feminina, mas há uma nuance importante: os cargos de RP e consultoria são muito mais femininos (confirmando o que Nava, Zacariotti e Moliani (2022) encontraram nos dados do último *Perfil do Jornalista*), enquanto o audiovisual e *web e design* são muito mais masculinos.

Também é interessante perceber como as elites periféricas não conversam com as elites centrais. No gráfico do tipo 2, onde as elites centrais aparecem, quase não há presença de elites periféricas, e o mesmo acontece no tipo 5, onde as periféricas predominam. Isso quer dizer que quem alcança os cargos mais altos de tomada de decisão nas organizações jornalísticas não vêm dessas mesmas posições de jornais do interior, mas sim de veículos estabelecidos no triângulo Rio - São Paulo - Brasília, onde ficam as sedes das maiores organizações jornalísticas do país e seus conglomerados. Em outras palavras, existe um teto geográfico na profissão, que atinge até mesmo as elites. Não quero com isso insinuar que as chefias do interior almejam chegar aos grandes veículos (algo que só seria possível afirmar com entrevistas), mas sim dizer que esse movimento, se existir, é difícil de concretizar, considerando a estrutura da profissão observada a partir dos dados.

Os distintos tipos de carreira no jornalismo constroem nas pessoas diferentes acúmulos de conhecimento especializado, ideologias profissionais e estilos de vida,

denotando certa heterogeneidade da identidade profissional (LE CAM; PEREIRA; RUELLAN, 2019). Tão instigante quanto as várias identidades possíveis dentro da profissão é a identidade de quem sai do jornalismo, mas continua se considerando jornalista, ou quem um dia já trabalhou como jornalista mas passou boa parte da vida profissional trabalhando com outras coisas. Nesta pesquisa, as trajetórias dessas(es) sujeitas(os) estão contempladas no tipo 4, com 407 indivíduos. Formação em curso de Jornalismo, compartilhamento de valores éticos associados à profissão e reconhecimento de si como agente de mudança social são algumas razões para a manutenção dessa identidade mesmo sem a manutenção da carreira jornalística, mas ainda há necessidade de compreender como isso se dá ao longo do tempo, tendo em vista as mudanças estruturais da profissão.

As tipologias demonstram que a profissão de jornalista é plural, tendo variadas possibilidades de trajetória e de emprego, incluindo trabalhos dentro da mídia que passam longe do modelo de jornalista que trabalha em uma redação, embora este ainda seja um tipo ideal encontrado com frequência na literatura e nas referências do ensino de Jornalismo. Na prática, o jornalismo está sendo produzido no celular, em casa, em cafés com *wi-fi*, em espaços de *coworking* entre outros, na medida em que as redações ficam cada vez menores e mais vazias; jornalistas trabalham com notícia, mas na gestão de sua sobrevivência também produzem para mídias sociais, *branded content*, audiovisual, *design*, comunicação organizacional, assessoria, consultoria, entre outros, transitando com frequência do mundo do trabalho do jornalismo para outros adjacentes.

Essa condição porosa e pouco clara das fronteiras do mundo social traz a hibridização como característica do trabalho de jornalistas, não como exceção ou desvio, mas como parte estruturante da profissão. A hibridização não é novidade, afinal o jornalismo ocidental se relaciona desde sua gênese com áreas como a política e a literatura, mas é nova a proximidade com as áreas de mídias sociais e *marketing* (a conexão tornou-se menos intelectual, e mais comercial) — algo que põe em risco seu pacto de confiança com o público e, no limite, a existência do mundo social. É uma particularidade do momento atual e consequência da plataformização das relações sociais, que transfere também para as redes a circulação de notícias, deixando o jornalismo à mercê das regras e algoritmos das empresas de tecnologia.

Por fim, a variedade de padrões demonstra não ser possível falar sobre uma definição única e estreita do que o jornalismo é ou do que faz a(o) jornalista, como pretendem algumas teorias normativas, pois isso pressupõe uma coerência não encontrada na profissão. Nas

palavras de Deuze (2019, p.3, tradução livre⁷⁵), há uma “bagunça intrínseca ao nosso objeto de estudo, apenas amplificada e acelerada por mudanças nas condições de trabalho, tecnologias de informação e comunicação, e modelos de negócios”.

⁷⁵ no original: “(...) acknowledging the messiness intrinsic to our object of study, only amplified and accelerated by changes in working conditions, information and communication technologies, and business models.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, procurei contribuir para o entendimento, a partir de uma perspectiva feminista, de como são as trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil. A amostra, de quase 3 mil currículos, não é representativa do conjunto de jornalistas do país, mas ainda assim permite compreender aspectos importantes da profissão, tais como a diversidade de caminhos possíveis para as(os) trabalhadoras(es), mais ou menos convergentes ao mundo social a depender do risco biográfico de cada época, do gênero e de características sociodemográficas. Igualmente importante é reconhecer a característica híbrida das funções que compõem o trabalho de boa parte das(os) profissionais na indústria fragmentada e flexibilizada que é o jornalismo, pois isso nos ajuda a ver a profissão de uma forma mais aberta, livre de pressupostos que engessam a definição do que a(o) jornalista é, ou deveria ser. Na análise das funções exercidas por jornalistas, fica claro que a hibridização não é desvio (Becker, 2008), mas sim regra em boa parte do trabalho das(os) profissionais, evidenciando que é preciso revisar o que se entende por trabalho jornalístico.

Além disso, há múltiplas formas de permanecer na carreira de jornalista, diversificá-la, e até mesmo de desistir dela. Nesta pesquisa, a tipologia criada a partir dos dados permitiu entender quais são os padrões mais comuns, e como eles se constroem ao longo do tempo. Um exame mais minucioso em algumas carreiras individuais observou movimentos que são ora previsíveis, ora aparentemente aleatórios, incluindo a ida de chefias para cargos mais “baixos” na redação, a ida de jornalistas de carreira para assessorias, entre outros. Entrevistas em pesquisas posteriores poderiam ajudar a compreender melhor as trajetórias “errantes”; por hora, o que elas nos revelam é um sintoma de insucesso do mundo social em manter indivíduos dentro da sua órbita, embora ele ainda tenha alto poder de atratividade (vide a quantidade de jovens que tentam ingressar ou ingressam nos cursos de jornalismo todos os anos no país). Resta ainda compreender por que ele segue sendo tão atrativo, e para quais tipos de pessoas.

Optei por propor experimentações tanto epistemológicas quanto metodológicas para estudar a profissão de jornalista e o mundo do trabalho do Jornalismo, o que resultou em dois enormes desafios. O ineditismo carrega com ele os impasses típicos da abertura de caminhos, além da responsabilidade adicional de documentar bem os passos para que outras(os) pesquisadoras(es) um dia possam segui-los, ou, quem sabe, contestá-los. Por isso mesmo, a

seguir proponho uma reflexão mais demorada, um “pensar sobre o fazer” a respeito dos dois desafios acima mencionados.

Em termos teóricos, sugeri olhar para o objeto e suas transformações a partir de uma perspectiva feminista, o que significa entender as desigualdades de gênero, raça e classe não como um problema adicional para a profissão, mas sim como a questão que estrutura todos os demais problemas, o que demandou um esforço de construir diálogo entre teorias do Jornalismo, especialmente as que versam sobre suas recentes transformações estruturais, a Sociologia do Trabalho e das Profissões, para entender o impacto dessas transformações nas(os) trabalhadoras(es), e os estudos feministas interdisciplinares. A ideia de trazer um olhar feminista para a pesquisa surgiu do entendimento de que as desigualdades estruturais já existentes no jornalismo foram acentuadas pela crise de governança, que está intimamente atrelada às crises cíclicas do sistema capitalista, e ela impacta particularmente o trabalho de mulheres. Tal percepção demandou questionar o modo dominante de conhecer a realidade, masculinista e pretensamente universalizante, e substituí-lo por um valor relativo a gênero.

Entre as contribuições trazidas por autoras e autores vindos das Ciências Sociais, da História, da Filosofia, da Comunicação e do Jornalismo para esta pesquisa, destaco a ligação direta percebida entre precarização e feminização do jornalismo, e ela é a chave para entender o mundo do trabalho de jornalistas no Brasil. Trabalho precarizado significa falta de infraestrutura, rotina intensa, instabilidade (ou risco de ser demitida(o)/ver colegas sendo demitidas(os)), acúmulo de funções, falta de tempo para a produção de notícias, falta de autonomia para tomar decisões, insatisfação, possibilidade de adoecimento em função laboral, baixa remuneração e risco de sofrer assédio e violência (NICOLETTI, 2019), e muitos desses sintomas, especialmente os três últimos, acometem mais as profissionais do sexo feminino.

Nesta pesquisa, procurei olhar para a profissão a partir de suas relações de poder, visíveis na distribuição de posições de trabalho ao longo do tempo, e especificamente para os efeitos da presença de mulheres, ainda que muitos desses efeitos só possam ser explicados a partir das subjetividades que impactam nas escolhas profissionais — algo que uma pesquisa quantitativa como esta não dá conta de apreender. Mas a revisão bibliográfica aliada ao trabalho com os dados do *LinkedIn* permitiram mensurar e entender fenômenos importantes das carreiras de jornalistas, como as barreiras para ascensão profissional influenciadas por gênero, senioridade e localização geográfica (os chamados “tetos de vidro”, no plural), maior derivação feminina (ligada à maior exploração e precarização delas em empregos no

jornalismo) e movimentos distintos nas trajetórias de homens e mulheres, deixando clara a existência de genderificação das carreiras tanto dentro quanto fora da mídia.

A análise do efeito do gênero foi feita em conjunto com a do risco biográfico, para ver como o momento de entrada na profissão (década de 1980, 1990, 2000 ou 2010) influencia nas trajetórias. Há diferenças visíveis entre as gerações de jornalistas brasileiras(os), tanto com relação ao tipo de trabalho predominante em cada época quanto com relação à estabilidade do conjunto de jornalistas nas suas posições. Isso confirma que há influência do contexto político, econômico, tecnológico, e da configuração do jornalismo brasileiro nas carreiras, aspectos coletivos que se somam aos individuais nas escolhas profissionais (PEREIRA, 2012).

Decidi pesquisar as trajetórias profissionais a partir do paradigma sequencial do estudo de carreiras, conforme proposto por Gilles Bastin. Esse paradigma intenciona compreender a profissão a partir das sequências dos movimentos de carreira de um conjunto de sujeitas(os). Isso demandou o uso de uma metodologia própria, que utiliza *big data* como fonte e foi desenvolvida em parceria entre cientistas da Sociologia e da Tecnologia da Informação, no âmbito da pesquisa comparativa internacional *flexMedia Lives* (MICK; KIKUTI; BASTIN, 2020).

Reconheço que utilizar uma metodologia criada por homens no norte global para pesquisar jornalistas da América Latina com viés feminista pode causar certo estranhamento, pela escolha que é ao mesmo tempo paradoxal e disruptiva. Na realidade, quis aproveitar o enorme privilégio de poder produzir a tese no contexto de uma pesquisa internacional, pois isso me possibilitou dialogar e aprender com pesquisadores de referência no estudo de carreiras na França e no mundo, trazer para cá uma perspectiva teórico-metodológica inovadora nas Ciências Sociais e ainda importar a tecnologia que permitiu analisar um volume expressivo de trajetórias de jornalistas brasileiras(os), com possibilidade de compará-las mais adiante com as de jornalistas francesas(es). Contudo, dei minha própria contribuição à metodologia internacional ao criar códigos novos para estudar a profissão, a formação superior e o sistema de mídia brasileiro, adequados ao contexto deste país, mesmo esbarrando no limite típico das pesquisas comparativas internacionais que é buscar o mínimo denominador comum entre diferentes realidades, com pouco espaço para especificidades locais.

Como o *flexMedia Lives* foi elaborado na França, e lá as questões de raça não são preponderantes nas pesquisas sociais (pior: lá não é nem permitido coletar informações sobre

raça), esses dados inexistem, ou não são claros. Talvez por isso, nem tenha sido uma questão para a pesquisa que o *LinkedIn* não contenha dados sobre raça de jornalistas, algo que, na realidade brasileira, seria importantíssimo, pois marcadores de raça e classe ajudam a compor o cenário de desigualdades estruturais em nossa sociedade, juntamente com o gênero. A ausência dessas informações inviabilizou a produção de análises interseccionais e, com isso, limitou a potencialidade do uso da categoria de análise do gênero, pois, nos limites desta tese, não foi possível desenvolver estratégias auxiliares de captação de dados, algo que uma pesquisa futura poderá fazer.

Esse é um dos riscos de se trabalhar com *big data* — ter muitos dados disponíveis mas, ao mesmo tempo, não necessariamente tudo o que se precisa para realizar determinadas pesquisas. A ausência de dados sobre raça e classe dá pistas importantes sobre quais informações são consideradas relevantes ou não para uma plataforma de busca de empregos e socialização profissional como o *LinkedIn*. A suspeita é de que a inexistência desses dados reforce estruturas sociais opressoras e dificulte estratégias de diversificação de equipes em organizações, e não o contrário.

Relembro que a coleta foi feita de maneira semi-automática, de forma “netnográfica” (KOZINETS, 2009), com aplicações de TI capazes de explorar novas fontes de dados na internet e extrair informação pertinente dessas fontes de forma estruturada — ao que Bastin (2015) chama de enquete indireta (no termo em francês, *enquête indirecte*). As informações coletadas foram de três grupos: gerais, de formação escolar e de experiência profissional, além das datas de início e fim de cada atividade (educacional e profissional), para viabilizar a análise longitudinal. Elas foram adicionadas na plataforma pelos usuários, permitindo identificar a maneira pela qual jornalistas constroem narrativas sobre suas carreiras, como descrevem suas trajetórias em um ambiente de “vitrine”, e que atributos costumam destacar. Além disso, foi possível observar o surgimento de novos tipos de emprego e funções, o que dificilmente aconteceria em uma pesquisa que partisse de categorias pré-estabelecidas do que constitui o trabalho jornalístico.

Contudo, basear-se nas informações concedidas por usuários constituiu um viés, já que algumas carreiras parecem mais prósperas e lineares no *LinkedIn* do que são na realidade. A rede é mais usada por profissionais mais jovens, e parece ser avaliada como mais útil por quem busca emprego do que por aqueles que já o possuem (JOHNSON, 2011). A tendência é que carreiras mais estáveis dêem menos atenção ao perfil na rede social, enquanto quem ainda está consolidando sua vida profissional detalhe mais suas atividades. Isso explica a tentativa

de distinção presente em alguns currículos.

Essas constatações, contudo, não invalidam a qualidade dos dados, uma vez que a pesquisa não ambicionou servir como retrato fiel da realidade profissional de jornalistas brasileiras(os) — se assim fosse, outros métodos de captação de dados teriam sido cogitados primeiro. A ideia foi muito mais compreender o quê as informações concedidas pelas(os) trabalhadoras(es) dizem sobre suas próprias trajetórias, tendo consciência de que o processo de plataformização de várias atividades sociais, entre elas a forma como profissionais se vêm e se “vendem” publicamente, transforma, em alguma medida, o próprio mundo do trabalho.

Ainda com relação ao uso de *big data*, considero importante reforçar a necessidade de avançarmos neste domínio, até mesmo para conseguir pensar maneiras de pesquisar nesse novo campo que é o código. Estudos como este requerem estrutura e competências específicas para desenvolvê-los, como habilidades na área de programação, o que não é comum entre cientistas das Ciências Sociais e do Jornalismo no Brasil. Para analisar os dados brasileiros, o professor Gilles Bastin e Antoine Machut atuaram diretamente no *R Studio*, enquanto eu observava, aprendia, checava a base de dados e auxiliava nas interpretações. Esse é outro desafio de pesquisas internacionais: as diferenças de *expertise* entre as equipes. Para lidar com o R, é necessário certo conhecimento na área de estatística, além de conhecer a própria linguagem de programação e as funções disponíveis no *software*. Aprimorar essas habilidades é fundamental para ampliar a autonomia em pesquisas desse tipo no país.

Esta pesquisa cumpriu com os objetivos propostos, contribuindo, à sua maneira original, com os estudos sobre trajetórias de jornalistas no Brasil. Ainda há muito a ser estudado na área, e ao longo do desenvolvimento da tese fui identificando algumas dessas lacunas, já assinaladas ao longo do texto e que agora serão reunidas e apresentadas em síntese, na forma de agenda de pesquisa. Ela foi organizada a partir de três eixos temáticos: profissão de jornalista, formação em Jornalismo, e inovações teórico-metodológicas na pesquisa sobre o trabalho de jornalistas.

Quadro 6 - Síntese da agenda de investigações para o trabalho de jornalistas

Campos temáticos	Tópicos de investigação
Profissão de jornalista	<ul style="list-style-type: none"> - Estudo sobre quais tipos de pessoas deixam mais rapidamente a profissão (em perspectiva interseccional) - Permeabilidade do núcleo da

	<ul style="list-style-type: none"> - profissão/instabilidade das elites - Motivações para escolha de assessorias como primeiro emprego para estudantes de jornalismo - Diferenças de trajetórias entre tipos de mídia (impresso, TV, rádio e internet) e alcance da mídia (local, regional, nacional) - Diferenças de trajetória por tipo de formação (escola e curso) - Diferenças de trajetória por região do Brasil (ou cidade)
Formação em Jornalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Motivação para ingresso nos cursos de Jornalismo, em perspectiva interseccional - Efeitos da educação à distância na formação em Jornalismo - Entender que tipos de competências são distintivas para uma melhor inserção/evolução profissional, e se mudam conforme o gênero - Entender se as oportunidades profissionais são influenciadas pelo local de formação (escola, região)
Inovações teórico-metodológicas	<ul style="list-style-type: none"> - Colocar gênero, raça e classe no centro das discussões sobre as crises do jornalismo - Pensar as tipologias como subsídio para avançar nas contribuições teóricas para a pesquisa em Jornalismo - Popularizar a utilização de <i>big data</i> na pesquisa em Jornalismo - Melhorar a <i>expertise</i> de trabalho com dados - Entender os efeitos da plataformização das carreiras no mundo do trabalho de jornalistas - Comparar jornalistas com outras profissões liberais - Comparar jornalistas com outros profissionais da comunicação, tais como relações públicas, <i>marketing</i> digital, publicitários, audiovisual - Comparar jornalistas brasileiros com as(os) de outros países

fonte: a autora

No eixo profissão de jornalista, há necessidade de estudos sobre quais tipos de pessoas deixam mais rapidamente a profissão, em perspectiva interseccional, aliando especialmente gênero, raça e classe. Estudar a derivação e a dispersão é importante porque são indicativas da continuidade ou dissolução do mundo social. Outro tópico que vale investigar é os graus de permeabilidade e permanência do núcleo da profissão, uma vez que a estabilidade é menor do que se pensava nos cargos de elite.

Os dados obtidos pelo *flexMedia Lives* e organizados durante o trabalho desta pesquisa são bastante ricos sobre as características formativas e de trabalho de jornalistas brasileiros, mas ainda não foram totalmente explorados. Eles têm a capacidade de fornecer, para pesquisas futuras, elementos que ajudem a compreender diferenças de trajetórias profissionais por tipo de mídia (impresso, TV, rádio e internet) e alcance da mídia (local, regional, nacional), ou qual a influência da escola e do curso de formação nas entradas da profissão, ou ainda estratificar as trajetórias de jornalistas por cidade ou região, podendo inclusive intersecciona-los com gênero e coorte, interagindo com fatores como públicos e noticiabilidade específicos de determinados locais.

Com relação à atratividade do mundo social, é interessante desvendar duas questões: a primeira é por que o jornalismo continua sendo atrativo para jovens estudantes, mesmo com crise do setor e diminuição contínua dos postos de trabalho. Especialmente, quais as razões para mulheres, jovens negras(os), da periferia e indígenas escolherem a profissão nesse contexto. A segunda questão é entender mais sistematicamente os motivos pelos quais cada vez mais jornalistas recém-formados escolhem assessorias, ao invés de empregos de mídia, como suas primeiras experiências profissionais.

Sobre a formação em Jornalismo, é preciso entender os efeitos do aumento de cursos à distância no mundo do trabalho. Resultado de recentes políticas educacionais do governo brasileiro, as formações em EAD explodiram no país, formando anualmente milhares de profissionais, sem necessariamente haver postos suficientes no mercado de trabalho para acolhê-los, a depender da área. No caso do jornalismo, onde a quantidade de vagas é cada vez menor do que o número de formados, intensifica-se a necessidade de avaliar a pertinência e, principalmente, a qualidade da formação oferecida à distância, para uma profissão cuja *expertise* consiste principalmente no contato com as pessoas e na interpretação dos acontecimentos sociais.

É relevante ainda compreender quais são as competências adquiridas ao longo da formação que ajudam jovens jornalistas a se inserirem com mais facilidade no mundo do

trabalho e a permanecerem trabalhando como jornalistas, e também quais são decisivas para romper os tetos e paredes de vidro (MOURA, 2022) da profissão.

Por fim, no eixo teórico desta agenda de pesquisa, é preciso reforçar a quantidade de estudos que coloquem as questões de gênero, raça e classe no centro da discussão sobre as crises do jornalismo. Isso requer o reconhecimento de que as crises do jornalismo são consequências das crises do capitalismo, e portanto são estruturadas pelos mesmos problemas sociais, gerando efeitos mais degradantes sobre os corpos femininos, negros e periféricos. Aprofundar o exercício de revisitar as teorias do Jornalismo com esse olhar, assim como esta pesquisa procurou fazer, pode trazer pistas mais consistentes sobre o que o jornalismo foi e está se tornando.

A tipologia de carreiras de jornalistas resultante desta tese pode servir como subsídio para avançar nas contribuições teóricas para a pesquisa em Jornalismo, pois ela identifica coisas importantes sobre a profissão, entre elas o fato de que a miscigenação com outras áreas da comunicação não é exceção ou desvio, mas sim parte da realidade profissional de jornalistas no contexto brasileiro, compondo o cenário do trabalho na América Latina identificado por Gago (2018). Pensar teorias do Jornalismo a partir dessa constatação, além de identificar padrões dentro das carreiras híbridas, é um grande desafio a ser enfrentado nos próximos anos por estudos na área.

Na metodologia de pesquisas sobre a profissão, popularizar o uso de *big data* como fonte de dados pode ajudar a compreender questões inéditas ou pouco exploradas, muitas delas relacionadas ao contexto de plataformização das relações sociais, como a representação profissional de si, aferição de capital cultural de jornalistas *influencers*, os próprios efeitos da plataformização nas carreiras de jornalistas ou ainda os movimentos de carreira, os quais essa pesquisa explorou de maneira inédita e estudos posteriores poderão aprimorar.

Por fim, é relevante pensar as trajetórias de jornalistas em perspectiva comparativa, com jornalistas de outros países (como o *flexMedia Lives* irá fazer), e também em conexão com outros mundos do trabalho, tais como diferentes profissões liberais, incluindo as demais áreas da comunicação como relações públicas, publicitários, trabalhadores do audiovisual e do *marketing*, advindos de outros tipos de formação e com identidades profissionais distintas.

6 REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. Sequences of Social Events: Concepts and Methods for the Analysis of Order in Social Processes. **Historical Methods: A Journal of Quantitative and Interdisciplinary History**. v. 16 n.4, p. 129–147, 1983. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01615440.1983.10594107>. Acesso em 12 jan. 2023.

AGNEZ, Luciane Fassarella. **Identidade profissional no jornalismo brasileiro: a carreira dos correspondentes internacionais**. 2014. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17031/1/2014_LucianeFassarellaAgnéz.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

ANDERSON, CW; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo Pós-Industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo da ESPM**, ano 2, n. 5, p. 30- 89, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANDEIRA, Ana Paula B. S. **Jornalismo e Feminização da Profissão: um estudo comparativo entre Brasil e Portugal**. Tese (Doutorado em Comunicação) - Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/35628>. Acesso em 12 jan. 2023.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil - 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARBOSA, Marialva. Mundo do jornalismo e história do tempo presente: Um olhar sobre o jornalismo dos anos 1980 no Brasil. **Media & Jornalismo**, v. 21, n. 39, p. 101-116, 2021. https://doi.org/10.14195/2183-5462_39_5. Acesso em 12 jan. 2023.

BASTIN, Gilles. Analyser les carrières de journalistes dans les mondes de l’information: propositions pour une enquête indirecte sur le réseau LinkedIn. In: LETEINTURIER, C.; FRISQUE, C. (Eds.). **Saisir les espaces professionnels des journalistes: Des corpus quantitatifs aux analyses qualitatives**. Paris: Presses de l'Université Paris II Assas, 2015. Disponível em: <https://hal.science/hal-01386990/document>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. Gravitation, aléa, séquence. Variations sociologiques autour du concept de carrière. In: DEMAZIÈRE, D.; JOUVENET, M. (org.). **La sociologie d’Andrew Abbott**. Presses de l’EHESS, v. 2, p. 195-216, 2016. Disponível em: <https://hal.science/hal-01385699/document>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. **Linked(in) Journalism: Convergence and divergence in newsmen’s career patterns**. European Communication Research and Education Association. Istanbul, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267452491_Linked_in_Journalism_Convergence_and_Divergence_in_Newsmen%27s_Career_Patterns. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. Newsworkers and their gendered careers: Findings of a longitudinal analysis of LinkedIn profiles of French journalists. **Textual and Visual Media**, v. 5, p. 17-30, 2012. <https://shs.hal.science/halshs-00945257/document>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. Paradox of the Pariah: Toward a Weberian Understanding of Modern Journalism. **Max Weber Studies**, v. 13, p. 216, 2013.

_____; MACHUT, Antoine. Gravitation et dispersion dans les carrières des journalistes passés par la presse quotidienne nationale. **Temporalités**, n. 23, 2016. Disponível em: [hal-01382317](http://temporalites.revues.org/3403) ; <http://temporalites.revues.org/3403>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____.; TUBARO, Paola. Le moment big data des sciences sociales. In: **Revue française de sociologie**, v. 59, n.3, p. 375-394, 2018. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2018-3-page-375.htm?ref=doi>. Acesso em 12 jan. 2023.

BECKER, Howard. **Art Worlds**. Berkeley: University of California Press, 1982.

BELL, Emily; OWEN, Taylor; BROWN, Peter, HAUKA, Codi; RASHIDIAN, Nushin. A imprensa nas plataformas: como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. **Revista de Jornalismo da ESPM**, v. 20, n. 6, p. 48-83, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.7916/D8D79PWH>. Acesso em 12 jan. 2023.

BERGAMO, Alexandre. “Antigos” e “novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: uma identidade profissional em disputa. **Política & Sociedade**, v. 19, n. 45, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/175-7984.2020v19n45p337>. Acesso em 12 jan. 2023.

BERGSTRÖM, Elizabeth. De quoi l'écart d'âge est-il le nombre ? L'apport des big data à l'étude de la différence d'âge au sein des couples. **Revue Française de Sociologie**, v. 59, n.3, p. 395-422, 2018. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-francaise-de-sociologie-2018-3-page-395.htm>. Acesso em 12 jan. 2023.

BIANCHI, Graziela.; LIRA, Denise M.; VALENGA, Marcia D. P. Convergência Jornalística: participação e lacunas nas grades curriculares em Jornalismo e Grupos de Pesquisa. In: **Anais do 22 Seminário de Inverno de Estudos em Comunicação**. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

BULHÕES, Juliana; RENAULT, David. A precarização da prática jornalística: uma revisão bibliográfica sobre o impacto das condições de trabalho na saúde e na qualidade de vida do jornalista. **Parágrafo**, v. 4, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/414/424>. Acesso em 12 jan. 2023.

CALDAS, Pedro Neris Luiz. **Comunicação na esfera pública digital**: práticas do uso de Big Data para as pesquisas de opinião pública no Brasil. (Dissertação em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.27.2020.tde-05032021-165215>. Acesso em 12 jan. 2023.

CANDIDO, Marcia Rangel et al. Raça e Gênero no Cinema Brasileiro (1970-2016).

Boletim GEMAA, n. 2, 2017. Disponível em:

https://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Boletim_Final7.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

CASALOTTI, Bruno. Mulheres e negros na produção brasileira de audiovisual: anotações empíricas pela abordagem da sociologia do trabalho. **RELACult - Revista Latinoamericana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 06, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1959/1272>. Acesso em 12 jan. 2023.

CASAQUI, Vander. Estudos da cultura empreendedora no campo da comunicação: macroproposições, narrativas, inspiração. **Galaxia** (São Paulo, online), n. 37, p. 55-65, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554132741>. Acesso em 12 jan. 2023.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARRON, Jean.; DE BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2016.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do Jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

COMITÊ INVISÍVEL. **Aos nossos amigos**: crise e insurreição [tradução: Edições Antipáticas]. São Paulo: n-1 edições, 2016.

COULDRY, Nick. Do mito do centro mediado ao mito do Big Data: Reflexões sobre o papel da mídia na ordem social. **Comunicação Midia e Consumo**, v. 16, n. 47, p. 407-431, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18568/cmc.v16i47.2126>. Acesso em 12 jan. 2023.

COSTA, Caio Tulio. Um modelo de negócio para o jornalismo digital. **Revista De Jornalismo ESPM**, v. 3, 51-115, 2014. Disponível em: https://www.omercadodenoticias.com.br/wp-content/uploads/um-modelo-de-negocio-para-jornalismo-digital_caio_tulio_costa.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

COSTA, Paula Cesarino. Lo diverso y su reverso en Brasil. In: KNIGHT CENTER. **Diversidad en el Periodismo Latinoamericano**: reflexiones de 16 periodistas de siete países sobre cómo hacer más inclusivas las salas de redacción y sus coberturas. Austin: Knight Center, 2021. Disponível em: <https://journalismcourses.org/wp-content/uploads/2021/07/FinalPDFDiversidadBook-2.pdf>. Acesso em 12 jan. 2023.

COSTA, Rafael Rodrigues da; ARAÚJO, Mayara Carolinne Beserra de; LIMA, Raphaele Christine Batista de. Apontamentos para um perfil dos arranjos alternativos de jornalismo no Ceará. **Cambiassu**, v. 15, n. 25, p. 135-150, 2020. Disponível em: <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/13945/7688>. Acesso em 12 jan. 2023.

DAI, Kais; NESPEREIRA, Celia; VILASIAND, Ana F.; REDONDO, Rebeca P. D. **Scraping**

and clustering techniques for the characterization of LinkedIn profiles. p. 1015, 2015. Disponível em: <http://airccj.org/CSCP/vol5/csit53201.pdf>. Acesso em 12 jan. 2023.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; FRISQUE, Cégolène; SAITTA, Eugénie. **Le journalisme au féminin**: Assignations, inventions, stratégies. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010.

_____. **Le journalisme au prisme du genre.** Une problématique féconde. *Questions de communication*, n.15, p. 111-127, 2009. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-questions-de-communication-2009-1-page-175.htm#:~:text=Plusieurs%20travaux%20ont%20montr%C3%A9%20qu,des%20comp%C3%A9tences%20et%20sp%C3%A9cialit%C3%A9s%20genr%C3%A9es>. Acesso em 12 jan. 2023.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; SAITTA, Eugénie. Feminização e transformações das práticas jornalísticas: o exemplo do jornalismo político na imprensa diária francesa.

Parágrafo, v.4, n.2, p. 128-137, 2016. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/486/412>. Acesso em 12 jan. 2023.

DANTAS, Ivo Henrique; ROCHA, Heitor Costa Lima da. Webjornalismo: dos portais às redes sociais. *In: Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. São Paulo: Intercom, 2016. Disponível em:

<https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2705-1.pdf>. Acesso em 12 jan. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE LARQUIER, Guillemette, REMILLON, Delphine. Assiste-t-on à une transformation uniforme des carrières professionnelles vers plus de mobilité ? **Travail et Emploi**, n. 113, p. 13-30, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/travailemploi.4082>. Acesso em 12 jan. 2023.

DEUZE, Mark. What Journalism Is (Not). **Social Media + Society**, v. 5, n. 3, 2019.

Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305119857202>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; WITSCHGE, Tamara. O que o jornalismo está se tornando. **Parágrafo**, v. 4, n.2, p. 6-21, 2016. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/478>. Acesso em 12 jan. 2023.

ÉPIPHANE Dominique., MAZARI Zora, OLARIA Manon, SULZER, Emmanuel. Des débuts de carrière plus chaotiques pour une génération plus diplômée. Les premiers apports du suivi sur 7 ans de la Génération 2010. **Bref Cereq**, n 382, 2019.

FAIRFIELD, Joshua; SHTEIN, Hannah. Big Data, Big Problems: Emerging Issues in the Ethics of Data Science and Journalism. **Journal of Mass Media Ethics**, v. 29, n. 1, p. 38-51,

2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08900523.2014.863126>. Acesso em 12 jan. 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Relatório 2021. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relatório-da-Violência-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021.pdf>. Acesso em 12 jan. 2023.

FENAJ. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil**. Relatório 2020. Brasília: Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), 2022. Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

FIDALGO, Joaquim. **O Jornalista em Construção**. Porto: Porto Editora, 2008.

FÍGARO, Roseli (Org.). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às grandes corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018a. Disponível em: <https://posjor.paginas.ufsc.br/files/2020/02/Novos-Arranjos-Economicos.pdf>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. O mundo do trabalho das jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n.2, p. 570-591, 2018b. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n2.2018.1052>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; NONATO, C.; GROHMANN, R. **As mudanças no mundo do trabalho dos jornalistas**. São Paulo: Atlas, 2013.

FRANÇA, Valter. **Onde estão os negros no telejornalismo: estratégias para o apagamento do preconceito racial no trabalho**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/1453>. Acesso em 12 jan. 2023.

GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

_____. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2018.

GARCEZ, Bibiana; SILVEIRINHA, Maria João. Objetividade jornalística e perspectiva feminista: por uma articulação. **Mediapolis**, n. 10, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.14195/2183-6019_10_8. Acesso em 12 jan. 2023.

GÊNERO E NÚMERO; ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. **Mulheres no Jornalismo Brasileiro**. Gênero e Número, 2017. Disponível em: http://mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da Pirâmide**: Para uma Teoria Marxista do Jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 2012. Disponível em: <http://www.adelmo.com.br/bibt/t196.htm>. Acesso em 12 jan. 2023.

GIRAUD, Laurent; ROGER, Alain. Les étapes de carrière à l'épreuve du temps. **Humanisme et Enterprise**, v. 302, n. 2, p. 13-28, 2011. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-humanisme-et-entreprise-2011-2-page-13.htm>. Acesso em 12 jan. 2023.

GONÇALVES, Leandro Tavares. **Perspectivas e metodologias de pesquisa da Comunicação Social no contexto da internet com o Big Data e da especialização Data Scientist**. 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Processo Comunicacionais) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/723>. Acesso em 12 jan. 2023.

GROHMANN, Rafael. A comunicação na circulação do capital em contexto de plataformação. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 1, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5145>. Acesso em 12 jan. 2023.

GUILHERMANO, Livia; FONSECA, Virgina P.S. Rotinas intensas e sofrimento na formação da identidade profissional: um estudo com jornalistas que vivenciaram a transição para o período pós-industrial. **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**, v. 23, n.1, p.161-170, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/fem.2021.231.13>. Acesso em 12 jan. 2023.

GÜNTHER, Elisabeth; QUANDT, Thorsten. Word Counts and Topic Models Automated text analysis methods for digital journalism research. **Digital Journalism**, v. 4, n.1, p. 75-88, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2015.1093270>. Acesso em 12 jan. 2023.

GUSTAFSON, Jessica. **Jornalistas e feministas - a construção da perspectiva de gênero no Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

HANITZSCH, Thomas; HANUSCH, Folker. 2012. Does gender determine journalists' professional views? A reassessment based on cross-national evidence. **European Journal of Communication**, v. 27, n 3. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0267323112454804>. Acesso em 12 jan. 2023.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, p. 7-41. Campinas: Unicamp, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARDING, Sandra. Rethinking standpoint epistemology: What is ‘strong objectivity’. In L. Alcoff & E. Potter (eds), **Feminist Epistemologies**, p. 49–82. New York: Routledge, 1993.

HARTSOCK, Nancy. The feminist standpoint: Developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: **Feminism and methodology: Social science issues**. Bloomington: Indiana University Press, 1987. Disponível em: https://doi.org/10.1007/0-306-48017-4_15. Acesso em 12 jan. 2023.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. EAESP/FGV/NPP, 2005. Disponível em: https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00254_1.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

HENN, Ronaldo Cesar; OLIVEIRA, Felipe Moura. Jornalismo e movimentos em rede: a emergência de uma crise sistêmica. **Revista Famecos (Online)**, v. 22, n. 3, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2015.3.20560>. Acesso em 12 jan. 2023.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, n. 17-18, p. 139-156, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332002000100006>.

_____. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, v. 24, n. 1. Salvador, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400002>. Acesso em 12 jan. 2023.

IBGE. Características gerais dos moradores. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua**. Brasil: IBGE, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101957>. Acesso em: 18 mai. 2023.

_____. Outras formas de trabalho. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) contínua**. Brasil: IBGE, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101722>. Acesso em 12 jan. 2023.

IFJ - International Federation of Journalists. **White Paper on Global Journalism**. Disponível em: https://www.ifj.org/fileadmin/user_upload/IFJ_White_Book_compressed.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

IWMF - International Women’s Media Foundation. **Violence and Harassment Against Women in News Media: A Global Picture**. IWMF, 2014. Disponível em: <https://www.iwmf.org/wp-content/uploads/2018/06/Violence-and-Harassment-against-Women-in-the-News-Media.pdf>. Acesso em 12 jan. 2023.

JAVORSKI, Elaine. Paula Cesarino Costa: os desafios da ombudsman da Folha de S. Paulo entre 2016 e 2019. Entrevista. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 9, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.9120209653>. Acesso em 12 jan. 2023.

JOHNSON, Roger. **Journalists on LinkedIn**: their activities on and attitudes about LinkedIn. Charlottesville: Newswise, 2011. Disponível em: https://www.newswise.com/images/ee/linkedin/journalists_on_linkedin.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

JUNIOR, Roldão Alves de Barros; SANTOS, Andréa Pereira dos. LGBT em Folha: um estudos sobre a diversidade na Folha de S. Paulo. *In: Anais de artigos completos do XIII Seminário Nacional de Mídia e Cultura*. Goiânia: PPGCOM/FIC/UFG, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/688/o/Semic_Cidadania_%281%29.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

KIKUTI, Andressa. Engajamento, circulação e o papel do jornalista. *In: Jacques Mick; Rogério Christofoletti; Samuel Pantoja Lima. (Org.). Jornalismo local a serviço dos públicos: Como práticas de governança social podem oferecer respostas às crises do jornalismo*. 1ed. Florianópolis: Insular, 2021. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/jornalismo-local-a-servico-dos-publicos-como-praticas-de-governanca-social-podem-oferecer-respostas-as-crieses-do-jornalismo/>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; MICK, Jacques; PAUL, Dairan M.; LUZ, Suelyn Cristina Carneiro da; RAMOS, Alessandra Natasha Costa; SOUSA, Jefferson. AT THE SERVICE OF THE COMMUNITY, CAUSE OR CAPITAL: alternative journalistic arrangements to the major media corporations in Santa Catarina. **Brazilian Journalism Research**, v. 7 n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v17n2.2021.1382>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; ROCHA, Paula M.; MICK, Jacques. Masculinização e desfeminização no jornalismo em crise no Brasil (2012-2017). **Revista Estudos Feministas**, v. 30, n. 2, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2022v30n275032>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; ROCHA, Paula M. Mercado de trabalho e trajetória profissional de jornalistas mulheres entre 2012 e 2017 no Brasil. *In: PEREIRA, Fabio et.al. Novos olhares sobre o trabalho no jornalismo brasileiro*. 1a ed. Florianópolis: Insular, 2020.

KOZINETS, Robert V. **Netnography**: Doing ethnographic research online. Sage Publications Limited, 2009.

LAFONTAINE, David; BREINER, James. **Ponto de Inflexão** — Impacto, Ameaças e Sustentabilidade: um estudo dos empreendedores digitais latino-americanos. Sembram Media/Omidyar Network, 2017. Disponível em: <https://data.sembramedia.org/wp-content/uploads/2017/09/Ponto-de-Inflexao-SembraMedia-port-7-20.pdf> Acesso em 18 mai. 2023.

LANGONNÉ, Joël; LEWIS, Seth C.; PEREIRA, Fábio Henrique, TREDAN, Olivier. Os mundos sociais do jornalismo. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <http://www.surlejournalisme.com/rev>. Acesso em 18 mai. 2023.

LAURETTIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In: DE HOLANDA, Heloísa Buarque (org). Tendências e impasses - O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LE CAM, Florence; LIBERT, Manon; MÉNALQUE, Lise. **Être femme et journaliste: enquête sociologique dans un monde au masculin**. Bruxelles: Éditions de l'Université de Bruxelles, 2021.

_____. PEREIRA, Fábio Henrique; REULLAN, Denis. **Professional identity of Journalists**. *The International Encyclopedia of Journalism Studies*, p. 1-7, 2019.

LEAL, Bruno Souza; MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy. Mudar para permanecer o mesmo: marcas de um discurso de autolegitimação jornalística na história. **Galaxia**, n. 34, p. 149-162, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-2554201729674>. Acesso em 12 jan. 2023.

LEE, Na Yeon; KIM, Changsook. Why Are Women Journalists Leaving the Newsroom in South Korea? Gendered and Emerging Factors that Influence the Intention to Leave, **Journalism Practice**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2130815>. Acesso em 12 jan. 2023.

LEITE, Aline T.B. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 163, p. 44-68, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053143810>. Acesso em 12 jan. 2023.

LELO, Thales Vilela. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1637229>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. Um fenômeno negligenciado? A persistência do sofrimento ético nas trajetórias de jornalistas. *In: Anais do 16o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor*. São Paulo: FIAM-FAAM, 2018. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1497/893>. Acesso em 12 jan. 2023.

LIMA, Patrícia Medeiros de. **O micromundo dos jornalistas de dados no Brasil: carreira profissional e construção de identidade**. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/231087>. Acesso em 12 jan. 2023.

LIMA, Samuel Pantoja. **Perfil do Jornalista Brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. Os impactos do mercado jornalístico na vida dos trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. *In: Anais do 16o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*. São Paulo: SBPJor, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.2.31729>. Acesso em 12 jan. 2023.

LIMA-SOUZA, Érica C. P., MOTA-SANTOS, C. M., & CARVALHO NETO, A. De Operárias a Abelhas Rainhas: obstáculos que impactam a carreira das jornalistas. **E-Compós**, v. 24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2224>. Acesso em 12 jan. 2023.

LINKEDIN CORPORATION. **About Us**. 2022. Disponível em: <https://about.linkedin.com/>. Acesso em 12 jan. 2023.

LOPS, Pasquale; GEMMIS, Marco de; SEMERARO, Giovanni; NARDUCCI, Fedelucio. Averaging the LinkedIn Social Network Data for Extracting Content Based User Profiles. *In: Proceedings of the Fifth ACM Conference on Recommender Systems*, p. 293–96. ACM, 2011. Disponível em: <http://dl.acm.org/citation.cfm?id=2043986>. Acesso em 12 jan. 2023.

MA, Shyron Qianyun. **Gaining Access to Social Capital: The Effects of Gratifications-sought, Personality, and Self-efficacy on LinkedIn Use and Social Capital**. Dissertação (Master in Journalism and Communication) - Chinese University of Hong Kong, Hong Kong, 2015. Disponível em: https://pg.com.cuhk.edu.hk/pgp_nm/projects/2015/MAQianyunShyron.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

MACHUT, Antoine. **La Bourse ou la plume?** : les trajectoires professionnelles de journalistes dans le monde de l’information financière. Thèse (Doctorat en Sociologie). Université Grenoble Alpes, 2019. Disponível em: <https://theses.hal.science/tel-03368836/document>. Acesso em 12 jan. 2023.

MAIA, Marcel Maggion. Limites de gênero e presença feminina nos cursos superiores brasileiros do campo da computação. **Cadernos Pagu**, v. 46, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201600460223>. Acesso em 12 jan. 2023.

MALINI, Fabio; CAVALCANTI, Camilla R.; BERGAMI Ana Paula M. C.; VENTUROTTO, Ligia I; TESSAROLO, Marcela. Medo, infodemia e desinformação: a timeline dos discursos sobre coronavírus nas redes sociais. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.66593>. Acesso em 12 jan. 2023.

MANNA, Nuno; JÁCOME, Phellipy; FERREIRA, Thiago. Recontextualizações do -ismo: Disputas em torno do jornalismo “em crise”. **Revista Famecos**, v. 24, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2017.3.26991>. Acesso em 12 jan. 2023.

MARTINS, Cássia Marques; NUNES, Ana Cecília Bisso. Empreendedorismo e novas relações de trabalho no jornalismo: uma análise a partir do LinkedIn Pulse. **Revista Cambiassu**, v.13, n. 21, Julho/Dezembro de 2017. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cambiassu/article/view/19020/10339>. Acesso em 12 jan. 2023.

MICK, Jacques. A expansão do ensino de jornalismo no Brasil e a reconfiguração da categoria profissional (2000-2010). *In: Congresso Internacional sobre Estudios de Periodismo: cambios y desafíos de la profesión en el siglo XXI*. Santiago, 2012.

_____; ESTAYNO, Sabina. Jornalistas na crise: as carreiras interrompidas na mídia e a estrutura dual da profissão (2012-2017). *In: Anais do 16o Encontro Nacional de*

Pesquisadores em Jornalismo. São Paulo: SBPJor, 2018. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1497/890>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro:** características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br/>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; KIKUTI, Andressa. O mundo do trabalho de jornalistas no Brasil: uma agenda de pesquisa. **PLURAL**, São Paulo, v. 27, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.peso.2020.179830>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; KIKUTI, Andressa; BASTIN, Gilles. *FlexMedia Lives:* o uso de perfis no LinkedIn para descrever carreiras no mundo do jornalismo. In: **Anais do 18o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo.** Fortaleza: SBPJor, 2020. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2608/1425>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; TAVARES, Luisa Meurer. A governança do jornalismo e alternativas para a crise. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n.2, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/BJR.v13n2.2017.948>. Acesso em 12 jan. 2023.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web:** uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporânea) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/6057>. Acesso em 12 jan. 2023.

MIZUMURA, Cristina M.S. **Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro:** discursos, identidade e trajetórias de vida de jornalistas. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-23052013-121835/pt-br.php>. Acesso em 12 jan. 2023.

MORAES, Fabiana; MAIA, Marta. O jornalismo deve contribuir para a ruptura do sistema (entrevista com Marcia Veiga da Silva). **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 18, n. 1, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2021.82519>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; VEIGA DA SILVA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: **Anais do XXVIII Encontro Anual da Compós.** Porto Alegre: Compós, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-ra-ca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em 12 jan. 2023.

MOURA, Dione Oliveira. Jornalista, professora, pesquisadora negra ameericana e relatora do projeto da política de ações afirmativas da UnB: a vivência de uma epistemologia afrocentrada. In: MOURA, D.; SANTOS, D. S. (orgs.). **Vá no seu tempo e vá até o final:** mulheres negras cotistas no marco dos 60 anos da UnB. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2022.

MOURA, Dione. O.; ROCHA, Paula. M.; DAMIAN-GALLIARD, Béatrice; LE CAM, Florence. Gender Intersectionality and horizontal and vertical concentration of women journalists in Brazil, France, and Belgic Francophone's journalism. An introduction to the question. In: **Brazil-France-Francophone Belgium Journalism Research Conference: The Sociocultural Frontiers of Journalism in Brazil and in Francophone space**. São Paulo: SBPjor, 2018. Disponível em: <https://sbpjor.org.br/congresso/index.php/BFFB/BFFB2018/paper/viewFile/1053/952>. Acesso em 12 jan. 2023.

NAVA, Mariane; ZACARIOTTI, Marluce E. C.; MOLIANI, João Augusto. Mudanças no mundo do trabalho: perfil dos jornalistas fora da mídia. In: **Anais do 20o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**, 2022, Fortaleza. Anais eletrônicos. Campinas, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/mudancas-no-mundo-do-trabalho-o-perfil-dos-jornalistas-brasileiros-fora-da-midia?lang=pt-br>. Acesso em: 21 dez. 2022.

NEWMAN, Nic *et al.* **Reuters Institute digital news report 2022**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2022. Disponível em: <http://www.digitalnewsreport.org>. Acesso em 12 jan. 2023.

NICOLETTI, Janara. **Reflexos da precarização do trabalho dos jornalistas sobre a qualidade da informação**: proposta de um modelo de análise. Tese (Doutorado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215446>. Acesso em 12 jan. 2023.

NIELSEN, Rasmus K. The many crises of Western journalism: a comparative analysis of economic crises, professional crises, and crises of confidence. In: ALEXANDER, J.; BREESE, E.; LUENGO, M. (eds). **The crisis of journalism reconsidered**. New York: Cambridge University Press, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316050774.006>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; ESSER, Frank; LEVY, David. Comparative Perspectives on the Changing Business of Journalism and Its Implications for Democracy. **The International Journal Of Press/Politics**, v. 18, n. 4, p. 383-391, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1940161213497130>. Acesso em 12 jan. 2023.

NONATO, Cláudia. Diversidade nas pautas jornalísticas: o caso das periferias paulistanas. **Revista Extraprensa**, v. 13, n. 2, p. 183-198, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2020.153455>. Acesso em 12 jan. 2023.

NORRIS-TIRRELL, Dorothy; RINELLA, Jennifer; PHAM, Xhuam. Examining the Career Trajectories of Nonprofit Executive Leaders. **Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 146-164, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/08997640177220>. Acesso em 12 jan. 2023.

NUNES, Dimalice. **Escalada da precariedade**: os efeitos das transformações do trabalho na subjetividade das mulheres jornalistas na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Economia Política Mundial) - Universidade Federal do ABC. São Bernardo do Campo, 2020.

NUNO MATOS, José. “It Was Journalism that Abandoned Me”: An Analysis of Journalism in Portugal. **tripleC: Communication, Capitalism, Critique**, v.18, n.2, p. 535-555, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31269/triplec.v18i2.1148>. Acesso em 12 jan. 2023.

OLIVEIRA, Albertina Vieira de Melo Gomes. **Jornalismo na perspectiva de gênero: reverberações transfronteiras da editoria de gênero do jornal The New York Times**. 2019. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/2316>. Acesso em 12 jan. 2023.

OLIVEIRA, André Rosa. Aproximação necessária entre jornalismo e computação: reflexões sobre big data. *In: Anais do VI Encontro Paulista de Professores de Jornalismo*. São Paulo, ESPM, 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/4056674/Aproximacao_necessaria_entre_jornalismo_e_computacao_reflexoes_sobre_big_data. Acesso em 12 jan. 2023.

ÖRNEBRING, Henrik. Journalists thinking about precarity: Making sense of the ‘new normal’. *In International Symposium Online Journalism*, v.8., n.1, p. 109 -126, 2018. Disponível em: <https://isoj.org/research/journalists-thinking-about-precariety-making-sense-of-the-new-normal/#:~:text=Journalists%20make%20sense%20of%20precarity,through%20education%20and%20professional%20socialization>. Acesso em 12 jan. 2023.

OXFAM. **Tempo de cuidar**. O trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. Oxford: Oxfam International, 2020. Disponível em: https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

PEIXOTO, Fernanda. Os anos 80, o novo jornalismo e a imprensa nacional. **Estudos De Sociologia**, v. 3, n. 4, 2008. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/904>. Acesso em 12 jan. 2023.

PEREIRA, Fábio Henrique. **As diferentes maneiras de ser jornalista: um estudo sobre as carreiras profissionais no jornalismo brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/9786558460404>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. ‘Old journalists’ in a ‘new media’ environment? A study on the career choices of digital journalists. **The Journal of International Communication**, v. 26, p. 36-58, 2020. Disponível em <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13216597.2019.1677261?journalCode=rico20>. Acesso em 15/06/2020.

_____. **Os jornalistas-intelectuais no Brasil: identidade, práticas e transformações no mundo social**. 2008. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1155/1/TESE_2008_FabioHenriquePereira.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. Possibilidades de aplicação do conceito de carreiras profissionais nos estudos sobre jornalismo. In: Fábio Henrique Pereira, Dione Oliveira Moura, Zélia Leal Adghirni (org). **Jornalismo e Sociedade: Teorias e Metodologias**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. Tornar-se um jornalista on-line no Canadá: modalidades de inserção profissional em um mercado em crise. In: **Anais do 16o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo** - SBPJor. São Paulo: FIAM-FAAM, 2018. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2018/paper/viewFile/1497/891>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____. Três estatutos, uma identidade: comparação das carreiras profissionais de jornalistas, assessores de imprensa e professores de jornalismo em Brasília. In: David Renault, Fábio Henrique Pereira, Fernanda Martinelli, Kátia Maria Belisário, Liziane Soares Guazina, Tiago Quiroga. (Org.). **Muito além dos meios**. Comunicação Organizacional: desafios e interfaces. 1ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

_____; ADGHIRNI, Zelia Leal. O Jornalismo em tempo de mudanças estruturais. **Intexto**, v. 1, n. 24, p. 38-57, 2011. Disponível: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/19208>. Acesso em 12 jan. 2023.

PERISSÊ, Juliana Cabral. **O ensino de assessoria de imprensa e as carreiras dos jornalistas**: um survey com três gerações de egressos da UnB. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/15585>. Acesso em 12 jan. 2023.

PETRARCA, Fernanda Rios. **"O jornalismo como profissão"**: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/10761>. Acesso em 12 jan. 2023.

PICKARD, Victor. Restructuring Democratic Infrastructures: A Policy Approach to the Journalism Crisis, **Digital Journalism**, v. 8, n. 6, p. 704-719, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/21670811.2020.1733433>. Acesso em 12 jan. 2023.

PITHAN, Liana H.; VACLAVIK, Marcia C.; OLTRAMARI, Andrea P. Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 18, n. 1, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395173439>. Acesso em 12 jan. 2023.

PONTES, Felipe S. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **E-Compós**, v. 20, p. 1-15, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.1310>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____; LIMA, S. P. Impactos do mercado jornalístico na vida de seus trabalhadores: um estudo sobre indicadores de saúde dos jornalistas brasileiros. **REVISTA FAMECOS**, v. 26, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.2.31729>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____ ; MICK, Jacques. Crise e mercado de trabalho: trajetórias profissionais de jornalistas no Brasil (2012-2017). *In: Anais do Encontro Anual da Compós*, n. 27. Belo Horizonte: Compós, 2018.

_____ ; MICK, Jacques. Jornalistas que formam jornalistas: um estudo sobre a docência a partir do 'Perfil do jornalista brasileiro'. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo (REBEJ)**, v. 3, n. 12, 2018. Disponível em: <https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/270>. Acesso em 12 jan. 2023.

POSETTI, Julie; SHABBIR, Nabeelah. **The Chilling**: a global study of online violence against women journalists. ICFJ, 2022. Disponível em: https://www.icfj.org/sites/default/files/2023-02/ICFJ%20Unesco_TheChilling_OnlineViolence.pdf. Acesso em 12 jan. 2023.

PROJOR. **Atlas da Notícia**. O mapa do jornalismo local no Brasil. Disponível em: <https://www.atlas.jor.br/>. Acesso em 12 jan. 2023.

QUESADA TAVARES, Camilla, XAVIER, Cintia, PONTES, Felipe S. Os jornalistas brasileiros em contextos de crises: : uma análise das trajetórias profissionais de 2012 a 2017. **E-Compós**, v. 24, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.30962/ec.2040>. Acesso em 12 jan. 2023.

RAYNAUD, Aurélien. **Marc Bessin, Claire Bidart, Michel Grossetti, Bifurcations. Les sciences sociales face aux ruptures et à l'événement**. Lectures [En ligne], 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/lectures.956>. Acesso em 12 jan. 2023.

REBELLO SILVA, Celina; TAVARES RODRIGUES, Elaine. Privacidade em Big Data: panorama e agenda de pesquisa. **Sistemas & Gestão**, v. 12, n. 4, 491–505, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.20985/1980-5160.2017.v12n4.1205>. Acesso em 12 jan. 2023.

REINARDY, Scott. Newspaper journalism in crisis: Burnout on the rise, eroding young journalists' career commitment. **Journalism**, v. 12, n. 1, p. 33-50, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1464884910385188>. Acesso em 12 jan. 2023.

ROCHA, Paula M. **A feminização no jornalismo como uma categoria de análise em construção**: transformações no mercado de trabalho, dissimetrias estruturais e conquistas. Monografia para ascensão de classe de professora. Ponta Grossa: UEPG, 2019.

_____. **As mulheres jornalistas no Estado de São Paulo: o processo de profissionalização e feminização da carreira**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1412>. Acesso em 12 jan. 2023.

_____ ; SOUSA, Jorge Pedro. A atual formação dos jornalistas e o mercado de trabalho: uma comparação entre Brasil e Portugal. *In: Anais do 31. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Natal: Intercom, 2008. Disponível em:

<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-0110-2.pdf>. Acesso em 12 jan. 2023.

ROSENFELD, Cinara L.; ALMEIDA, Jalcione. Plataformização do trabalho. **Sociologias**, v.23 n. 57, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-117636>. Acesso em 12 jan. 2023.

ROSSO, Aline Louise D.; MICK, Jacques. Trajetórias profissionais de assessores de imprensa e jornalistas de mídia. **Revista Famecos - Mídia, Cultura e Tecnologia**, v. 27, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2020.1.38661>. Acesso em 12 jan. 2023.

SAAD, Elizabeth. A plataformização das relações sociais: reflexões sobre a ressignificação da atividade comunicativa. In: FARIAS, L. A.; LEMOS, E. REBECHI, C.N. **Opinião pública, comunicação e organizações: convergências e perspectivas contemporâneas**. 1a. edição. São Paulo: Abracorp, 2020.

SANCHOTENE, Carlos; PEDROZO, Mariana; ZUCOLO, Rosana.C. A mulher negra na TV e no telejornalismo gaúcho: percepções sobre gênero, raça e profissão. **Emancipação**, v. 18, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5212/Emancipacao.v.18i2.0013>. Acesso em 12 jan. 2023.

SANTOS, Marcio Carneiro dos. Big Data – O que os métodos tradicionais não conseguem ver: o conceito de distant reader aplicado à pesquisa na Comunicação. In: **Anais do 15o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. São Paulo: SBPJor, 2017. Disponível em: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2017/paper/viewFile/839/296>. Acesso em 12 jan. 2023.

SANTOS, Yasmin. **Letra preta: a inserção de jornalistas negros no impresso**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) - Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/16209>. Acesso em 12 jan. 2023.

SATTLER, Janyne. **Epistemologia Feminista**. (no prelo. Utilizado com autorização da autora)

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n.2, 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em 12 jan. 2023.

SILVA, Guilherme Cavalcante. Para Repensar Comunicação e Big Data: situando caminhos a partir da edição especial do Journal of Communication. **Revista do Edicc**, v. 5, n. 1, 2018. Disponível em: <https://revistas.iel.unicamp.br/index.php/edicc/article/view/5960>. Acesso em 12 jan. 2023.

SOSA, Ruth. Epistemologías feministas y sus contribuciones críticas a los estudios del trabajo en América Latina. In: ANTUNES, Ricardo; BIALAKOWSKY, Alberto L.; PUCCI,

Francisco; QUIÑONES, Mariela (Orgs.). **Trabajo y Capitalismo**: relaciones y colisiones sociales. 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Teseo, 2019. Disponível em: <https://www.teseopress.com/trabajoycapitalismo/chapter/epistemologias-feministas-y-sus-contribuciones-criticas-a-los-estudios-del-trabajo-en-america-latina/>. Acesso em 12 jan. 2023.

SOUZA, Rafael Bellan. A dialética da crise do jornalismo: o sociometabolismo do capital e seus limites estruturais. **Revista Intercom**, v. 41, n. 2, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-5844201823>. Acesso em 12 jan. 2023.

STEINER, Linda. **Gender and Journalism**. In: Oxford Research Encyclopedia of Communication. Oxford University Press USA, 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1093/acrefore/9780190228613.013.91>. Acesso em 12 jan. 2023.

SVENSSON, Patrick. The landscape of digital humanities. **Digital Humanities Quarterly**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <http://digitalhumanities.org/dhq/vol/4/1/000080/000080.html>. Acesso em 12 jan. 2023.

TAMBE, Prasanna. **How the IT workforce affects returns to IT innovation**: evidence from big data analytics. 2012.

TESSER PEREIRA, Ligia. **As mulheres no Jornalismo do Paraná**: uma análise de desigualdades de gênero no ambiente de trabalho. 2020. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/3250>. Acesso em 12 jan. 2023.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. 3a ed. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

VEIGA DA SILVA, Márcia. **Masculino, o Gênero do Jornalismo**: Modos de Produção das Notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **Gênero, poder e resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países**. Recife, 2013. Tese (Doutorado em Comunicação) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10484>. Acesso em 12 jan. 2023.

VOLT. **A conta dos passaralhos**. 2018. Disponível em <http://bit.ly/passaralhos>.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Trabalhadoras**: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações. Brasília : Editorial Abaré, 2013.

_____. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Vitória, ano 11, n.22, p. 271-292, 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368>. Acesso em 19 mar. 2020.

WAISBORD, Silvio. Crisis? What crisis?. In C. Peters & M. Broersma, **Rethinking journalism again**: Societal role and public relevance in the digital age. 1a ed., p. 205-215. London: Routledge, 2017.

WEAVER, David; WILLNAT, Lars (eds). **The Global Journalist in the 21st Century: News People Around the World**. Nova York: Routledge, 2012.

WEBER, Max. Politics as a Vocation. In: MILLS, C.W. (Ed.). **From Max Weber: Essays in Sociology**. Nova York: Oxford University Press, p. 77-128, 1946.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Gender Gap**. Report 2020. Geneva: WEF, 2020.
Disponível em:
<https://www.weforum.org/reports/gender-gap-2020-report-100-years-pay-equality/>. Acesso em 12 jan. 2023.